

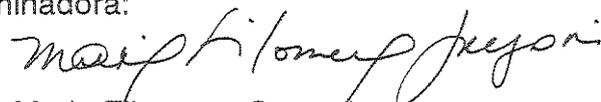
PAULA CAMBOIM SILVA DE ALMEIDA

Gurias e Mães novinhas: demarcadores etários, gravidez e maternidade entre mulheres e jovens em grupos de baixa renda urbanos.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Este exemplar corresponde a versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/07/2002

Banca Examinadora:

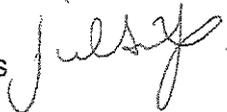


Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Profa. Dra. Mariza Corrêa



Prof. Dr. Júlio Assis Simões



Campinas, julho/2002.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE Be
Nº CHAMADA T/UNICAMP
AL 64g
V _____ EX _____
TOMBO BCI 5095-1
PROC 16.837102
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 26/09/02
Nº CPD _____

CM00174306-4

BIB ID 259070

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Almeida, Paula Camboim Silva de

AL64g

Gurias e Mães novinhas: demarcadores etários, gravidez e maternidade entre mulheres jovens em grupos de baixa renda urbanos / Paula Camboim Silva de Almeida. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Maria Filomena Gregori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gravidez na adolescência - Aspectos sociais. 2. Maternidade. 3. Cultura - Aspectos sociais - Brasil. I. Gregori, Maria Filomena. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar no final deste trabalho, não vejo como "fugir à regra" e agradecer a todos que estiveram de alguma forma presentes na minha vida e especialmente no período de elaboração dessa dissertação. São vários os amigos, familiares e profissionais que contribuíram nesse processo. A todos, meus sinceros agradecimentos, especialmente

A Prof. Maria Filomena Gregori pela orientação;

As Profs. Guita Debert e Mariza Corrêa, pelas valiosas críticas e sugestões levantadas no exame de qualificação;

Aos demais professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, pelas gentilezas, contribuições e disponibilidade em auxiliar na minha formação;

A Universidade de Santa Cruz do Sul, por ter proporcionado minha licença-afastamento remunerada para cursar o mestrado;

Aos colegas do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul, pelo ambiente de debate fértil e convívio afetoso; para não me estender, agradeço a todos nos nomes do Prof. César Góes, chefe de departamento quando comecei o curso, e da Prof. Cláudia Tirelli, atual chefe. Esses dois colegas e amigos são um bom exemplo de como as relações profissionais podem se transformar em deliciosas relações de amizade.

A antropóloga Jurema Brites, que sempre esteve presente, afetivamente e intelectualmente, em todo processo de construção desse trabalho. Como amiga, interlocutora e debatedora, teve a gentileza de se entusiasmar com algumas de minhas idéias. Como fonte de idéias e carinho, sua presença nessa dissertação é enorme.

Aos antropólogos Cláudia Fonseca, Flávia Motta, Francisco Neto, Elisiane Pasini, Heloísa Paim, Marko Sinésio e Marcos Benedetti pela amizade, sugestões e críticas que fortaleceram meus argumentos.

As queridas Lélia Almeida e Édna Garcia pela amizade, ternura, entusiasmo e paciência com que agüentaram meus humores e crises e pelas risadas e farras nos momentos de descanso.

345373

A minha família: meus pais, Eduardo e Suzana; meus irmãos, Cláudia, Rogério, Clarissa e Fernanda; minha tia Cecília; minha querida sogra Nancy (in memoriam); meus cunhados Gilmar e Jacques; meus sobrinhos Bruno e Rodrigo por nada em especial, mas por tudo em geral. Eles foram mais importantes do que imaginam.

As minhas queridas gurias e mães novinhas, pela disponibilidade em dividirem comigo um pouco das suas angústias, sonhos e alegrias. A elas dedico esse trabalho, na esperança de que a melhoria das condições de vida dos membros de sua classe social não seja apenas utopia;

Por fim, mas não menos importante, ao meu querido Paulinho, pelo amor e companheirismo que tem marcado a nossa vida em comum, pois sem isso, todo o resto não teria sentido.

RESUMO

Este trabalho analisa a gravidez na adolescência em um contexto de grupos de baixa renda urbanos. Ao focar as relações de idade e gênero nesse contexto, pretende desvendar como essas relações estão vinculadas a concepções de maternidade, paternidade, infância e adolescência particulares. Com isso, almeja abordar a questão da gravidez na adolescência de uma forma que tente, ao invés de apontar-lhe a priori o caráter "problemático" ou "irracional", apreender o sentido dessa prática, neste contexto de ocorrência. A inexistência da adolescência enquanto uma idade que confere um status social aos sujeitos, aliada a uma concepção positiva de maternidade, não configura a gravidez na adolescência como um problema, sendo o caminho esperado de entrada no mundo adulto.

ABSTRACT

This work intends to analyze the adolescent pregnancy in a context of urban groups of low income. The inexistence of the adolescence while an age that checks a social status to the persons, allied to a positive conception of maternity, doesn't configure the adolescent pregnancy as a problem, being the expected road of entrance in the adult world.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1: Mas afinal, o que é ser adolescente?	17
1. Juventude e adolescência como categorias sociais	19
2. A periodização do ciclo de vida na sociedade moderna : o princípio cronológico como demarcador	27
3. A definição sociológica de adolescência: transição, suspensão da vida social e crise	36
4. Escola e trabalho como demarcadores de idade	41
5. A extensão da adolescência e a juventude como um estilo de vida	49
6. Guris, gurias e mães novinhas	56
Capítulo 2: Maternidade e relações de gênero	67
1. As fases da vida: a trajetória feminina	69
2. O que significa um filho: o caráter positivo da maternidade	76
3. A independência feminina: trabalho e casamento	85
4. Dominação masculina, subjugação feminina? Os desafios do conceito de gênero	90
5. Seriam as mulheres pobres Melanésias?	102

Capítulo 3: O discurso médico sobre a gravidez na adolescência e a construção de um problema social	107
1. O discurso médico e a gravidez na adolescência	109
1.1. Aspectos fisiológicos da gravidez na adolescência	109
1.2. A falta de informação no uso de métodos contraceptivos	120
1.3. A "desestruturação" familiar	127
1.4. A relação causal entre fecundidade e pobreza, o que aponta para a necessidade de planejamento familiar entre os pobres	130
2. Planejamento familiar e a perspectiva do controle da natalidade	134
3. A construção de um problema social	140
4. Direitos reprodutivos: avanços e impasses	143
Considerações Finais: Maternidade, casamento e ciclo de vida ...	149
Referências Bibliográficas	153

Introdução

Este trabalho pretende lançar um olhar à questão da gravidez na adolescência¹ à luz das estruturas de classe², gênero e idade. Em outras palavras, busco demonstrar como as relações de gênero e a noção de adolescência variam segundo a posição que os grupos sociais ocupam na estrutura social e como o fenômeno da gravidez na adolescência se relaciona com tal variação.

A chamada maternidade "precoce", enquanto campo de investigação, apresenta um caráter interessante: os discursos oficiais, científicos e do senso comum, apesar da diversidade de intenções e contexto de produção, se mesclam e se confundem em uma série de opiniões, conclusões e propostas que, quase sempre, se apresentam na forma de um discurso alarmista, apresentando a gravidez na adolescência como um problema social. Assim, a gravidez na adolescência aparece, sistematicamente, associada a aspectos negativos que podem ocorrer com a adolescente e seu bebê (abandono da escola, dificuldade para conseguir emprego, baixo peso dos bebês ao nascer etc.) e a adjetivos

¹ Neste trabalho, utilizo adolescência como uma categoria descritiva: refiro-me a pessoas que estão situadas na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Retiro esses limites etários do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que delimita essa faixa do ciclo de vida como adolescência. A utilização do termo não pressupõe nenhum significado social e/ou concepção cultural a esta faixa etária; pelo contrário, tem a intenção de estabelecer um debate em torno deste conceito, como poderá ser visto no capítulo 1.

² Não utilizo o conceito de classe no sentido restrito, marxista, do termo. Estou me referindo a uma estrutura social onde há desigualdades sociais, econômicas e políticas, fazendo com que os grupos sociais ocupem posições diferenciadas na hierarquia social.

pejorativos associados à gravidez: *não planejada, precoce, indesejada, prematura*. O fato da mãe ser *jovem* é encarado como um "problema".

Diante disso, muitas vezes a problematização da gravidez na adolescência se relaciona ao projeto de vida da adolescente: ou a ausência de um projeto a levaria a engravidar, ou a gravidez precoce atrapalharia esse projeto. Essa interpretação pode estar carregada de concepções que fazem sentido em um universo de camadas médias, próprio dos pesquisadores e estudiosos da gravidez na adolescência, e não levar em conta práticas distintas, que conferem à maternidade, paternidade e adolescência outros significados sociais.

É nesse sentido que pretendo neste trabalho contextualizar a questão da gravidez na adolescência em um grupo de baixa renda: que concepções permeiam as relações de idade e gênero, e que dão um sentido particular às noções de maternidade, paternidade, infância e adolescência? Propor este enfoque da gravidez na adolescência pretende abordar a questão de uma forma que tente, ao invés de apontar-lhe *a priori* o caráter "problemático" ou "irracional", apreender o sentido dessa prática neste contexto de ocorrência.³

³ Entretanto, é importante salientar que com esta argumentação não estou restringindo a ocorrência da gravidez da adolescência aos grupos populares. Inclusive, este é outro aspecto que merece ser relativizado. Os mesmo discursos que tendem a problematizar *a priori* a questão da gravidez na adolescência, também tendem a apresentá-la como um fenômeno restrito à pobreza e, em alguns casos, por ela causado. A gravidez na adolescência ocorre em todas as classes sociais; o que pretendo aqui é apreender o sentido desta prática em um grupo social específico.

Os caminhos da pesquisa

Este trabalho parte de observações efetuadas na Vila Nova Esperança, em Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul⁴. A coleta de dados foi efetuada nos meses de março e abril de 1999.

Santa Cruz do Sul é um município localizado na região central do estado e tem uma população total de 107.501 habitantes, sendo a população urbana de 93.650 habitantes e a população rural de 13.851 habitantes. Da população total, 52.043 são homens e 55.458 são mulheres, segundo o Censo Demográfico de 2001 do IBGE. Para os padrões do estado, é considerado um município de porte médio.

A economia do município baseia-se na agroindústria do fumo. Há uma série de indústrias fumageiras instaladas no município – Sousa Cruz, Phillip Morris, Universal Leaf Tobaccos, entre outras – que trabalham desde a preparação de matéria-prima até a produção de produtos finais. A produção rural da região, baseada na pequena propriedade, tem como principal atividade a cultura do fumo.

⁴ A expressão vila, no Rio Grande do Sul, refere-se a favela.

O município detém o 6º lugar no ranking dos maiores PIBs do estado em 1999 e o 3º lugar entre os municípios com maior crescimento do PIB no mesmo ano (Fonte: Delegacia da Receita Federal em Santa Cruz do Sul/ Jornal Gazeta do Sul, 28/09/01). Entretanto, isso não significa uma distribuição igualitária de toda essa riqueza. A população pobre se espalha pelas vilas populares que se localizam, na sua maioria, na região em torno do Distrito Industrial.

Apesar de não ser o foco do meu trabalho, é importante ressaltar que a história da cidade e da região é marcada pela imigração alemã. Na Segunda metade do século XIX, a região recebeu a segunda leva de colonos alemães que desembarcaram no estado, fruto da política migratória do governo brasileiro. Essa influência é facilmente percebida nos nomes, nas características físicas e no linguajar da população local. Mesmo não enfocando minha análise nas questões étnicas, essa observação oferece um pouco da "cor local" ao leitor.

Para descrever o caminho da pesquisa na Vila Nova Esperança, em Santa Cruz do Sul, considero necessário voltar onze anos antes, à Vila São José em Porto Alegre, capital do estado, onde efetuei meus primeiros contatos com a temática da adolescência em um bairro popular⁵. Nessa pesquisa, tinha como objetivo compreender a representação da adolescência entre grupos urbanos de baixa renda. Ao utilizar a noção de representação me referia à construção social de concepções engendradas por uma lógica específica de um grupo social. Nesse

⁵ Essa pesquisa, efetuada em 1988, logo após o final de minha graduação, teve a orientação da Prof. Cláudia Fonseca e financiamento da Fundação Ford.

sentido, pretendia apreender os demarcadores de uma diferença - de algo que torna os sujeitos parte de uma categoria de pessoas e não de outra.

É importante frisar que a minha proposta sempre foi observar e conviver com jovens que não necessariamente estivessem nas chamadas situações de risco - como crianças de rua ou prostituição infanto-juvenil, por exemplo - muito menos com grupos identificados como "gangues", "delinqüentes" etc. - que se aproximariam daquilo que alguns estudiosos denominam de subculturas juvenis. Estava interessada (e ainda continuo) na vivência cotidiana dos sujeitos considerados jovens, aqueles que vivem com seus pais, responsáveis ou companheiros, que freqüentam a escola ou estão trabalhando, que não necessariamente apresentem um comportamento contestador, diferenciado ou especial. A escolha por esse recorte tinha (e tem) o objetivo de fugir da interpretação do desvio e da delinqüência. O que me interessava (e continua interessando) são as práticas sociais "regulares" – no sentido daquilo que não é exceção. A convivência com esses jovens mais "integrados" possibilitam o contato direto com aquilo que é considerado "normal" pelo grupo estudado e assim oferecem elementos para analisar os significados sociais que perpassam as construções dos modelos nativos.

Foi no contexto dessa primeira pesquisa que me deparei com as jovens mães – ou mães novinhas, para usar a expressão local. As mães novinhas nunca foram apontadas como gurias - a expressão que se utiliza aqui no sul quando nos

referimos às jovens⁶. Aliás, era quase incompreensível que uma pesquisadora interessada em guris e gurias quisesse falar com mães. Além disso, nunca senti nenhuma referência à maternidade adolescente como um problema - essas jovens mães pareciam-me completamente "integradas" à vida cotidiana local, não havendo nenhum tipo de acusação de um comportamento "desviante" ou nenhuma implicação "moralmente condenável" pela sua situação. Isso tudo me fez pensar na necessidade de se refletir sobre a maternidade como um marco de entrada na vida adulta, bem como sobre a "precocidade" desta entrada, já que não me parecia que as pessoas condenassem essas situações de maternidade como sendo precoces. Assim, estas impressões iniciais me inspiraram a desenvolver essa temática em um trabalho de maior envergadura.

Na pesquisa a que se refere esse trabalho, já como aluna do mestrado, centrei minhas observações nas mães adolescentes, buscando aprofundar as impressões e hipóteses suscitadas na pesquisa anterior. Nos dois meses que visitei a Vila Nova Esperança, estabeleci contato com 14 jovens, sendo 9 mães (ou grávidas) e 5 sem filhos. A chegada a essas meninas se deu através da entrada em duas redes sociais, que logo a seguir descreverei.

Pelas limitações desse trabalho⁷, proponho utilizar o material recolhido como alguns exemplos que levantam hipóteses acerca das questões que serão abordadas. Apesar do pouco tempo de campo, considero que os princípios

⁶ Ver nota 13 no Capítulo 1

⁷ A pesquisa de campo foi interrompida por problemas de saúde.

metodológicos da etnografia estiveram presentes nestas observações. Assim, tentei me colocar como uma observadora inquieta, curiosa, sempre suspeitando daquilo que parecia óbvio, prestando atenção aos detalhes e, principalmente, nas contradições e ambigüidades dos discursos em relação às práticas. Por isso, não utilizei sempre o gravador, tentando deixar os diálogos correrem mais soltos e sempre tentando participar das conversas, fofocas e comentários que surgiam nos nossos encontros.

Além disso, também proponho utilizar material etnográfico colhido por outros pesquisadores(as). A bibliografia apresenta uma série de exemplos, relatos e experiências etnográficas que muito se aproximam de situações que eu mesma vivenciei, e que ajudam a confirmar as hipóteses que levanto neste trabalho.

Utilizei a estratégia de me introduzir em redes de parentesco e vizinhança⁸. Exatamente por estas redes serem algo bastante característico e até constituidor das formas de organização social de uma vila popular, esta é uma maneira comum e profícua de se realizar pesquisas entre estes grupos. Assim, fui apresentada a duas famílias, que me introduziram nas suas redes de parentesco e vizinhança, onde mantive contato tanto com as jovens - mães, grávidas e sem filhos - quanto com os mais velhos. Este quadro diferenciado de informantes, apesar de complexificar a análise, possibilita o acesso a um maior número de informações que permitem uma construção mais ampla do contexto onde as

⁸ A proposta de trabalho de famílias em rede vem de Bott, 1976. Barnes (1987) e Boissevain (1987) também discutem as vantagens da utilização dessa estratégia metodológica na pesquisa antropológica.

jovens mães estão inseridas. Além disso, o trabalho com redes sociais permite o acesso a uma dimensão relacional bem mais profunda, oferecendo possibilidades interessantes para a análise.

O percurso da pesquisa não foi o de partir de um serviço de atendimento às mães adolescentes; o ponto de partida foi o bairro e a família. O foco metodológico na unidade doméstica traz uma série de limites e vantagens para os dados e informações colhidas. Privilegiar o encontro etnográfico em um contexto familiar e de vizinhança pode trazer como consequência o desvinculamento analítico dos sujeitos a outras redes sociais que perpassam a sua vida: escola e trabalho, por exemplo. Ou seja, todas as informações e decorrentes hipótese que levanto foram colhidas e traçadas em um contexto muito específico – o que condiciona inclusive a relação/interação pesquisador e sujeitos de pesquisa. Acredito que do ponto de vista das meninas, conversar com uma antropóloga em suas casa ou enquanto passeávamos pelas ruas do bairro onde elas vivem é muito diferente do que na escola ou em um posto de saúde. As intimidades e desconfianças construídas no encontro etnográfico são distintas conforme a situação em ele ocorre. A impossibilidade de acompanhar e de observar meus informantes em outros contextos sociais traz limites a este trabalho⁹.

Entretanto, algumas vantagens também podem ser extraídas dessa situação. A convivência com meus informantes no contexto familiar e de

⁹ Essa impossibilidade se deve, principalmente, à interrupção precoce da pesquisa já mencionada

vizinhança permitiu a observação de práticas específicas que a observação em outras redes e instituições sociais talvez não possibilitassem.

As redes pesquisadas

A primeira rede que me aproximei, a partir do contato com uma família "ego", é formada principalmente por relações de parentesco. Os integrantes da rede residem todos no bairro. *"Aqui é tudo parente"*, diziam se referindo à interposição família e vizinhança. Fui apresentada à família de Paulo e Jussara, pais de Claudete e Cláudio. Paulo e Jussara são casados há aproximadamente 20 anos¹⁰. Paulo é alfaiate, e trabalha (presta serviços) para uma fábrica de uniformes militares, ou seja, trabalha em casa, como um autônomo, cujos serviços são solicitados pela empresa. Jussara ajuda Paulo na costura, bem como faz o serviço da casa, auxiliada pelas jovens moradoras. É comum chegar na casa deles e encontrá-los sentados às máquinas, trabalhando (muitas vezes nos fins-de-semana). Algumas vezes, encontrei Paulo trabalhando com carros (consertos, pinturas), inclusive com um ajudante. Assim, me parece que ele divide seu tempo entre as "profissões" de alfaiate e mecânico.

¹⁰ As referências à idade e tempo dizem respeito à época em que a pesquisa foi realizada.

Claudete tem 16 anos e estuda em um colégio da rede pública estadual. Terminou o 1º grau em uma escola municipal, ali mesmo na vila. Ao entrar no 2º grau, mudou de escola, e passou a freqüentar outra, da rede pública estadual, localizada em um bairro de classe média e, reconhecidamente, uma escola "tradicional", onde grandes nomes públicos da cidade também estudaram, no passado.

Além de Claudete, Jussara e Paulo têm outro filho, Cláudio, com 18 anos, que não trabalha, nem estuda. "*Não tem onde cair morto*", como dizem seus pais. Jussara e Paulo preocupam-se com o seu futuro. Num cotidiano cercado de violência e marginalidade, o risco de um filho passar ao mundo do tráfico de drogas é muito grande. Cláudio, durante as minhas visitas, algumas vezes (muito poucas) ajudava Paulo na máquina de costura ou em algum carro, sempre entrando e saindo de casa, pedindo o carro do pai emprestado para dar uma volta, algumas vezes acompanhado de Denise (sua companheira), outras por Valdo e Alfredo - parentes "meio marginais" ou, ao menos, com atividades não muito "claras", o que me levava - e Jussara também - a desconfiar um pouco das atividades diárias de Cláudio.

Além dos filhos, viviam na casa de Paulo e Jussara, na época da pesquisa, Cecília, Clarissa e Denise, com 14, 4 e 16 anos, respectivamente. Cecília e Clarissa são sobrinhas de Jussara, filhos de um irmão e de uma irmã, respectivamente. Denise é a "guria" do Cláudio; vive com ele na casa dos

"sogros". Estas três personagens têm situações específicas dentro da organização familiar, e desempenham papéis próprios a cada situação. Com a morte do pai, Cecília foi viver com a família da tia. Ela não é tratada como "filha": chama Paulo e Jussara de "tio" e "tia"; estuda (7ª série); sempre está ajudando no serviço doméstico; faz companhia a Claudete. Quando digo que ela não é tratada como "filha", o que quero dizer é que se encontra em uma posição ambígua, indefinida: ela não é filha do casal, e não se encaixa no projeto de ascensão social da família; não é "empregada", pois é sobrinha.

Clarissa, ao contrário de Cecília, é tratada como "filha". Chama Paulo e Jussara de "pai" e "mãe", e essa última diz que a "pegou para criar". É comum Jussara fazer uma "brincadeira" com Clarissa. Várias vezes presenciei Jussara perguntar a ela qual o nome dos seus pais. Ao receber como resposta o seu nome e o do marido, Jussara diz que não, dizendo os nomes verdadeiros. Clarissa retruca, e, assim, fingem uma discussão, mas sempre com um tom jocoso.

A situação de Denise é semelhante a de Cecília. Jussara está sempre "falando mal" de Denise, assim como de Joice, antiga companheira de Cláudio. Diz que Denise - assim como era Joice no passado - é preguiçosa, não ajuda no serviço doméstico, é mal-educada, etc. Entretanto, no discurso de Jussara transparece também um certo "carinho" por Denise - quando Cláudio não quis mais "saber" dela, Jussara demonstrou-se bastante chateada. Denise engravidou - e, aos 16 anos, deu à luz a Cláudio Richard. Foi no período de sua gravidez, que

Cláudio resolveu se separar, criando uma série de conflitos e complicações no cotidiano familiar.

Jussara tem várias irmãs e irmãos que acabaram, de uma forma ou de outra, povoando o universo de personagens que fazem parte deste trabalho. E isso por várias razões. Mas principalmente pela própria estrutura familiar e de vizinhança onde é calcada a vida destas pessoas. Muitos destes irmãos e irmãs moram ali na Vila, e várias vezes os encontrei no decorrer da pesquisa, quer na casa de Paulo e Jussara, quer nas suas próprias casas, onde algumas vezes fui visitá-los. As suas vidas, declarações e práticas contribuíram para as minhas conclusões. Acabaram por se transformar em informantes "secundários", mesmo que a observação de suas práticas tenha sido menos sistemática.

Valdete é irmã de Jussara, foi casada com Adão, e agora está separada. Ela é mãe de Tita, com 16 anos.

O interessante é que eu cheguei até a Tita por acaso. Apesar de fazer parte da rede de parentesco da minha família "ego", Tita nunca foi mencionada como uma possível informante, apesar da idade. Acontece que Tita é "casada" com Valdo, desde os 13 anos de idade, e mãe de Jonathan e David - e não era considerada uma guria, portanto não era de meu "interesse".

Tita me apresentou à sua vizinha, Miriam, de 17 anos. Miriam é casada e vive com o marido e seus dois filhos em uma casa construída no terreno dos pais

dele. Miriam é a única personagem dessa rede que não tem vínculos de parentesco com os outros membros.

O pai de Jussara é "casado" novamente, e tem alguns filhos desta nova união. Entre eles, Laura, que tem 18 anos. Ela mora a uma quadra da casa de Claudete, com os pais, três irmãos e um cunhado. Freqüenta bastante a casa de Claudete, e participa dos "programas" de fim-de-semana com ela. O pai é "aposentado", e a mãe é cozinheira, mas não trabalhava durante o período da pesquisa. Laura sempre morou no bairro, na mesma casa. Aos 18 anos, estudava numa escola da rede pública estadual, localizada ali na Vila, e estava cursando a 8ª série.

Alfredo é o irmão mais novo de Jussara (do primeiro casamento dos pais) e tem 25 anos. É solteiro e não trabalha - pelo menos na chamada estrutura formal de trabalho. Alfredo já foi preso, acusado de estupro, e, pelo que Jussara me contava, estava sempre envolvido com "negócios ilícitos". O meu contato com ele foi bastante restrito - encontrei-o na casa de Jussara por uma ou duas vezes, e em outras tantas, ele me serviu de "guia" e "escolta", quando tive que freqüentar lugares mais "perigosos" da Vila. Na verdade, minhas interpretações a respeito da situação dele, advêm muito mais do que me diziam, do que de observação direta e entrevistas. Só fui notar que a sua situação - assim como a de Valdete - era extremamente esclarecedora na definição dos critérios de exclusão e inclusão dos sujeitos na categoria que eu estava estudando, ao terminar a pesquisa de campo.

A segunda rede com a qual mantive contato é formada por pessoas com relações de vizinhança, muito mais que familiares. Fui apresentada à família de Ercília, com 39 anos, e Êneo. O casal não trabalha, e se apresentam como "encostados". Eles têm 10 filhos entre os 24 e 5 anos, dos quais me aproximei de Cristina, 17 anos e Graziela, 16 anos. Cristina é mãe de Kevin, de 1 ano. Cristina não chegou a viver com o pai de Kevin, que agora está preso. Atualmente, ela vive com um novo companheiro, Liquinho, na casa de dos pais dela, mas esta é uma situação cheia de tensões. Ercília reclama muito de Liquinho, argumentando que ele é casado, tem filhos, e não ajuda nem a antiga família, muito menos a nova. Cristina diz que ele está se separando da antiga mulher, e que assim que for possível se mudarão para uma casa deles. Cristina e Ercília se defrontaram recentemente em um processo na Justiça, onde a segunda ganhou provisoriamente a guarda do neto. Cristina estudou até a 5ª série, parou de estudar por causa da gravidez e atualmente não trabalha. Graziela tem 16 anos e não tem filhos, está na 5ª série, em uma escola municipal localizada na vizinhança.

Cristina me apresentou a Toquinho, sua amiga e vizinha, de 17 anos, mãe de Tainá, de 1 ano e meio. Toquinho vive com a filha na casa de sua mãe, Eva, e mais oito irmãos. Nunca viveu com o pai de Tainá, mas este visita a filha regularmente. É muito elogiado por Toquinho e por Eva como um pai preocupado e que ajuda muito no sustento da filha. Toquinho também parou de estudar por causa da gravidez, e atualmente não trabalha.

Graziela me apresentou a mais cinco amigas moradoras da vila. Ana, de 18 anos, sua colega na escola, que não tem filhos. Ana vive com os pais e mais quatro irmãs. Joana, de 15 anos, irmã de Ana, e grávida de três meses, que vive com o companheiro em uma casa "própria", construída nos fundos do terreno da casa dos pais dele. Sandra, grávida de oito meses, vive com a família do pai da criança. Fátima, grávida de seis meses, vive com os seus pais e irmãos, não tendo mais contato com o pai da criança. Rosane Clarice, de 18 anos, prima de Graziela (filha de uma irmã da mãe) e mãe de Cassineli, de 11 meses. Rosane e a filha moram com a mãe da primeira. Ela nunca viveu com o pai de Cassineli: *"ele mora ali na outra rua, mas ele foge da criança. Não ajuda em nada."* Estas últimas meninas, grávidas ou mães, interromperam sua carreira escolar com a gravidez e não trabalham.

Espero que esta talvez cansativa descrição tenha conseguido apresentar o caleidoscópio de situações com as quais me defrontei. Todas elas envolvem sutilezas, conflitos e ambigüidades que espero ir demonstrando conforme avanço a minha análise.

Os dados coletados e as interpretações decorrentes da análise foram organizados ao longo da dissertação em três capítulos. No primeiro, discuto a construção social dos demarcadores etários no grupo estudado. A análise dos dados me levam a concluir que, no universo pesquisado, a adolescência é uma categoria que não tem visibilidade social, sendo ressignificada de forma particular

em algumas situações específicas. Nesse sentido, a permanência nessa faixa etária não oferece muitas vantagens, sendo a entrada no mundo adulto o caminho mais procurado.

No segundo capítulo, abordo as questões relativas aos significados da maternidade e casamento no contexto estudado, procurando inserir a discussão na forma como as relações de gênero se estruturam. Nesse sentido, pretendo desvendar as intersecções entre maternidade, casamento e ciclo de vida, buscando os significados que esses referentes assumem a partir de relações estabelecidas.

No terceiro capítulo, apresento alguns argumentos, presentes no discurso médico, que constroem a gravidez na adolescência como um problema social. A análise dessa construção levou a reflexão acerca de uma concepção controlista da natalidade, do planejamento familiar e de direitos reprodutivos.

Capítulo 1

Mas afinal, o que é ser adolescente ?

Ao iniciar minha pesquisa, quando me apresentava como uma pesquisadora interessada em adolescentes, recebia as respostas:

"Ah, tu quer é falar com os maconheiros."

"Mas tu tens coragem de falar com os guris das gangues? Aqueles maconheiros, tudo marginal, preto."

Frente a essas respostas, eu achava que não estava sendo compreendida, e tentava referir-me a pessoas específicas. Assim, dizia: "Quero falar com Fulano ou Sicrano, conversar com eles, com os amigos deles." Diante disso, as respostas eram evasivas, tanto dos mais jovens quanto dos mais velhos. As pessoas pareciam desconfiar da minha preocupação de falar com os guris e as gurias. Algumas vezes, os adultos respondiam algo como:

"Eu já sei o que ela vai te dizer, vai dizer que quer roupa e dinheiro."

"Mas prá que falar com ela? Essa guria só quer saber de ir no baile ... Não faz nada, essa guria."

Por outro lado, quando perguntava sobre mães ou grávidas adolescentes, os moradores me respondiam:

"A senhora quer dizer mãe solteira?"

"Ah, tem muita mãe prostituta por aí ..."

Logo notei, de novo, que teria que buscar uma outra expressão para me fazer entender, e comecei a explicar que queria falar com mães ou grávidas que tivessem 18 anos ou menos. A reação, em geral, era a seguinte:

"Ah, a senhora quer dizer as mães novinhas !"

Estas situações de campo nos informam acerca de concepções de adolescência bastante particulares. Além disso, fornecem pistas para pensarmos sobre as relações entre os grupos etários. Mas principalmente nos fazem refletir sobre juventude e adolescência como categorias construídas socialmente, e portanto, variáveis – ou até inexistentes – conforme o contexto em que os sujeitos estão inseridos.

1. Juventude e adolescência como categorias sociais

Juventude e adolescência são categorias repletas de definições. Várias ciências se debruçam sobre o fenômeno, abordando aspectos diversos e conceituando-as de formas diferenciadas. Talvez a noção mais comum de juventude e adolescência seja de um período intermediário e de transição entre a infância e o mundo adulto, no qual as modificações biológicas dão origem a uma série de mudanças psicológicas e sociais que levam o indivíduo a passar por um processo que marca sua saída da infância e o ingresso no mundo adulto¹. Contudo, a delimitação de faixas etárias que correspondem a etapas do ciclo vital (do processo de crescimento e envelhecimento) é socialmente definida. Ao que parece, todos os grupos sociais distinguem os seus membros segundo a idade, o que significa dizer que diferenciam os comportamentos socialmente esperados segundo a idade. Entretanto, há uma grande variação na delimitação das faixas etárias, bem como daquilo que é socialmente esperado para cada uma delas.

A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (Abramo, 1994:1)

¹ Cf. Aberastury & Knobel, 1985.

A antropologia tem se destacado nesse campo ao tentar relativizar a categoria adolescência. Já nas décadas de 20-30, Margareth Mead relativiza a noção de adolescência, tomando como base suas investigações em Samoa. No seu clássico *Adolescencia y cultura en Samoa* (Mead, 1989), a antropóloga analisa as relações entre o desenvolvimento da personalidade e a cultura na qual o sujeito está inserido. Sua tese é de que a crise psicológica da puberdade não é um fato natural e inevitável do desenvolvimento biológico, mas sim um produto da nossa sociedade. Em Samoa, segundo ela, a adolescência é vivida sem grandes crises e rupturas em relação aos pais, aos adultos e à sociedade em geral.

Várias etnografias clássicas demonstram a relatividade das categorias etárias, através da descrição de demarcadores etários e fases do ciclo de vida existentes em várias sociedades chamadas primitivas e bem distintos dos padrões ocidentais. Como exemplo, Bronislaw Malinowski, em *A vida sexual dos selvagens* (Malinowski, 1982), apresenta um vasto relato das práticas e representações trobriandesas relacionadas à sexualidade. Apesar de seu enfoque, ao contrário de Mead, não ser a categoria adolescência, ele oferece um amplo quadro das concepções trobriandesas a respeito dos sexos, com suas diferenças e semelhanças, da posição social e política da mulher, dos diversos modos de relacionamento sexual, das mais

variadas questões ligadas ao casamento, parentesco e família, e acaba por abordar a questão das relações pré-nupciais entre os sexos. Assim, Malinowski nos apresenta uma outra forma de vivência da sexualidade naquelas faixas etárias que correspondem, na sociedade ocidental, à infância e à adolescência, marcada por uma grande liberdade - o que não significa a inexistência de regras e limites bem definidos. Dessa forma, ao apresentar uma "*espécie de história da vida sexual de um casal representativo*" (Malinowski, 1982: 79), o autor fornece uma descrição das diferentes fases que o homem e a mulher trobriandeses atravessam entre a infância e a maturidade, demonstrando como as fases da vida são culturalmente construídas.

A partir do conhecimento de outras realidades sociais, os estudos antropológicos contribuem, pois, para relativizarmos as nossas próprias noções de juventude e adolescência. Além da pluralidade de significados e práticas da adolescência em outras sociedades, podemos ressaltar o caráter histórico da visibilidade social que essa categoria foi ganhando no contexto da nossa própria sociedade. Os historiadores têm mostrado que na sociedade ocidental, a periodicidade da vida em infância, adolescência, maturidade e velhice foi historicamente construída (Ariés, 1986; Badinter, 1985; Darnton, 1986; Levi & Schmitt, 1996).

O já clássico *A História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariés (1986), inaugura a discussão. O autor argumenta que, na Idade Média, o sentimento da infância e da adolescência não existia da forma que hoje permeia as sociedades industriais. A indeterminação das idades se estendia a toda atividade social: através dos jogos, das brincadeiras, das profissões, das roupas, era possível perceber que a criança, tão logo saía de um período de muita fragilidade, transformava-se em adulto, *“sem passar pelas etapas da juventude, e que se tornaram aspectos essenciais da sociedade de hoje”* (Ariés, 1986:10)

A criança, assim que deixasse de ser muito pequena, misturava-se ao mundo dos adultos. A socialização das crianças era garantida muito mais pela aprendizagem do que pela educação. A transmissão de valores e de conhecimentos não era assegurada pela família. Esta última não tinha, necessariamente, uma função afetiva. As trocas afetivas eram, portanto, realizadas fora da família. A oposição público/privado não assumia o sentido atual. Ariés chama de sociabilidade esta propensão da sociedade medieval às festas e visitas, que criava um espaço comum, público, de vivência da afetividade. O próprio significado da família, enquanto espaço do desenvolvimento da afetividade e da individualidade, surgirá mais tarde.

A partir do fim do século XVII, começou a se notar uma mudança, de forma mais definitiva e imperativa, com relação a estas questões. O grande

movimento de moralização, promovido pelos reformadores católicos e protestantes, ligados à Igreja, às leis ou ao Estado, teve impacto considerável nesse processo. Os moralistas colocavam a necessidade de conhecer a infância, no intuito de corrigi-la. A escolarização passou a substituir a aprendizagem. A escola seria o local onde a criança, agora separada do mundo adulto, teria espaço, tempo e condições para ser socializada.

Paralelo a este movimento, ocorreu uma mudança nas idéias e sentimentos com relação à natureza da família e da própria infância. A família tornou-se o local da afeição necessária, e passou a se organizar em torno da criança. Esta revolução sentimental teve como consequência "*a polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão e o desaparecimento da antiga sociabilidade.*" (ARIÉS, 1986:12)

O sistema escolar, assim, foi um elemento fundamental na construção da infância e da adolescência tais como as entendemos hoje em dia. À medida que o período de aprendizado escolar foi progressivamente se estendendo, a adolescência, enquanto etapa intermediária entre a infância e o mundo adulto, foi adquirindo cada vez mais consistência e visibilidade. As diferenças entre estas faixas de idade foram progressivamente se consolidando mediante um processo auxiliado pela também progressiva especialização das classes de aprendizado. Ariés afirma, assim, que se o

sentimento moderno de infância começa a se constituir nas sociedades européias no século XVII, é somente no século XX que a adolescência aparece como uma etapa socialmente distinguível:

Tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: (...) a "infância" [é a idade privilegiada] do século XIX, e a "adolescência", a do século XX. (Ariés, 1986:48)

A análise de Ariés também nos fornece elementos para entendermos as variações das formas de vivência da adolescência em uma dada sociedade e até que ela possa estar restrita a determinados grupos. Neste processo, na passagem da sociedade medieval para a moderna, a infância refere-se especialmente a burguesia e setores da aristocracia, que podiam manter seus filhos na escola, longe da vida produtiva e social, para prepará-los para funções futuras. *"De um lado havia a população escolarizada, e de outro, aqueles que entravam diretamente na vida adulta muito cedo."* (Ariés, 1986: 192)

O gênero também é outro fator que distingue formas de viver a adolescência. Todo este processo descrito por Ariés é marcado pelas distinções de gênero, pois a escolarização, até o século XVIII, estava restrita ao sexo masculino e somente no século XIX é que foi ampliada para as mulheres. Neste sentido, as meninas, de todas as classes, eram preparadas para se comportarem muito cedo como mulheres adultas.

O processo de diferenciação das classes de idade vai, assim, progressivamente se consolidando e no século XX há uma crescente ampliação da adolescência, que passa a abarcar outros setores sociais e vai cada vez mais se diversificando, transformando seus significados sociais e formas de aparição, seus referenciais e limites etários.

Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. (...) Assim passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo." (Ariés, 1986: 47)

Todas essas questões relacionadas ao ciclo de vida, trazidas pelos antropólogos e historiadores, fornecem todo um campo de discussão que enfatiza a variabilidade das formas de organização social. Ao meu ver, podemos ressaltar três aspectos principais, relacionados ao ciclo de vida: a) o caráter construído das etapas da vida; b) a diversidade das formas dos sujeitos viverem estas etapas; e c) a variabilidade dos significados sociais que são dados a cada uma. Com relação ao primeiro ponto, ressaltar que a adolescência é uma construção social significa algo além de demonstrar que ela é vivida de formas diferentes por variados grupos sociais; significa enfatizar que ela é uma **invenção** e, portanto, não é um fato natural e objetivo, muito menos universal. Neste sentido, é importante tentar desvendar porque a adolescência foi inventada na nossa sociedade, ou seja, buscar compreender que mecanismos sociais possibilitam a sua aparição na sociedade moderna contemporânea.

O segundo ponto sublinha a questão da diversidade cultural no interior de uma mesma sociedade. Ou seja, a vivência de qualquer etapa da vida pode apresentar variações relacionadas a outras categorias sociais das quais o sujeito faz parte. Assim, mesmo em sociedades como a nossa, que reconhecem a adolescência como uma etapa do ciclo de vida, gênero, classe social e etnicidade, por exemplo, seriam outros diferenciadores que se interseccionam à classificação etária, complexificando ainda mais a discussão. Ao falarmos em adolescência na sociedade contemporânea, temos que ter em mente a impossibilidade de homogeneizá-la ou mesmo considerá-la como um fenômeno que se estende a toda a sociedade. A inserção do indivíduo e sua família numa estrutura de classes seria um fator de importância no estabelecimento das várias etapas do ciclo de vida, bem como dos demarcadores da transição de uma etapa a outra. O gênero também é um diferenciador, com os adultos exercendo formas de controle diversas sobre moças e rapazes.

Finalmente, se as etapas do ciclo de vida são construídas socialmente e as formas de vivenciá-las variam de sociedade para sociedade, e no interior de uma mesma sociedade, os significados sociais a elas atribuídos também variam. Ariés demonstra este aspecto com relação à infância, podemos estender este tipo de análise à adolescência e juventude. A adolescência como uma categoria nascida na sociedade moderna, adquire um significado social específico em um contexto que juventude passa a ser

um estilo de vida², o que transforma e rearranja as relações entre sujeitos de diferentes idades. Passo assim a aprofundar estas questões no próximo item.

2. A periodização do ciclo de vida na sociedade moderna: o princípio cronológico como demarcador

O livro *De geração a geração*, de Eisenstadt (1976), é referência obrigatória na discussão das questões relativas à juventude na sociedade moderna. O autor pretende analisar os fenômenos sociais conhecidos como grupos etários e/ou movimentos juvenis, procurando desvendar as condições sociais que permitem seu surgimento.

A hipótese que desenvolve em seu trabalho é a de que os grupos etários se desenvolvem em sociedades que são regidas por critérios universalistas, ou seja, sociedades em que a família, ou qualquer outro grupo particularista, não é a unidade básica da divisão social do trabalho. Para melhor compreendermos essa hipótese, faz-se necessário nos determos em alguns dos seus argumentos.

² Debert (1999), ao analisar a “invenção” da terceira idade e as conseqüentes ressignificações do processo do envelhecimento neste contexto, é quem sugere esta expressão. Analisarei este ponto com maior detalhe no próximo item.

Eisenstadt relaciona a gradação etária à estrutura social, na medida que as diferenças de idade são necessárias ao processo de socialização e da própria continuidade do sistema social. O autor chama a atenção para o fato de, a despeito da variabilidade das definições dos limites etários e dos significados atribuídos a cada idade, um grau etário só pode ser totalmente compreendido na sua relação com outros graus. É exatamente este aspecto complementar e relacional das idades que permite o pleno desenvolvimento do processo de socialização e do aprendizado social.

As diferenças etárias permitem ao indivíduo aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto, e desta maneira, manter a continuidade social. Assim, as relações entre os diversos graus etários são assimétricas do ponto de vista da autoridade e do poder:

Esta assimetria básica de poder e autoridade é característica da interação entre diferentes faixas etárias e gerações como um todo.(...) Mas constitui importante elemento na relação entre diversos graus etários e enfatiza a complementaridade das imagens e expectativas etárias (Eisenstadt, 1976: 9-10).

Eisenstadt salienta a importância da diferenciação etária para a continuidade do sistema social ao enfatizar que, na maioria das sociedades, a aquisição do *status* de membro pleno da sociedade coincide com a aquisição do *status* de adulto – ou seja, a qualidade de membro de um sistema social é definida em termos da transição de um grau etário para outro. Para o autor, o ingresso no mundo adulto parece coincidir, geralmente, com o período de transição da família de orientação para a de procriação,

“pois é através desta transição que se dá a mudança definida dos papéis associados à idade, de receptor a transmissor da tradição cultural, de filho para pai” (Eisenstadt, 1976:10). Nesse sentido, Eisenstadt considera que um dos principais critérios para a aquisição do *status* de adulto é **“a maturidade sexual legítima e não apenas o direito à relações sexuais”** (Eisenstadt, 1976:10, grifo meu).

A partir de uma perspectiva do funcionalismo parsoniano, ele vai tentar mostrar que nas sociedades em que o sistema político-jurídico é quase uma reprodução das relações de parentesco não há grupos de jovens propriamente ditos, porque os valores aprendidos no ambiente da família são aqueles que vão dirigir a vida adulta e a vida política³. Em outras sociedades, como a nossa, em que o Estado funciona com elementos que são totalmente diferentes das relações de parentesco e das relações dentro da família, os grupos de jovens são uma experiência fundamental para se fazer esta transição – do mundo da família para o mundo público. Para comprovar sua hipótese, Eisenstadt utiliza dados e exemplos etnográficos de várias sociedades, desde a Grécia Antiga às sociedades ditas pré-históricas e primitivas conhecidas.

³ A antropologia contemporânea tem contestado sistematicamente essa noção de que as sociedades tomadas como base para essa argumentação, as ditas primitivas, apresentem essa coesão valorativa pressuposta pelo autor.

Apesar da perspectiva funcionalista, o autor traz alguns pontos interessantes para a reflexão, já que tenta desvendar algo da especificidade da sociedade moderna em relação aos demarcadores etários. Nesse contexto, em que as relações da cidadania imperam no lugar das relações de parentesco, os demarcadores etários, principalmente o que marca a juventude, são necessários. O *status* de membro pleno da sociedade só é adquirido quando se adquire o *status* de adulto, quando se passa de receptor da tradição cultural para transmissor. Assim, essa fase intermediária, na qual ainda não se adquiriu o *status* pleno de adulto, possibilita a identificação com os pares e a contestação dos valores dos mais velhos, dando origem aos grupos de jovens rebeldes.

Debert (1999), ao analisar a invenção da terceira idade e a transformação da velhice em um problema social, revela várias dimensões - sociais, econômicas, políticas e simbólicas - que envolvem a questão. Abordando desde a importância que as classificações etárias assumem na sociedade contemporânea até o nascimento da gerontologia, e relacionando todos esses aspectos à criação da aposentadoria e novas faixas de consumo no mercado, a autora desvenda as relações de poder e os conflitos que estão em jogo nesse processo de ressignificação da velhice.

Para tanto, a autora apresenta e analisa as distinções que Meyer Fortes faz entre "níveis ou estágios de maturidade", "idade geracional" e

"idade cronológica". A idade cronológica se refere à ordem de nascimento e está baseada em um sistema de datação, ausente na maioria das sociedades não ocidentais. Entretanto, nas sociedades ocidentais é um mecanismo básico de aquisição de *status* (maioridade, entrada no mercado de trabalho, direito à aposentadoria).⁴ A noção de níveis ou estágios de maturidade não está associada à ordem de nascimento ou à idade cronológica. Trata-se da incorporação, na estrutura social, do reconhecimento socialmente estabelecido da capacidade de realização de certas tarefas. Dessa forma, a passagem de um estágio ao outro independe da idade cronológica, já que a transmissão de um *status* social depende, na maioria das vezes, da decisão dos mais velhos.

A idade geracional é um princípio atualizado nas instâncias da família e do parentesco e independe da idade cronológica ou do estágio de maturidade: *"um pai é um pai, um irmão é um irmão, independente da sua idade cronológica ou estágio de maturidade"* (Debert, 1999:48). Em algumas sociedades, o princípio geracional se estende a toda vida social, sendo a base de direitos jurídicos e políticos. Na sociedade moderna contemporânea, não há relação, do ponto de vista jurídico, entre o princípio geracional e a cidadania.

⁴ As idéias deste parágrafo e dos seguintes estão apresentadas em Debert, 1999: 46-59.

A partir dessas noções, Debert salienta que Fortes levanta uma série de questões referentes à especificidade do princípio cronológico como demarcador nas sociedades ocidentais. Um ponto a ressaltar é o fato de que, nas sociedades ocidentais, a idade cronológica independe dos estágios de maturidade; ou seja, a permissão social para a aquisição de *status*, de direitos e deveres é regida pelo princípio cronológico (maioridade, direito à aposentadoria, por exemplo), independente do nível de maturidade. Esta desassociação entre estágios de maturidade e a aquisição de novos *status*, presente nas sociedades ocidentais, tem como consequência uma maior flexibilidade para a criação de novas etapas do ciclo de vida, bem como a redefinição dos direitos e obrigações de cada uma delas:

Essa fluidez, mas ao mesmo tempo efetividade na definição de experiências individuais e coletivas, transforma a idade cronológica em um elemento simbólico extremamente econômico no estabelecimento de laços entre grupos heterogêneos no que diz respeito a outras dimensões. Laços simbólicos que são extremamente maleáveis, uma vez que neles podem ser embutidas e agregadas outras conotações que nada têm a ver com ordem de nascimento, estágio de maturidade ou geração (Debert, 1999:48).

Outro ponto importante a ressaltar é o fato de que o princípio cronológico como demarcador do ciclo de vida age em um contexto onde o estabelecimento de direitos e deveres políticos é considerado como crucial. Em outras palavras, o sistema de datação e o reconhecimento das idades cronológicas é necessário para a aquisição do *status* de cidadão. *"A idade cronológica só tem relevância quando o quadro político-jurídico ganha*

precedência sobre as relações familiares e de parentesco para determinar a cidadania" (Debert, 1999:48).

O processo histórico de constituição da sociedade moderna trouxe transformações na forma de periodização do ciclo de vida, no tempo de transição de uma etapa a outra e nos significados sociais atribuídos a cada um dos estágios; mas além disso, esse processo também trouxe modificações no próprio caráter do curso de vida como instituição social. É nesse contexto que Debert chama a atenção para a "cronologização da vida": *"trata-se de chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso de vida uma de suas dimensões fundamentais"* (Debert, 1999:50). Dessa forma, a institucionalização do curso de vida, na sociedade moderna, envolve praticamente todas as esferas da vida social: a família, o trabalho, a escola, o mercado de consumo e as políticas públicas, essas últimas cada vez mais dirigidas a grupos etários específicos – e que a gravidez na adolescência poderia ser um exemplo, devido ao crescente número de projetos e propostas de intervenção na área.

Entretanto, há toda uma discussão acerca da "desinstitucionalização" ou "descronologização da vida" nas sociedades ocidentais contemporâneas como expressão da experiência pós-moderna: a emergência de uma sociedade em que a idade passa a ser irrelevante (Held, 1986;

Meyrowitz, 1985; Moody, 1993; Giddens, 1992 apud Debert, 1999). Em geral, esses autores sugerem que as mudanças que caracterizam a experiência contemporânea levam a uma relativização das fronteiras entre as etapas do ciclo de vida, que se constitui em um conjunto de experiências abertas, nas quais não há passagens ritualizadas de uma fase a outra. O princípio cronológico seria fundamental na constituição da modernidade e uma das principais características da pós-modernidade seria exatamente a de apagar essa institucionalização do curso de vida.

Diante dessa nova linha de argumentos, alio-me às considerações tecidas por Debert (1999) quando a autora relativiza a radicalidade das transformações no ciclo de vida na experiência contemporânea. Como ela mesma afirma, a idade não deixou de ser um elemento fundamental no estabelecimento dos *status* sociais, bem como o princípio cronológico continua sendo norteador em todas as dimensões da organização social. A expansão cada vez maior dos direitos da criança e do adolescente, o surgimento da terceira idade e a própria definição da gravidez na adolescência como um problema social são alguns exemplos de como a questão das idades está marcando a experiência contemporânea, colocando em pauta, mais uma vez, novas definições e demarcadores das etapas do ciclo de vida. Além disso, os novos valores e conceitos estabelecidos na experiência pós-moderna não são um fenômeno que se estabelece de maneira geral e uniforme em todos os grupos sociais:

(...)poder-se-ia argumentar que esse é um fenômeno restrito, próprio de certos setores da classe média, e não uma nova sensibilidade que teria se difundido na sociedade como um todo (Debert, 1999:58).

Na verdade, Debert sustenta a tese de que é exatamente o descolamento cada vez maior entre os estágios de maturidade e a idade cronológica, identificado por Fortes como característico da sociedade moderna, que caracterizaria a experiência contemporânea:

As idades tornam-se um mecanismo cada vez mais poderoso e eficiente na criação de mercados de consumo, a definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos, sobretudo porque perderam qualquer relação com os estágios de maturidade física e mental (Debert, 1999:58).

É esse contexto que temos que ter em mente ao analisarmos a construção da gravidez na adolescência como um problema social, para a qual é exatamente a idade o foco da problematização. As grávidas adolescentes parecem estar destruindo demarcadores etários estabelecidos e podem estar demonstrando a relatividade desses demarcadores em alguns contextos sociais. Na sociedade moderna, essa não é a idade de engravidar – e vale lembrar que essa é uma definição relativamente recente, já que há bem pouco tempo a gravidez nessa faixa etária não era considerada precoce ou problematizada.

Porque a experiência contemporânea considera que essa etapa do ciclo de vida não combina com a gravidez? De que forma essa fase do curso da vida está sendo significada de forma que a gravidez não se encaixa nessa etapa? Para responder a essas perguntas, passo a analisar como as Ciências Sociais – principalmente a sociologia americana – definiram a adolescência e a juventude como uma categoria social e como nessa definição caracterizaram os demarcadores de entrada e saída dessa etapa do ciclo de vida na sociedade moderna ocidental.

3. A definição sociológica de adolescência: transição, suspensão da vida social e crise

A adolescência, portanto, emerge como categoria que tem visibilidade social no contexto da sociedade moderna. É nesse sentido que as Ciências Sociais⁵ passam a se interessar pelo fenômeno: o interesse pela juventude e adolescência enquanto categorias de análise aparece na passagem do século XIX para o XX, quando as formas do movimento juvenil surgiram como aparições excêntricas. A visibilidade da juventude e da adolescência e sua tematização como problema constroem-se, nesse período, através do surgimento do que os estudiosos ou autoridades chamavam de um

⁵ A Antropologia, como já salientei no item anterior, sempre considerou as etapas do ciclo de vida como categorias de análise, no contexto das chamadas sociedades primitivas. Aqui, estou me referindo ao surgimento de toda uma produção teórica - principalmente no âmbito da Sociologia americana - que se dedicou à tematização da juventude no contexto da nossa sociedade.

comportamento “anormal” por parte de grupos de jovens *delinqüentes*, ou *excêntricos*, ou *contestadores*, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes⁶.

Mesmo que a produção sociológica acerca da adolescência e juventude tenha, desde a sua origem, diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, de maneira geral podemos identificar algumas características que os autores salientam em comum como a sua condição potencialmente problemática, bem como aqueles demarcadores que são considerados como definidores dessa etapa do ciclo de vida. (Gottlieb, Reeves, 1968; Jaide, 1968; Hollinshead, 1968; Manheim, 1968 e 1982).

Em primeiro lugar, a adolescência é considerada um período de transição, de passagem da infância para o mundo adulto. Esse período de transitoriedade é caracterizado de várias maneiras: de uma condição social mais dependente para uma outra de independência; da família de origem para a criação de uma nova unidade familiar; da situação de aprendizagem para a de produtividade etc. Assim, o fim do período escolar, o ingresso no mercado de trabalho, a independência financeira, o casamento, a saída da casa paterna etc., são considerados alguns demarcadores que definem o fim desse período de transição e a entrada em outra etapa do ciclo de vida. Entretanto, os limites de início e término dessa passagem não são muito

⁶ Para uma discussão sobre a construção da categoria juventude no interior das Ciências Sociais, ver Abramo (1994)

claros, nem demarcados por rituais socialmente reconhecidos, imprimindo à adolescência uma grande relatividade e ambigüidade; nem criança, nem adulto, um pouco criança, um pouco adulto.

A idéia de transição, enquanto preparação para uma vida adulta posterior, inclui a noção de suspensão temporária da vida social. Nota-se como os diferentes autores reconhecem a necessidade de um período escolar prolongado, fora do sistema produtivo, quase como um treinamento para o futuro, para a vida social plena e responsável⁷. Isso coloca a adolescência em uma situação tanto de "marginalidade" quanto de "moratória" social, como bem salienta Abramo:

Os talentos e potencialidades da juventude não são aproveitados socialmente; os jovens permanecem alijados dos processos de poder, de decisão e mesmo de criação social. Por outro lado, é uma situação de moratória: um tempo para o ensaio e o erro, para as experimentações, porque há uma relativização da aplicação das normas sobre o comportamento juvenil. (Abramo, 1994:12)

Reforça-se, assim, a idéia de ambigüidade: a adolescência apresenta, ao mesmo tempo, vantagens e desvantagens, ganhos e perdas. Se por um lado, a suspensão da vida social, com o prolongamento do período escolar e

⁷ Podemos acrescentar Bourdieu (1983) entre os autores que chamam a atenção para o fato de como a escola é fundamental na constituição da adolescência como uma categoria social: "os adolescentes são colocados, durante um tempo relativamente longo, numa idade em que anteriormente estariam trabalhando em posições quase-exteriores ao universo social que define a condição de adolescente. Parece que um dos efeitos mais poderosos da situação de adolescente decorre desta espécie de existência separada que os coloca **socialmente fora do jogo**." (Bourdieu, 1983:114)

o retardamento da entrada no sistema produtivo, traz consigo a exclusão dos processos decisórios e de poder, ela também traz a idéia da adolescência como um tempo privilegiado: a relativa aplicação das normas a transforma em um período de total diversão e permissividade, onde a inovação, a irreverência e a experimentação em relação às instituições e valores do mundo adulto são consideradas normais e inevitáveis - e, talvez, de certa forma, "invejáveis".

Por fim, toda essa situação de ambigüidade social embasa a concepção de que a condição adolescente é de crise potencial: período de turbulência, de grande agitação e tensão, de ensaio e erro, ambíguo e doloroso. Em última instância, a adolescência é uma idade difícil, conturbada pelas mudanças, fruto desse processo de transição, que produzem uma relação de conflito entre o adolescente e seu ambiente.

De maneira geral, acredito serem estes alguns dos traços que marcam a caracterização da adolescência e juventude, enquanto categorias sociais, no âmbito da sociologia americana. As noções de ambigüidade social e de crise potencial, e a conseqüente possibilidade de ruptura, marcaram a produção sociológica acerca da juventude e da adolescência. O fim do período escolar, a entrada no sistema produtivo e a constituição de uma família de procriação são considerados demarcadores sociais que caracterizam o final desse estágio e o início de outro.

Diante disso, chamo a atenção para o fato de que as idades da vida são uma construção social e que por isso devemos fugir da busca de algo intrínseco à constituição de cada etapa. Reconheço que socialmente as pessoas mais jovens se apresentam em uma situação de certa "marginalidade" social, por ainda não terem adquirido o *status* de adulto e de pleno membro da vida social. A antropologia clássica está permeada de exemplos e análises dos rituais de passagem que marcam a entrada no mundo adulto⁸. Entretanto, essa mesma bibliografia não apresenta os mais jovens como necessariamente "rebeldes" ou "contestadores", colocando-se em conflito com as instituições e valores do mundo adulto. O já citado trabalho de Mead (1989) é um clássico neste sentido.

Além disso, esse caráter de invenção social das etapas da vida traz a possibilidade de buscarmos outras definições, outros estágios do ciclo de vida, em diferentes contextos sociais. Dessa forma, como esses demarcadores – escola e trabalho – são vivenciados na prática? Em um contexto específico, no caso do grupo estudado, o que marca as passagens de uma etapa do ciclo de vida a outra? Que significados sociais são atribuídos à adolescência? Até que ponto essa fase tem visibilidade e reconhecimento social neste contexto?

⁸ Turner (1974) e Van Gennep (1977), por exemplo.

Nos meus contatos com os moradores de bairros populares, em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, de maneira geral, essas características - crise, rebeldia e ruptura – apresentam algumas particularidades quando se relacionam às pessoas mais jovens. Além disso, a escola e o trabalho também não aparecem como demarcadores tão claros de passagem de uma etapa mais jovem a uma mais velha. Assim, passo a analisar como esses dois elementos são construídos na demarcação etária no contexto estudado.

4. Escola e trabalho como demarcadores de idade

É recorrente encontrar na bibliografia a noção de que o período escolar é constituinte dos *status* de adolescente. Os autores da sociologia americana (Gottlieb, Reeves, 1968; Jaide, 1968; Hollinshead, 1968; Manheim, 1968 e 1982), até Ariés (1986), Bourdieu (1983), Salem (1986), são unânimes em considerar a escola, e o acesso a ela, como determinante do afastamento do mundo produtivo e o conseqüente surgimento da adolescência como uma categoria específica e da possibilidade de vivenciá-la de forma plena - já que vários desses autores também apontam para o fato de que há um acesso diferenciado ao sistema escolar segundo o grupo social de origem.

Nesse sentido, sendo a situação escolar determinante na situação de adolescente, seria interessante observarmos alguns dados estatísticos referentes a situação escolar na sociedade brasileira atualmente.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998, no estado do Rio Grande do Sul havia 2.506.742 estudantes de 5 anos ou mais, o que equivaleria a 25,4% da população total do estado. Do número total de estudantes de 5 anos ou mais, 67,5% cursavam o 1º grau, e apenas 16,6% cursavam o 2º grau.

TABELA 1 - Instrução - Rio Grande do Sul - 1998

Total da População RS	Total de estudantes de 5 anos ou mais	Total de estudantes de 5 anos ou mais no 1º grau (1)	Total de estudantes de 5 anos ou mais no 2º grau (2)
9.891.857	2.506.742	1.692.667	416.050

(1) inclusive os estudantes de curso de alfabetização de adultos

(2) inclusive supletivo

Fonte: IBGE - PNAD, 1998

Se tomarmos como referência o total da população por grupos de idade temos os seguintes dados:

TABELA 2 - Instrução, segundo os grupos de idades - Rio Grande do Sul - 1998

Grupos de Idade	Total da População	Total de estudantes de 5 anos ou mais
10-14 anos	933.367	898.395
15-19 anos	940.395	577.973
Total	9.981.857	2.506.973

Fonte: IBGE - PNAD, 1998

Assim, tomando como referência a população segundo os grupos de idade, nota-se que da faixa etária dos 10-14 anos 96,25% da população é formada por estudantes, e da faixa etária dos 15-19 anos, a proporção cai para 61,46%.

Com relação ao mercado de trabalho, temos os seguintes dados:

TABELA 3 - Trabalho, segundo classes de idade - Rio Grande do Sul - 1998

Classes de Idade	Total da população	População economicamente ativa
10-14 anos	933.367	173.034
15-19 anos	940.395	521.852

Fonte: IBGE - PNAD, 1998

Ou seja, 55,46% da população na faixa dos 15 aos 19 anos é economicamente ativa e de alguma forma já está inserida no mundo produtivo.

Apenas estes dados já servem para auxiliar na argumentação da dificuldade de considerarmos a adolescência como um fenômeno geral e invariável na sociedade brasileira, em geral, e no Rio Grande do Sul, em particular. Sendo a situação escolar e o afastamento do mundo produtivo demarcadores para definirmos a adolescência, é difícil pensarmos que essa etapa do ciclo de vida seja vivenciada da mesma forma em todos os grupos sociais, em um contexto no qual um pouco mais que 60% dos jovens na faixa dos 14 aos 19 anos encontra-se estudando, ou quando 55% desses mesmos jovens ocupa alguma posição no mercado de trabalho.

Dos 18 jovens com os quais mantive contato, tanto na Vila São José, em Porto Alegre, quanto na Vila Nova Esperança, em Santa Cruz do Sul, apenas cinco mantinham-se na escola, apesar de todos terem entrado no ensino formal por volta dos sete anos de idade. Dessas cinco - todas meninas - apenas uma estava no 2º grau⁹.

⁹ O melhor desempenho feminino na escola, indicado pela maior permanência das meninas no sistema de ensino, já tem sido alvo de análises. Entretanto, Madeira (1997) salienta a relatividade desse sucesso, pois ele se insere em uma problemática mais ampla: a do fracasso do ensino público junto a ambos os sexos, decorrente do caráter homogeneizador do ensino, centrado em modelos de alunos idealizados.

Além disso, a trajetória escolar de todos os entrevistados é cheia de interrupções, repetências, abandonos e retornos sucessivos. Todos reconhecem uma certa importância em estudar: saber ler e escrever e conseguir melhores empregos são as principais razões alegadas. Mas todos também manifestam um certo desdém com as tarefas escolares: as que estão na escola estão sempre se queixando e se gabando de não cumprirem o que os professores solicitam; os que já não estão mais na escola reconhecem que não eram alunos muito "aplicados". Os principais motivos apresentados para a interrupção e/ou abandono dos estudos entre os rapazes é a "necessidade" de trabalhar (ajudar em casa, sustentar a família, adquirir roupas e tênis de "marca"); entre as meninas, as razões apontadas são a ocupação com as atividades domésticas e a gravidez¹⁰.

Em um contexto que apresenta essas particularidades, temos uma situação que permite pensarmos na relatividade da vivência da adolescência, já que esta pressupõe uma certa suspensão da vida social com a entrada no sistema escolar e o afastamento do sistema produtivo. Além disso, também faz-se necessário refletir sobre a relação escola e trabalho infanto-juvenil, já que esta tem sido uma relação apontada como causadora da evasão escolar.

¹⁰ No Capítulo 2 retomarei estes pontos

Madeira (1997) apresenta uma interessante reflexão sobre a temática. A autora salienta que analisar a evasão escolar como resultado apenas da situação de pobreza e do trabalho infanto-juvenil é apresentar uma explicação reducionista. A análise que ela apresenta demonstra que, nas camadas populares, o trabalho infantil não se contrapõe ao estudo, se pois relaciona à socialização e a uma concepção própria do trabalho:

(...) Na prática, definir trabalho infantil não é tarefa nada fácil. A linha divisória do que é ou não trabalho (doméstico ou não) passa a ser algo absolutamente fluido. Pode ser "voluntário ou pago, executado dentro ou fora de casa, expressar colaboração" ou "dever", ser meramente uma "ajuda", caso não signifique "muito trabalho". Na verdade, o entendimento da necessidade de trabalhar como expectativa de reciprocidade e solidariedade na dinâmica das relações familiares é absolutamente recorrente nos discursos tanto de pais como de filhos. (Madeira, 1997: 103)

Na minhas observações, notei que as jovens adolescentes que freqüentavam a escola tinham tarefas e responsabilidades relativas ao trabalho doméstico e cuidados das crianças, irmãos menores e sobrinhos. O fato de estarem estudando não lhes garantia nenhuma licença nessas responsabilidades - o acesso à escola e as tarefas daí decorrentes não define um *status* especial, que permitiria um afastamento das atividades domésticas em nome de algo como mais tempo para se dedicar aos estudos. É absolutamente comum quando se chega em uma casa encontrar as adolescentes lavando roupas, limpando a casa, fazendo comida, trocando fraldas, com alguma criança no colo, ou tomando conta delas. Jamais encontrei alguém estudando, ou fazendo algum trabalho escolar.

Entretanto, a distribuição das tarefas e responsabilidades não é rígida, tanto no sentido da determinação de quem é responsável por esta ou aquela atividade, nem no sentido de transparecer algum peso no seu desempenho: queixas ou reclamações por parte das meninas são praticamente inexistentes. Negar-se a executar tais tarefas não parece fazer parte do repertório de possibilidades. A responsabilidade das jovens, assim, é "ajudar": ela expressa um dever e colaboração na administração do cotidiano doméstico que é considerado necessário, "natural" e fruto da dinâmica de reciprocidade e solidariedade que rege as relações familiares.

As jovens mães adolescentes, quando vivem com as suas famílias de origem ou com as famílias dos parceiros também se integram a esta dinâmica. Não parece haver um aumento das suas atividades cotidianas pelo nascimento dos filhos, muito menos uma diminuição, no sentido de serem dispensadas de alguma tarefa pelo fato de precisarem de mais tempo para os cuidados do bebê. É claro que as responsabilidades de criação dos filhos é delas; a mãe é a principal figura relacionada à educação dos filhos. Mas as atividades cotidianas desse exercício de maternagem podem e são divididas com as outras mulheres jovens da casa. Lavrar fraldas, dar banho, fazer mamadeiras, preparar lanches para os menores, fazer dormir, não são tarefas exclusivas da mãe, mas divididas com todas as jovens moradoras da unidade doméstica.

Pergunto a Grazia, solteira, 16 anos, se é ela que cuida do Kevin, seu sobrinho de 11 meses, filho de Cristina, 17 anos. "É sou eu, todo mundo cuida um pouco, a mãe, eu a Cristina. Mas na hora do leite, ele só quer eu. Ele começa a chorar e vem pro meu lado, eu digo: ih, Cristina, é o leite." Conta como todas elas tiveram responsabilidades nos cuidados dos irmãos menores e sobrinhos. Fala da Delvina, sua irmã de 9 anos e de Josiane, sua sobrinha, filha de Elaine, irmã mais velha, que ela ajudou a cuidar e que agora ajudam a cuidar do Kevin.

A administração e coordenação dessa dinâmica são sempre feitas pela "dona da casa" - a mãe ou a mulher mais velha da unidade doméstica. Mesmo que esta mulher trabalhe fora - o que não necessariamente acontece - é sempre ela que detém um relativo poder de distribuir e fiscalizar as atividades das jovens moradoras da sua casa. Algumas vezes, no caso de não estar o dia todo em casa por trabalhar fora, ela "delega" o papel de administradora a alguma filha mais velha. Esta última, entretanto, continua subordinada à hierarquia que determina que é a mãe ou a mulher mais velha quem é a dona da casa. Toquinho, jovem mãe solteira de 17 anos, vive com sua mãe, Eva, e mais 8 irmãos, na Vila Nova Esperança em Santa Cruz do Sul. . Eva trabalha em uma indústria de fumo da região e Toquinho é quem assumiu a "administração doméstica". Entretanto, esta última relata as dificuldades de cuidar da casa, pois *"a casa é da mãe, né, não é minha, tenho que fazer do jeito que ela quer, não do meu"*.

Nesse sentido, a observação do cotidiano das minhas informantes não parece indicar que a situação de ser adolescente as coloca "socialmente fora do jogo" ou em uma situação de "moratória social". Elas me parecem

completamente integradas a uma dinâmica de distribuição de tarefas e deveres entre os moradores de uma mesma unidade doméstica e que progressivamente vão se tornando suas responsabilidades, num processo que vai da infância até a adolescência. O desempenho dessas atividades e o senso de responsabilidade na sua execução, entretanto, não significam uma completa autonomia e independência por parte dos jovens; toda essa dinâmica é sempre coordenada e supervisionada por alguém mais velho, demonstrando que as reciprocidades estabelecidas também se fazem no sentido geracional¹¹.

5. A extensão da adolescência e a juventude como um estilo de vida

Como vimos, a construção da adolescência e juventude enquanto etapas específicas do ciclo de vida atribui a essas categorias um estado de ambigüidade. Se por um lado a adolescência é vista como um tempo privilegiado, ela também se apresenta como uma fase onde o acesso aos processos decisórios e de poder é relativo.

No artigo *A juventude é apenas uma palavra*, Pierre Bourdieu (1983) trabalha com três idéias principais: a arbitrariedade das divisões entre as

¹¹ Sarti (1994) na sua análise da organização familiar entre as camadas populares, salienta a reciprocidade presente nessas relações.

idades; as relações de poder entre as gerações; e a relação juventude e sistema escolar, sendo este último o fator determinante na preservação do estado de jovem.

Ao tecer algumas considerações acerca da arbitrariedade das divisões entre as idades, Bourdieu articula na sua análise as dimensões de classe e do poder. O autor argumenta que

a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constitui manipulação evidente. (...) Assim, as "duas juventudes" não apresentam outra coisa que dois pólos, dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos "jovens". (...) Entre estas posições extremas, o estudante burguês e, do outro lado, o jovem operário que nem mesmo tem adolescência, encontramos hoje todas as figuras intermediárias. (Bourdieu, 1983: 113 -114)

Na argumentação de Bourdieu, essa arbitrariedade na divisão entre as idades se dá pelo fato dessa divisão ser objeto de lutas e disputas, pois ela representa também relações de poder entre os jovens e os velhos: *"a fronteira entre a juventude e a velhice é objeto de disputas em todas as sociedades"* (Bourdieu, 1983: 112). Assim, Bourdieu considera que a oposição virilidade, associada à juventude, e sabedoria, associada à velhice, é uma oposição que reserva o poder aos velhos. Manter os jovens em uma situação de irresponsabilidade é uma maneira de deter o poder nas mãos

dos mais velhos. Dessa forma, os limites da juventude são sempre objeto de manipulação por parte dos detentores do poder, ou seja, dos mais velhos:

A representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos. (...) Esta estrutura, que é reencontrada em outros lugares (por exemplo, na relação entre os sexos) lembra que na divisão lógica entre os jovens e os velhos, trata-se do poder, da **divisão** (no sentido de repartição) dos poderes. As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma **ordem** onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar. (Bourdieu, 1983: 112)

Nessa perspectiva, Bourdieu considera que o conflito de gerações é uma disputa pelo poder:

Há períodos em que a procura do "novo" pela qual os "recém-chegados" (que são também, quase sempre, os mais jovens biologicamente) empurram os "já-chegados" para o passado, para o ultrapassado, para a morte social ("ele está acabado") se intensifica e, ao mesmo tempo, as lutas entre as gerações atingem uma maior intensidade são os momentos em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, quando os jovens aspiram "cedo demais" à sucessão. Estes conflitos são evitados durante o tempo em que os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos (...) (de fato, na maior parte das vezes, eles não precisam frear porque os "jovens" - que podem ter cinquenta anos - interiorizam os limites, as idades modais, isto é, a idade na qual se pode "razoavelmente pretender" a uma posição, e não tem nem mesmo idéia de reivindicá-la antes da hora, antes de "chegar sua hora"). Quando o "sentido dos limites" se perde, vê-se aparecer os conflitos a respeito dos limites de idade, dos limites entre as idades, que têm como objeto de disputa a transmissão do poder e dos privilégios entre as gerações. (Bourdieu, 1983: 120-1)

Acredito que nesse pequeno artigo Bourdieu lança hipóteses bastante interessantes quando nos dedicamos a pensar na relação entre as gerações. O autor incorpora na sua análise as dimensões do poder e de classe,

oferecendo um importante subsídio para pensarmos as práticas referentes aos ciclos de vida.

Nesse sentido, é importante considerarmos que as relações entre jovens e velhos são também revestidas de poder. Esse argumento pode ajudar-nos a pensar no *status* que os adolescentes ocupam nas hierarquias de prestígio, e assim pensarmos na visibilidade da adolescência e juventude enquanto categoria social.

Ariés já mostrou que é apenas no século XX que a adolescência surge como uma categoria definida e com visibilidade social. Chega a afirmar que nesse século a adolescência passa a ser a categoria que tem mais prestígio: hoje, cada vez mais, se chega a ela mais cedo, e se tenta prolongar o seu fim¹².

Guita Debert (1999) salienta o fato da juventude adquirir um aspecto de *valor* na sociedade ocidental contemporânea. Ao analisar as novas formas de gestão da velhice, a autora ressalta o processo de "ressignificação da velhice" e a conseqüente "reprivatização do envelhecimento". A sua abordagem apresenta uma instigante reflexão sobre as classificações etárias na sociedade contemporânea, na qual relaciona as modificações, ambivalências e flexibilidade para a criação de novas etapas e redefinição de

¹² Ver citação na página 25 deste capítulo.

direitos e obrigações dos estágios do ciclo de vida com processos sociais mais amplos. Este contexto macrossocial diz respeito ao domínio do Estado, na forma como este define e intervém no espaço doméstico e familiar, bem como ao próprio processo em que o curso da vida adquire um caráter específico como instituição social. Além disso, a autora também chama a atenção para a realidade sócio-econômica atual onde as idades se transformaram em um *locus* simbólico privilegiado para a construção de atores políticos e de redefinição de mercados consumidores.

Neste contexto, Debert salienta que as novas formas de gestão da velhice constróem uma prática baseada em uma concepção bastante peculiar de juventude. A constituição de disciplinas específicas - como a gerontologia - que transformam a velhice em uma especialidade científica, acaba por produzir um discurso em que há uma radicalização da idéia de construção social das etapas do ciclo de vida. Assim, Debert mostra como os discursos e práticas relacionadas à gestão da chamada "terceira idade" apresentam uma concepção de juventude em que esta passa a ser um "estilo de vida", e muito mais que uma etapa do ciclo de vida, passa a ser um "valor".

A juventude, na prática por eles desenvolvida, não é mais uma etapa da vida, um momento de passagem em um contínuo que caracteriza o desenvolvimento biológico universal, como os cientistas sociais sempre enfatizaram. Geriatras e gerontólogos transformaram-se em agentes ativos na proposta de práticas, crenças e atitudes a indicar que a eterna juventude é um bem que pode ser por todos conquistado. (Debert, 1999:33)

Nesse processo, a juventude perde a conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio na vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. (Debert, 1999:21)

É interessante retomarmos as colocações de Tânia Salem (1986) quando ela analisa aquilo que ela denomina de "adolescência tardia". Em um contexto de camadas médias ascendentes, Salem chama a atenção para o grande número de jovens com mais de 20 anos que se mantêm em uma situação de adolescência. O acesso ao ensino superior por parte desses jovens retarda a sua autonomia financeira, impedindo a sua independência da autoridade paterna.

A autora considera que a moldura sociológica onde se enquadra a dinâmica da situação do adolescente tardio é o da mobilidade social. Ao contrastar os depoimentos dos pais com os dos filhos, Salem ressalta o fato de que os primeiros, em sua grande maioria, originários de famílias pobres e movidos pelo propósito de superar o padrão de origem, foram levados a ingressar no mercado de trabalho antes dos 18 anos e, assim, estimulados pelos próprios pais, a uma emancipação precoce (comparativamente à situação dos filhos).

Entretanto, nenhum dos filhos da amostra investigada por Salem trabalhava: todos se dedicavam com exclusividade à vida universitária. A

pressão básica exercida sobre a geração mais jovem visava não seu ingresso no mercado de trabalho, mas a preparação por meio dos estudos, como uma garantia que reafirmasse o *status* familiar recém alcançado.

Assim, Salem ressalta que

O conceito de adolescência tardia denota um fenômeno cuja pertinência se restringe aos estratos mais favorecidos da sociedade. É inegável que essa condição implica um privilégio para a geração mais nova e possibilita, inclusive, a afirmação do hedonismo como um componente de seu estilo de vida, em contraste com o tom mais "calvinista" da geração mais velha. (Salem, 1986: 32-3)

Assim, essa idéia de que tentamos chegar a juventude mais cedo e nela permanecer o maior tempo possível talvez seja própria de alguns segmentos da nossa sociedade. Ou melhor, a concepção de adolescência como a idade do século XX (Ariés, 1986), e portanto, carregada de significados específicos e cercada de cuidados especiais, se constrói como um padrão cultural "dominante", mas que talvez não seja atualizado da mesma forma por todos os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

Nesse sentido, considero importante refletirmos sobre o padrão cultural da adolescência enquanto um modelo, onde se alojam vários significados, sendo que destaco dois deles: a irresponsabilidade inerente a esta faixa etária e a extensão dessa fase do ciclo de vida. Quando nos referimos à gravidez na adolescência, parece que estes dois significados

são, de alguma forma, acionados. A gravidez na adolescência, quase sempre, aparece revestida de um caráter “problemático”, sendo vista como resultado de uma gravidez “precoce” ou “indesejada”. O fato da mãe ser *jovem* é encarado como um “problema”. Não estaria implícito nesta formulação um padrão cultural que pressupõe tanto uma irresponsabilidade inerente à adolescência quanto a necessidade de alargamento dessa idade - no sentido que interrompê-la com a maternidade seria problemático? Seria este modelo de adolescência geral na nossa sociedade, ou ele reflete muito mais as concepções dos técnicos e estudiosos que trabalham com o tema?

6. *Guris, gurias e mães novinhas*

Voltemos às situações de campo com que abri este capítulo. No início da pesquisa, quando eu falava em adolescência, ninguém apresentava seus filhos ou apresentava-se como um possível informante. Referiam-se sempre aos “marginais”, aos “bandidos” ou “maconheiros”. O termo adolescente não aparecia no discurso das pessoas. Era eu que utilizava o termo - e aí as pessoas indicavam os “maconheiros”. Os adolescentes entre os 12 e 18 anos eram referidos pelos adultos e se referiam a si mesmos como jovens,

guris e gurias¹³. A referência a eles era sempre acompanhada de um certo menosprezo, quase como desconsiderando alguma importância em se dedicar a ouvi-los. Dessa forma, o termo adolescência parece carregado de um significado muito específico, sendo necessário adotar as expressões nativas de jovens , guris e gurias.

Já quando me referia a adolescentes grávidas ou mães, a categoriaêmica utilizada era a de "mães prostitutas" ou "mães solteiras". Quando abandonei o termo adolescência, passando a me referir à idade (12 aos 18 anos), o termo local utilizado era "mães novinhas". Ninguém se referiu, nos dois contextos de pesquisa, às jovens mães como gurias.

Quando tentava me aproximar dos jovens no ambiente doméstico, na presença dos adultos, eles eram tímidos, evasivos, não respondiam às minhas tentativas. Por outro lado, quando encontrava os adolescentes fora de suas casas, na escola, nas ruas da vila, ou seja, quando eles ficavam "a sós" comigo, em espaços "fora de casa", as nossas conversas eram mais soltas, eles não eram tão evasivos, "conversavam" comigo.

¹³ As expressões guri e guria são utilizadas no Rio Grande do Sul para se referirem aos jovens em geral - crianças e adolescentes, no sentido de menino e menina. Não são expressões localizadas por região ou classe social, sendo utilizadas de maneira geral. Há, entretanto, algumas nuances nos significados atribuídos a estas expressões, que talvez sejam difíceis tanto de serem apreendidos pelos "de fora", quanto de serem expostos por uma "nativa" como eu. O significado geral é este: menino e menina, sendo aplicados a crianças e adolescentes. Entretanto, em alguns contextos, guri e guria são aplicados também a adultos, seja em situações de uma certa intimidade - eu, por exemplo, me refiro a minhas irmãs e amigas como gurias - seja em situações que denotem uma certa hierarquia - por exemplo, minha mãe me chama de guria; professores universitários chamam seus alunos de guris e gurias. Além disso, em outros contextos, as expressões podem ser utilizadas com um leve tom pejorativo: "É bem coisa de guri!", denotando uma certa irresponsabilidade e infantilidade no comportamento de alguém.

O que essa situação está informando? Qual a lógica que atribui os significados de "maconheiro" e "bandido" à adolescência ou "mães prostitutas" ou "mães solteiras" à maternidade adolescente? Qual a lógica de se desconsiderar e menosprezar alguma importância em se falar com os "guris" e as "gurias? Porque as mães não são chamadas deurias?

É interessante notar que adolescência não é uma categoria "nativa". Sou eu quem a introduzi nas conversas, e aí adolescência foi significada como "problema": delinqüência, drogas, prostituição, mães solteiras.

Na vila onde realizei minhas observações havia ações e projetos desenvolvidos por técnicas (assistentes sociais, psicólogas, pedagogas, enfermeiras) da Prefeitura, da Universidade e da Igreja Católica. No Centro Comunitário, na Vila Harmonia¹⁴, foi relatado pelas técnicas a iniciativa de formar grupos de adolescentes para a discussão e esclarecimento de seus problemas. Os grupos de adolescentes duraram algum tempo, mas acabaram terminando, pois a freqüência dos jovens foi progressivamente diminuindo. As únicas vezes que a categoria adolescente surgiu espontaneamente no discurso "nativo" foi quando algumasurias a utilizaram para se referirem a esses grupos, que elas freqüentaram - o que me leva a pensar na possibilidade de terem retomado essa palavra do discurso das

¹⁴ O Centro Comunitário se localiza na vila Harmonia, bairro vizinho à vila Nova Esperança, e atende à população dos dois bairros.

técnicas que coordenavam os grupos. Graziela (16 anos, solteira, sem filhos e estudante da 5ª série) me diz:

Eu parei de ir no Centro Comunitário, aquelas psicólogas são muito chatas. A gente tinha um grupo de adolescentes. No início era legal, aí mudou, apareceu uma velha, muito chata, parei de ir. Só falava de problema, problema, não falava nada de bom, de legal ...

Assim, não sendo uma categoria local, talvez adolescência seja identificada como uma categoria de "especialistas" (da escola, da mídia, do posto de saúde ou do centro comunitário), que presumivelmente tratam e percebem essa categoria como "problema". Ou seja, parece-me que meus informantes estejam presumindo uma aproximação feita por mim (e por "especialistas"). Diante disso, essa categoria passa a acionar, automaticamente discursos sobre "adolescência-problema" (drogas, violências, prostituição).

Além disso, as noções de "delinqüência" e "marginalidade" merecem um exame mais atento. O limite entre a "marginalidade" e o comportamento considerado "honesto" é muito tênue, e permeia o cotidiano dessas pessoas, tanto nas suas representações, quanto nas que os "outros" fazem deles. É muito comum as falas apresentarem um conjunto complexo de classificações, no qual são acionados elementos de semelhança e distinção, tanto no sentido de se diferenciarem dos outros - os "ricos" - quanto no de se

diferenciarem internamente - algo como "somos pobres, mas há pobres e pobres". Assim, há os "pobres honestos" e os "bandidos". Valdo, morador da vila, apresenta muito bem essa distinção:

São aqueles ricos que moram no centro que são ignorantes. Porque acham que todo mundo aqui é ladrão. E outra coisa, eu estava pintando a casa de um cara, lá no centro, porque o meu verdadeiro negócio é ser pintor, e quer saber, quem vai fazer aquilo se não tiver nós? Onde vai ficar o rico se não arrumar trouxa para fazer esses servicinhos para ele? Ele não se dá conta o quanto o pobre é importante!

Valdo, nesta fala, além de demonstrar saber as diferenças entre "eles, os ricos" e "nós, os pobres", acrescenta um elemento importante na definição de pobre: somos pobres, mas honestos. Faz questão de frisar que seu verdadeiro negócio é ser pintor, e não traficante ou marginal, como alguém mais apressado poderia supor.

Alguns trabalhos sobre grupos populares urbanos também se referem às distinções "nativas" entre "honestos" e "desonestos" (Zaluar, 1985 e 1994; Caldeira, 1984; Fonseca, 2000), ou "trabalho" e "roubo" (Jardim, 1998). Estas autoras também ressaltam como essas categorias se mesclam em um caleidoscópio de inúmeros arranjos possíveis, estabelecendo fronteiras e aproximações, informando uma noção própria de moralidade.

Zaluar (1985) analisa a oposição entre "trabalhador" e "bandido", tal como ocorre no contexto de sua pesquisa em um bairro popular no Rio de

Janeiro. Segundo ela, a categoria "trabalhador" se opõe a "vagabundos", "bêbados", "malandros" ou "bandidos", e é usada para indicar o valor moral superior da pessoa identificada com a primeira.

Entretanto, Zaluar sugere que a categoria "trabalhador respeitável" não é a única que fornece significado para se construir a imagem de trabalhador. Junto a ela, aparece também uma outra, que ressalta os aspectos negativos do trabalho: o "otário", e uma série de representações positivas da malandragem. A autora chama a atenção de como esse aspecto do trabalho cria uma área de ambigüidades, e que é expresso principalmente no discurso dos **jovens**, que vivem o dilema da escolha entre ser trabalhador ou não.

Entre esses jovens (...) aparece ainda mais a tendência a tornar os termos "rico" e "patrão" intercambiáveis. Portanto, embora seja possível distinguir os contextos da fala nos quais aparecem as categorias "trabalhador" e "pobre", existe uma área de confluência em que as oposições trabalhador/patrão, pobre/rico confundem-se na medida em que os primeiros têm que trabalhar, têm horário rígido e, caso empregados, têm que obedecer, sem folga, sem descanso, sem prazer, enquanto os segundos ou não fazem nada ou fazem apenas o que têm vontade. (pg. 90)

(...) esses trabalhadores desenvolvem uma concepção ambígua da sua atividade, oscilando entre a visão escravista do trabalho com sinal negativo, mais disseminada entre os jovens, e a concepção do trabalho como valor moral, sustentada pelos pais de família e suas mulheres. (Zaluar, 1985: 120)

A proximidade com o mundo da "criminalidade" - e as decorrentes preocupações dos pais com essa situação - pode ser exemplificada com o caso de Cláudio. Este é um jovem de 18 anos que não trabalha nem estuda.

Sua mãe sempre se mostra preocupada com o seu "futuro", preocupação reforçada pela ambigüidade de suas companhias, principalmente Alfredo (tio materno de Cláudio), que era "fugido da polícia". Ele havia sido preso por estupro e havia fugido do presídio a alguns meses, estando "escondido" na vila e desempenhando atividades relacionadas ao tráfico de drogas - fato nunca admitido explicitamente por Jussara. As preocupações de Jussara e Paulo, pais de Cláudio, eram bastante presentes em suas falas e transpareciam nas tentativas de controle e proibições das saídas do rapaz.

Esse guri tem que trabalhar, arrumar alguma coisa para fazer. Senão fica pensando que a vida é fácil, conseguir vencer na vida não é bem assim. Olha eu, tudo que eu tenho, casa, carro, TV, é porque eu sempre batalhei na vida, trabalho desde guri. O Cláudio tem que saber que tudo que ele tem é porque eu trabalho, não cai do céu. (Paulo, pai de Cláudio)

Assim, a aproximação entre jovens e marginalidade está presente no cotidiano, já que é nessa fase da vida que a "opção" entre a "marginalidade" e a "honestidade" é feita - apesar de toda a ambigüidade envolvida nessa opção, como mostram os trabalhos acima citados. Nesse contexto, a categoria adolescente, ao ser reapropriada com o sentido de "problema", parece remeter a esse estágio do ciclo de vida onde os limites entre a criminalidade e a honestidade são mais tênues ainda.

Por outro lado, quando eu me referia a um guri ou guria específico, a Fulano ou Beltrano, o discurso dos mais velhos era carregado de um certo

menosprezo ou incompreensão diante da minha preocupação. Note-se que não se falava em "adolescência", mas sim de sujeitos identificados. O tom, as expressões e os gestos das respostas dos mais velhos davam a entender que a dúvida subjacente era "para que perder tempo com esses guris e essas gurias?" Este postura com referência aos jovens reforça a idéia de que as hierarquias de poder e os *status* são adquiridos pela idade.

Assim, os jovens são reconhecidos e se reconhecem como tal, sendo a idade um elemento diferenciador, mas não de uma forma que a adolescência seja associada a uma fase especial. Se essa associação estivesse sendo feita, de alguma forma, conferiria aos jovens um *status* específico e um lugar definido nas hierarquias estabelecidas pela idade. No grupo estudado, ou o jovem é reconhecido como "maconheiro", e aí adquire um *status* definido - o de "marginal" ou "bandido" - ou então é considerado um guri ou uma guria, na espera de conseguir, com o passar do tempo, um lugar definido na hierarquia de papéis socialmente definida

Vale indicar que alguns autores também constataram que o lugar social da adolescência entre os grupos de baixa renda é diferente de padrões idealizados. Na sua análise sobre a prática de circulação de crianças entre grupos populares de baixa renda, Cláudia Fonseca observa os limites que demarcam o fim da infância nestes grupos:

No contexto que estudamos, a 'infância' não parece se prolongar para além dos 12 ou 13 anos. A partir desta idade, os indivíduos, já com anos de experiência fazendo biscates, começam a decidir por si mesmos seu lugar de residência. Mesmo que os pais se queixem durante a fase de transição, a aparente satisfação com que falam da autonomia de seus filhos nesta faixa etária - o emprego dos homens, o 'casamento' de suas filhas - sugere um reconhecimento implícito desta entrada precoce no mundo adulto. (Fonseca: 1995, p.: 77)

Maria Luíza Heilborn também chama atenção para o fato de que

o reconhecimento de que o tempo é desigualmente marcado numa sociedade de classes revela que a infância e a adolescência são pensadas e vividas de modo distinto. Ao considerarmos os ditames simbólicos e materiais que conformam a experiência de classes trabalhadoras urbanas, as crianças e jovens apresentam uma inserção na família que faz delas, desde cedo, seres responsáveis pelo destino de todos. (Heilborn, 1997:335)

Bourdieu (1983), no artigo já citado, também levanta algumas questões acerca da relação adolescência e classe social. Analisando a realidade francesa, Bourdieu chama a atenção para o fato de que as diferentes classes sociais têm acesso diferenciado ao sistema escolar. Mesmo que nos últimos tempos, segundo ele, o acesso ao ensino secundário tenha sido maior por parte dos jovens das classes trabalhadoras - o que sem dúvida proporciona a uma parte dos jovens que até então não tinham acesso a este *status* temporário a descoberta mais ou menos longa desta experiência - Bourdieu considera que a adolescência, nas classes populares, não é uma categoria com *status* definido, não apresentando vantagens em se manter nela. A tendência dos jovens neste contexto,

segundo Bourdieu, é almejar a entrada no mundo adulto, o mais rápido possível.

Ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair como os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um "homem". Este é um dos fatores do mal-estar que a escolaridade prolongada suscita nos filhos das classes populares. (Bourdieu, 1983:115)

O trabalho, no caso dos rapazes, e o "casamento", no caso das moças, são demarcadores do fim da infância e da entrada no mundo adulto. Como a carreira profissional não é o caminho mais admirado para as mulheres, não ocorre nenhum grande investimento nos estudos - ao contrário das classes médias, onde uma das formas de se manter numa adolescência tardia é o grande investimento dos pais nos estudos dos filhos, justificando o retardamento da autonomia financeira deste últimos (Cf. Salem, 1986). A vivência das gurias, então, é o da espera ou busca de um papel mais definido - o de esposa e mãe, sendo esse o caminho que marca a autonomia das jovens com relação à casa paterna.

No contexto da pesquisa, nenhuma das gurias demonstrou qualquer desejo de prolongar essa fase. A "adolescência" não é vista como uma fase supervalorizada. O desejo expressado por quase todas é o de casar e ter

filhos o mais cedo possível, ressaltando a vontade de entrar no mundo adulto.

Assim, no grupo investigado, a adolescência não se apresenta como uma fase do ciclo de vida no qual privilégios e vantagens poderiam se apresentar como uma razão para se permanecer nela por muito tempo. Nessa lógica, considero que essa concepção da adolescência, aliada a uma representação positiva da maternidade, que tratarei no próximo capítulo, dá um sentido particular à gravidez na adolescência. A chamada maternidade precoce não é vista como um problema, já que interromper uma fase que não é considerada muito importante - ou que ao menos não tem a mesma visibilidade social que em outros contextos - não apresenta muitas perdas. Ao contrário, a entrada "precoce" no mundo adulto é o que parece oferecer mais vantagens.

Capítulo 2

Maternidade e Relações de Gênero

No último capítulo, sugeri que, no universo que investiguei, a maternidade marca a passagem para a vida adulta. Entretanto, isso também ocorre em meio a outros grupos sociais – a consolidação de *status* se efetiva com a maternidade em situação de casamento. O particular, no caso do grupo pesquisado, me parece ser o modo como se sai da infância para a maturidade pela gravidez, ainda que o *status* não seja inteiramente conquistado devido à baixa incidência de casamentos.

O que há de tão pouco vantajoso em ser adolescente mulher para esse grupo? Porque a maternidade oferece mais vantagens do que a adolescência? Para refletir sobre estas questões, faz-se necessário compreendermos as representações de maternidade e gênero, bem como as dinâmicas das relações de parentesco e família no contexto estudado.

Para tanto, sugiro analisar a gravidez na adolescência a partir de uma reflexão que incorpore outros significados e dinâmicas na vivência das

mulheres de uma maneira mais ampla – mais ou menos jovens, casadas ou não. Assim, estou trabalhando com três "categorias" de informantes: as mulheres mais velhas – as mães, tias e vizinhas das jovens de que me aproximei; as jovens mães – ou as "mães novinhas"; e as jovens sem filhos – ou as "gurias". Espero que o quadro a seguir localize melhor o leitor:

Mulheres mais velhas	Casadas	Ercília Jussara Rita
	Solteiras	Eva Valdete
Jovens mães ou mães novinhas	Casadas	Joana Tita Mirian
	Solteiras	Cristina Toquinho Denise Fatima Sandra Rosane
Jovens sem filhos ou gurias		Graziela Ana Claudete Cecília Laura

A categoria "casada"¹ não se refere necessariamente ao casamento legítimo; a maioria dos casos faz parte do que hoje se considera uniões consensuais. Em termos nativos, não identifiquei nenhuma diferença

¹ "Casada" e "solteira" são categorias empregadas pelos informantes e cujo sentido tento desvendar a seguir.

classificatória entre a união legítima e a consensual – o termo "casamento" é empregado para qualificar as duas situações. Para se saber se a união é legal foi necessário perguntar, pois essa diferenciação não é espontânea. A categoria "solteira" refere-se às não-casadas no momento – o que não significa que já não o foram no passado. "Solteira", quando aplicado às mulheres, não tem nenhuma conotação pejorativa, como "solteirona"² – e se for o caso de alguma acusação ou conflito, é esta última categoria que é utilizada. "Solteira" se aplica a mulheres, que no momento, estão sem companheiro. O entrecruzamento dessas categorias com outras – como menina, moça mulher e mãe – oferecem elementos para entendermos os demarcadores etários da vida de uma mulher e possibilita analisarmos a maternidade neste contexto, como pretendo demonstrar a seguir.

1. As fases da vida: a trajetória feminina

No grupo pesquisado, os sinais do corpo, mais especificamente os relacionados com a sexualidade e reprodução, são os primeiros que aparecem no discurso como demarcadores das etapas da vida da mulher. *Menina, moça, mulher e mãe* são categorias que estabelecem estágios da trajetória feminina, construídos a partir desses referentes:

Até menstruar é menina; depois é mocinha e quando dorme com homem é mulher; depois engravida e vira mãe (Ercília, 40 anos).

² "Solteirona" é uma categoria que se refere a mulheres que nunca casaram. Quase sempre se aplica a mulheres mais velhas. É uma categoria pejorativa pois se refere implicitamente a uma incompetência afetiva e sedutora – algo como não ser desejável o suficiente para conseguir um companheiro.

A menstruação, a relação sexual e a gravidez são demarcadores reconhecidos e que constroem as fases da vida feminina.³ Entretanto, aliado a esses demarcadores corporais, a trajetória feminina de menina à mãe é marcada por outros símbolos e acontecimentos que envolvem outras séries de relações sociais, e que se entrelaçam com estes sinais do corpo, tais como o casamento e a aquisição de uma relativa independência com relação à família de origem.

No discurso das gurias, a idéia de independência aparece com muita frequência quando se referem a suas expectativas de futuro. Ficar independente da família de origem, aliada à idéia da maternidade, configura o sinônimo de "ser adulta".

(E o que tu queres ser quando tu fores maior?)

Ah, eu quero ter a minha casa, cuidar dos meus filhos ...

(Mas tu podes cuidar dos teus filhos e morar na casa da tua mãe, que nem a tua irmã ...)

Ah, Deus me livre! Eu quero a minha casa, ser dona do meu nariz, chega da mãe mandando em mim. Tu vê, a Cristina, a mãe se mete em tudo, não deixa isso, não deixa aquilo, se mete nos namoros ... Continua tratando que nem criança ... (Graziela, 16 anos, sem filhos).

Além disso, a escola e o trabalho aparecem nas falas, não propriamente como demarcadores, são antes citados como um "desejo", mais vinculado com subir na vida do que com ser adulto.

Eu quero trabalhar, quero conseguir uma casa, comprar meus móveis e viver com a minha filha. De repente casar... de repente não casar e voltar a estudar. Eu queria fazer o curso pra eu aprender computação. Daí eu posso trabalhar... posso ganhar bem, né. Aí eu penso em dar tudo que a

³ Victora (1992), ao analisar as representações do corpo feminino e da reprodução em uma vila popular porto alegreense também encontra categorias muito semelhantes.

minha filha precisa. Pretendo não ter mais filho agora... posso ter... eu quero... Em setembro eu começo trabalhar, eu quero tirar já umas coisa pra mim. Quero construir uma casa, nem que seja do lado da casa da mãe, a mãe me dá uma peça.... qualquer coisa serve! E criar a minha filha.
(Toquinho)

Entretanto, não é apenas no discurso que aparecem elementos mais significativos. Há uma série de situações corriqueiras e cotidianas que oferecem uma série de elementos para se pensar em como a trajetória feminina é representada, tanto como as sutilezas e nuances entre as etapas da vida. A comparação de algumas dessas situações que envolvem Cristina e Toquinho, mães solteiras, e Graziela e Ana, jovens sem filhos, oferecem subsídios para notarmos as diferenças de suas situações. As idades dessas personagens variam entre 16 e 17 anos. Nas conversas informais com as mulheres “mais velhas”, nas quais são trocadas receitas, conselhos e experiências nos cuidados da casa e dos filhos e opiniões acerca de doenças e como tratá-las, assim como a eficácia de métodos anticoncepcionais e fofocas da vizinhança, Cristina e Toquinho participam ativamente e com facilidade. Graziela e Ana se retiram, ou quando continuam presentes, ficam em silêncio. Estes saberes femininos são trocados entre mulheres e as gurias não parecem se sentir interessadas ou autorizadas para falar desses assuntos.

Ana e Graziela me chamam de “tia”; Cristina, Toquinho, jovens mães, me chamam de “senhora” ou simplesmente pelo nome, da mesma forma que Ercília e Eva, suas mães. Apesar da pouca diferença de idade entre as primeiras, o tratamento dispensado a mim distanciava, em termos de idade, mais as sem filhos do que as mães. Acredito que o tratamento cerimonioso – senhora – se relaciona muito mais com meu status de professora universitária e representante de uma classe economicamente superior do que com a minha idade.

Uma das vezes que caminhei pela vila com Graziela, em busca de informantes, Ana se juntou a nós, e nos conduziu a casa de Joana, sua irmã de 15 anos que estava grávida e vivia com o companheiro, pai do bebê. No caminho, cada vez que um rapaz passava por nós, as duas riam, faziam comentários e cochichavam, um certa mistura de vergonha e sedução, bem típica de jovens meninas em situação de paquera. Chegando à casa de Joana, comecei a me apresentar e ao propósito da minha pesquisa, e Ana e Graziela começaram novamente a rir e a cochichar; Joana imediatamente, absolutamente séria disse : *“Parem com isso, gurias”* , e Ana e Graziela saíram correndo até a esquina, onde continuaram rindo e cochichado (note-se que Joana tem 15 anos, enquanto Ana têm 18 e Graziela, 16).

As adolescentes grávidas ou mães parecem se identificar muito mais como mulheres do que como gurias. E isto significa, para elas, ocupar um

estágio mais elevado no ciclo de vida, que permite, inclusive, dar ordens e chamar a atenção de uma irmã mais velha.

Entretanto, a própria fala de Graziela, ao se referir a sua jovem irmã mãe solteira que vive na casa materna, já demonstra que apenas a maternidade não confere o *status* pleno de adulto. Se há uma oposição identitária entre mães e gurias, também há uma entre solteiras e casadas.

Na observação e convivência cotidiana, Claudete, Cecília e Laura se caracterizaram como um grupo de meninas, entre os 14 e 18 anos, ligadas por laços de parentesco e amizade. Elas eram aquelas “gurias”, “que só pensavam em sair, em comprar roupa”, segundo rumores locais. Encontrei-as várias vezes juntas, conversando, fazendo comentários sobre namoros e paqueras, roupas, músicas e programando as idas semanais à discoteca. Elas se identificavam e eram identificadas como um grupo de jovens gurias, que estavam na fase de sair, aproveitar a vida, paquerar e namorar.

Entretanto, quando me descreviam as suas idas semanais à discoteca, sempre se referiam ao “nosso grupo”, “o grupo de jovens”, onde estavam incluídas, além delas, Denise e Valdete. Os seus pais também incluem estas últimas quando se referiam ao “grupo de jovens que saem sempre nos fins-de-semana”. O que há de tão específico nessas duas

personagens que faz com que esta inclusão pareça tão estranha aos meus olhos?

Valdete tem aproximadamente 40 anos, é tia de Claudete e Cecília e meia-irmã de Laura, é separada e já é avó. O fato dela ser mais velha nunca foi mencionado por ninguém. Denise não se diferencia das três primeiras meninas pela idade, mas pelo fato de ser mãe. No decorrer da pesquisa, deu à luz ao seu filho, aos 16 anos. No período da sua gravidez, seu companheiro decidiu se separar, fazendo com que sua situação, nesse sentido, se aproxime com a de Valdete. Valdete e Denise fazem parte da "turma". E não causa espanto - tanto do lado das meninas, quanto dos mais velhos - o fato de elas saírem, paquerarem, cuidarem da aparência. Elas são "solteiras" - e nada mais natural que se juntem às outras solteiras na prática esperada para estas mulheres - paquerar, namorar - independente da idade.

A maternidade não atrapalha no reconhecimento e na construção da identidade de Denise e Valdete com o grupo. Quando conheci Tita, Míriam e Joana, jovens casadas e mães, imediatamente pensei que a maternidade iria diferenciá-las de outras jovens sem filhos. Mas os casos da Denise e da Valdete fazem-me pensar que o casamento é um demarcador mais vigoroso do que a maternidade na construção das fronteiras simbólicas que as diferenciam.

Nesse sentido, a trajetória feminina, vai sendo construída a partir de um conjunto de demarcadores que se mesclam, como os relativos às fases do ciclo de vida e o estar casada ou não, sendo este último claramente definidor de um *status* socialmente mais valorizado⁴. Menina, moça, mulher e mãe são etapas que se interseccionam com as categorias de solteira e casada e que constróem as fases da vida feminina como etapas cumulativas, que se constróem hierarquicamente em direção a um *status* social mais elevado. Os demarcadores se mesclam, segmentarizando as etapas da vida feminina, segundo situações específicas em que os sujeitos se incluem: guria, mãe novinha solteira, mãe novinha casada, mulher/mãe solteira, mulher/mãe casada são categorias que demarcam o ciclo de vida feminino. Esses referentes são contextuais, ou melhor, dependem das relações que vão se estabelecendo nas interações entre os sujeitos.

É nesse sentido que considero que é a maternidade, aliada à uma certa autonomia e independência com relação à família de origem é fundamental para a aquisição do *status* de adulto. Essa conclusão também não demonstra nada de muito específico em relação ao grupo estudado, já que em geral, a independência com relação a família de origem é um critério utilizado em outros grupos sociais.⁵ O que considero significativo no contexto

⁴ Há uma série de estudos brasileiros que enfatizam a valorização acentuada do estar casada entre estes grupos. Ver Sarti (1996) e Salem (1981), entre outros.

⁵ Eisenstadt, 1976; ver citação na página 29 do capítulo 1.

estudado é o caráter que a maternidade apresenta como o caminho ou estratégia para a realização feminina, inclusive como modo de se conquistar a aliança a partir do casamento, passo último daquilo que se almeja para adquirir o *status* de ser adulto.

2. O que significa um filho: o caráter positivo da maternidade

No universo estudado, o "papel" de mãe é o mais valorizado e esperado para as mulheres. A análise da trajetória feminina (tanto das jovens mães, quanto das mulheres mais velhas) e dos discursos dessas mulheres parece reforçar a idéia de que a maternidade é inevitável: os filhos não são uma opção, mas uma fatalidade. Mas uma fatalidade prazerosa - ou pelo menos ambígua: cuidar dos filhos e a própria presença de crianças em casa é uma tarefa que, apesar do trabalho, traz alegrias e compensações.

A fatalidade de ter filhos aparece muito claramente quando elas me perguntavam sobre a minha situação. O fato de eu não ter filhos era absolutamente incompreensível para todas elas. Várias vezes me perguntaram se eu ou meu companheiro tínhamos algum "problema" – claramente se referindo a alguma impossibilidade biológica. Apesar de eu responder que não era esta a questão, por várias vezes, receitas, conselhos e simpatias para ter filhos me foram ensinadas. Tratavam-me como alguém

que se deve ter um pouco de "compaixão" – como se eu não tivesse a coragem de assumir minha "incompetência conceptiva". A única justificativa para uma mulher casada não ter filhos parece ser a esterilidade. Quando apresentava as razões de ter me dedicado aos estudos e à profissão e transferido a maternidade para mais tarde, decididamente não era compreendida – simplesmente não fazia sentido. Aparecia aos olhos delas como mais uma desculpa, que acabava reforçando a idéia de eu não ter filhos ser fruto de algum "problema".

Ter filhos está presente em todas as falas das gurias e das mães novinhas sobre o seu futuro. "Casar", "ter filhos" e "ter a minha casa" são três condições que aparecem entrelaçadas nos planos e desejos para o futuro. O estudo e a profissão quando aparecem, surgem vinculados a idéia de "subir na vida"⁶. Qualquer idéia relacionada à realização profissional não existe. "Ser alguém na vida" está diretamente relacionada a estas três categorias: casada, mãe e dona de casa.

Eu e ele (seu atual companheiro) já temos esse plano faz tempo. Porque ele está esperando um dinheiro . . . porque agora tem um terreno por cinqüenta reais, ele vai dar duas de vinte e cinco. Ele dá vinte e cinco, daí depois ele dá mais vinte e cinco no outro mês. E daí ele pode comprar tábuas e construir... e ele não precisa esperar esse dinheiro tanto assim. Daí nós vamos morar junto. Vou pegar o meu filho e vamos morar junto. Aí vou ser

⁶ Ver a fala de Toquinho na página 70-1: "Eu quero trabalhar, quero conseguir uma casa, comprar meus móveis e viver com a minha filha . De repente casar... de repente não casar e voltar a estudar. Eu queria fazer o curso pra eu aprender computação. Daí eu posso trabalhar... posso ganhar bem, né. Aí eu penso em dar tudo que a minha filha precisa. Pretendo não ter mais filho agora... posso ter... eu quero... Em setembro eu começo trabalhar, eu quero tirar já umas coisa pra mim. Quero construir uma casa, nem que seja do lado da casa da mãe, a mãe me dá uma peça.... qualquer coisa serve! E criar a minha filha".

alguém na vida! Vou ter a minha casa e criar o meu filho. Trabalhar não precisa, agora ele vai ganhar bem (Cristina).

É claro que as mães novinhas incluem seus filhos nos planos futuros. Entretanto, quando as gurias se referem a ter filhos no futuro, o adiamento da vida reprodutiva é relativo:

"Filho ? Deus me livre, só lá pelos 20." (Ana)

"Eu quero ter dois, mas só depois dos vinte." (Graziela)

Dessa forma, ao que parece, a vida reprodutiva no contexto estudado é antecipada – em comparação a outros grupos sociais onde ela, talvez, seja cada vez mais adiada⁷. No caso investigado, há uma espécie de "naturalização" de que o destino da mulher implica na maternidade mais cedo – não havendo, pois, muito sentido para elas na categoria de maternidade precoce. O "adiamento" da maternidade para os vinte anos talvez fosse considerado "precocidade" em outros grupos sociais. As razões alegadas para este "adiamento" são "aproveitar mais", "poder sair mais" – identificadas com uma vida não propriamente adulta – não se fazendo referência aos estudos e trabalho como motivos justificáveis.

⁷ A idéia de adiamento da vida reprodutiva em alguns grupos sociais é por mim colocada como uma hipótese. Refiro-me, principalmente, a idéia de adiar os filhos em nome de algum projeto alternativo – terminar os estudos, ter um emprego. Essa idéia aparece em algumas reportagens jornalísticas (Revista Veja n.º 1688, Revista Cláudia n.º 477, por exemplo), quando tratam da maternidade aos 40 anos. Mesmo não sendo um fenômeno estatisticamente significativo, acredito que ele encontra eco em alguns setores da camadas médias.

A maternidade para estas mulheres não é apenas uma experiência que garante a passagem para a vida adulta, mas algo que torna pleno o significado da feminilidade. Entretanto, isso não significa dizer que em qualquer situação uma mulher deseje tornar-se mãe. A interrupção de uma gravidez encontra-se no terreno das possibilidades, mas em algumas situações específicas. Em alguns casos, algumas mulheres mais velhas relatam alguma gravidez interrompida, ou a alternativa de interrompê-la ter sido pensada – mesmo que não realizada. Contudo, das mães novinhas, as que são casadas dizem que a hipótese de interromper a gravidez não foi levantada. Entre as solteiras, apenas uma me revela que "pensou em tirar" o bebê.

Eu tomei chá por causa que... sabe eu tomei... eu tomei muito chá ... sabe, mas também eu pensava assim né... porque a minha mãe era muito ruim, a mãe era ruim né, eu pensava assim: "aonde é que eu vou morar", que a mãe dizia sempre prá mim se tu engravidar tu vai prá rua, tu vai prá rua, a mãe sempre dizia tu vai prá rua, tu vai prá rua, tu vai criar filho na rua, e eu fiquei com medo né... daí o chá que me ensinavam eu tomava, e pensei ou não vai dá quando eu trabalhar, depois começou crescer minha barriga, eu não consegui tirar né... daí eu só pensava assim: "Bah! Eu vou ter que morar na rua.", eu não... nas consequência minha, como a mãe ia aceitar eu não tinha né... nem tomado chá... e ... daí eu pensei assim, bah! e ele também né tá com outra já e como é que eu vou criar o filho sozinha, daí eu tomei chá sim, tomei umas três qualidade daí não adiantou nada ... daí depois eu... sabe depois outros dias de noite eu rezava, pedia perdão prá Deus prá..., depois que a mãe aceitou né, eu pedia perdão prá Deus prá não nascer aleijado isso e aquilo, mas como eu também pensava, né, aonde é que eu vou morar, não tem onde morar, quem vai me aceitar com barrigão, onde eu vou trabalhar... daí eu tentei assim abortar, assim o nenê, mas não consegui...

Victoria (1991) ao analisar a representação do corpo feminino em termos de sexualidade e reprodução em uma vila de classes populares em

Porto Alegre, levanta algumas hipóteses com relação a decisão de ter ou não filhos:

É minha hipótese que, no que diz respeito à decisão de ter ou não filhos, estão em jogo outros fatores, especialmente relativos à posição do homem, pai da criança que ela espera, ou pelo menos, é uma decisão vinculada também às expectativas que a mulher tem em relação a este homem (Victoria, 1991:133).

É interessante pensar no fato que as mães novinhas casadas são as que afirmam não terem pensado em abortar. O comprometimento do companheiro no estabelecimento da aliança é importante nesta decisão. Assim, parece que nesse sentido a hipótese levantada por Victoria tem razão. Entretanto, a fala de Toquinho levanta outras dimensões. Por ser solteira, é a sua mãe que aparece como a "causa" de ser pensado o aborto. As decisões reprodutivas envolvem não só o homem, mas a família de origem. Apesar da contracepção ser um assunto feminino, ter ou não ter filhos é uma decisão que envolve uma rede de pessoas; não é uma decisão individual.

As mulheres são bastante falantes com respeito ao que elas consideram que seja o papel masculino na criação dos filhos, expressando as suas concepções de paternidade. A primeira concepção mais óbvia que surge nos seus comentários é a imagem do pai-provedor. As queixas e os elogios aos pais de seus filhos estão sempre relacionadas a idéia de "ajuda". Os "bons" pais são os que "ajudam"; os "maus" são os que "não ajudam". Essa "ajuda" varia desde apoio material – dinheiro, roupas, alimento – até

uma certa “presença” – companheirismo na gravidez, presença na hora do parto, visita às crianças. Esta “ajuda”, se não prestada pelo pai, é reconhecida quando prestada pela sua família – avós paternos, principalmente. Assim, se o pai não cumpre seu papel de “provedor”, sua presença “simbólica”, na figura dos parentes paternos da criança é reconhecida.

D. Eva elogia muito os avós paternos de Tainá. “Prá velha, a Tainá é tudo. Eles cuida muito bem dela.” Sobre o pai de Tainá, também elogios: “Ele ajuda muito, busca a guria toda a sexta, ela fica lá.”

As mulheres estão sempre se “vangloriando” de suas dificuldades no cuidado com os filhos. Sempre ressaltam o fato de criarem os filhos sozinhas, mesmo as que têm companheiros ou maridos. Descrevem em detalhes as preocupações, problemas, dificuldades materiais e suas habilidades para driblar todos estes percalços. Poderia parecer, assim, que a maternidade teria um valor negativo, e não positivo, como estou ressaltando. Mas, acompanhando o discurso da dificuldade, também aparece nas falas sobre a maternidade o prazer e alegria de criar os filhos: *“a gente pena, mas eles se criam!”*. Parece que o caráter de dificuldade da maternidade é ressaltado para se valorizar o desempenho do papel de mãe, e se vangloriar como ele foi realizado com êxito.

O caráter positivo da maternidade vem aliado a uma representação própria da infância. Fonseca (1995) já demonstrou, em seu trabalho sobre a circulação de crianças, como a representação da infância vem revestida de um caráter tanto prazeroso como de dificuldade e dedicação extrema.

As crianças estão inteiramente integradas à vida cotidiana. Nas conversas em frente às casas, nas visitas, enquanto caminhava pela vila, sempre as crianças estavam à volta, correndo, brincando e algumas vezes participando das conversas. Apesar de ser comum os adultos se queixarem das crianças, ninguém as afasta das atividades cotidianas ou mesmo se constrange em tocar em algum assunto nas suas presenças. Várias das entrevistas e conversas que tive com minhas informantes, nas quais falávamos de métodos contraceptivos, aborto, sexualidade, aconteceram na presença de crianças.

As gracinhas e brincadeiras são citadas nas conversas e são elementos que rendem muitas risadas. Os bebês passam de colo em colo; enquanto se conversa ou se desempenha alguma atividade do dia a dia, conserta-se brinquedos; para-se para ver as crianças soltarem pipa ou disputarem um jogo de bola. E tudo isso é feito como muito prazer e diversão.

Além disso, as crianças são elos importantes na construção de redes sociais. É por meio delas que se faz amizades e que as pessoas se ligam à vida local. Como as crianças circulam pelas ruas e suas brincadeiras fazem parte da sociabilidade da rua, elas estabelecem várias relações entre adultos. Várias crianças me apresentaram informantes e me conduziram pelas ruas do bairro durante a pesquisa.

As crianças, assim, estão absolutamente integradas à vida cotidiana do bairro. O fardo de criar e cuidar das crianças vem revestido de um caráter prático e material. Fonseca ao demonstrar a importância dessa concepção de infância no processo de circulação de crianças, analisa três crenças envolvendo a infância: *o menino fujão, o batismo em casa e o destino do cordão umbilical* (Fonseca, 1995:27-31). Na sua análise, demonstra como nestas crenças a representação da infância se apresenta com um caráter prático e material. A responsabilidade dos adultos não se relaciona a idéia de estados emocionais ou desenvolvimento psicológico infantil. Cuidar de uma criança significa proporcionar-lhe sustento: alimentação, roupas, casa, remédios quando doente ... Em outras palavras, assegurar que certas necessidades materiais sejam atendidas. Nesse sentido, *a criança não é uma abstração – alvo de inquietudes pedagógicas, de exames psicológicos, de ponderações maternas. É objeto não de teorização, mas sim de convivência* (Fonseca, 1995:25).

É diante dessa noção de infância que a autora constrói a imagem da criança-dádiva e da criança-fardo. Ao analisar a circulação de crianças entre grupos de baixa renda, a autora aponta também para os conflitos que surgem entre os adultos nesse processo, demonstrando o jogo de conceitos que constroem a representação da infância. Assim,

Se, entretanto, ter um filho é considerado um privilégio, não menos verdade é que este é um encargo que acarreta sacrifícios – sobremaneira no meio proletário (Fonseca, 1995:83).

Considero de extrema importância ter em mente essa concepção de infância e o lugar que as crianças ocupam no cotidiano e no estabelecimento de laços e relações para se compreender a questão da gravidez na adolescência neste contexto. Ter filhos é uma fatalidade, que traz alegrias e preocupações. Como os cuidados com as crianças assumem um caráter prático de responsabilidade material e elas não são concebidas como emocionalmente frágeis, a maternidade na faixa etária comumente considerada como adolescência não assume o caráter de problema. Uma criança, nesse sentido, é uma dádiva na vida de uma mulher, jovem ou não. Entretanto, em um contexto de extrema pobreza, as dificuldades da manutenção material de um filho são reais. Dessa forma, os sacrifícios ligados ao cuidado das crianças servem para fortalecer e embelezar a imagem pública da mulher. A maternidade confere um prestígio à mulher que a carreira profissional não lhe confere.

3. A independência feminina: trabalho e casamento

Levando em consideração todas as mulheres, mães novinhas e gurias com que mantive contato, das cinco mulheres mais velhas, apenas duas trabalhavam na época da pesquisa, sendo que uma delas no mercado formal, como faxineira em uma indústria de fumo no turno da noite e a outra como costureira, em casa. Uma terceira se apresentava como "encostada", por problemas de saúde. Das jovens, nenhuma trabalhava na época; uma delas já trabalhou em uma empresa fumageira, mas é um emprego sazonal, na época da safra. Outras já fizeram "faxinas", esporadicamente.

A vida "profissional" das mulheres é cheia de interrupções. Nas suas narrativas, o trabalho aparece como uma última alternativa, quando a questão da sobrevivência assume contornos insuportáveis. Eva me conta que começou a trabalhar quando ficou viúva. Cristina relata a sua experiência como faxineira quando brigou com a mãe e saiu de casa por um período. A necessidade de conseguir um trabalho aparece, nas suas histórias de vida, como algo em relação à alguém – a família de origem, ou à falta do marido – que obrigou-as a buscar o sustento por conta própria.

Dessa forma, o trabalho não se reveste de um caráter de realização pessoal, mas de necessidade. As carreiras profissionais que surgem para essas mulheres são as mais desqualificadas em termos de mercado de

trabalho: emprego doméstico, auxiliar de serviços gerais, etc. – e na maioria das vezes no mercado informal de trabalho. Frases como *"eu não quero mais fazer faxina, ter que agüentar aquelas mulheres ricas lá do Centro"* são comuns para descrever as suas experiências no emprego doméstico⁸. A idéia de que a carreira profissional oferece um caminho de dignidade e crescimento pessoal, presente em outros contextos sociais, não aparece aqui. Em um mundo de extrema pobreza, o trabalho é uma necessidade e a falta de perspectiva de boas colocações no mercado de trabalho não oferece nenhuma possibilidade de realização pessoal pelo caminho profissional.

Entretanto, as mulheres trabalham. As mulheres chefe de família não são uma exceção. Mesmo que a vida profissional não ocupe o lugar prioritário em termos de desejos e realizações femininas, o trabalho aparece revestido de um caráter prático e material – e que é realizado quando necessário. O que estou tentando demonstrar é que a profissão e o trabalho não embelezam a imagem pública da mulher em termos de prestígio – pois vem revestido de um caráter de necessidade e não de realização. Em geral, uma mulher não é socialmente reconhecida por trabalhar fora de casa, mas sim por ser mãe. É por isso que me parece que a maternidade oferece um caminho de mais prestígio social do que a carreira profissional.

⁸ Brites (2000), estudando empregadas domésticas no Espírito Santo, ressalta como o emprego doméstico é visto pelas suas informantes como um trabalho que apresenta mais vantagens do que desvantagens. Acredito essa desvalorização do serviço doméstico no contexto da minha pesquisa pode estar relacionado à questão da idade – são as jovens que o desvalorizam.

O universo em que essa valorização da maternidade ocorre é aquele, também já apontado pela bibliografia, em que os laços consangüíneos tem primazia sobre os de afinidade e onde a família se constrói como um valor (Fonseca, 1987; Sarti 1996; Knauth, 1997; Duarte, 1995). Nesse sentido, para se compreender qualquer fenômeno relacionado às decisões reprodutivas é necessário considerar a importância atribuída à família pelos membros do grupo investigados. A família, enquanto valor, orienta grande parte das práticas sociais.

A família pobre não se constitui como um **núcleo**, mas como uma **rede**, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos (Sarti, 1996:48-9).

Como já enfatizado, a gravidez é uma estratégia fundamental no estabelecimento de uma aliança. Isso não significa que toda gravidez resulte em aliança; mas um casamento, para ser considerado estável, necessita de filhos: os filhos dão sentido ao casamento.

Aliado a isso, o prestígio social da mãe e do pai se faz sentir nas relações com consangüíneos e afins. Apesar dos laços de consangüinidade serem mais importantes do que os de afinidade, a condição de mãe determina uma mudança significativa nas relações das mulheres com sua

família e com a sua rede de relações mais ampla. Para os homens, o *status* de pai confere o reconhecimento de sua virilidade e de suas qualidades sociais (de trabalhador e provedor); esse *status* só é adquirido com o compromisso na manutenção financeira dos filhos.

Assim, me refiro a um contexto onde o caráter positivo da maternidade se configura conjuntamente em um espaço onde a carreira profissional não oferece muitos caminhos. A aliança, assim, representa uma independência simbólica, muito mais que econômica, com relação à família de origem. Além disso, as dinâmicas familiares priorizam os laços consangüíneos em relação aos de afinidade. A gravidez e os filhos são um elo importante e necessário para a consolidação da aliança.

A importância da consolidação da relação com o pai da criança para a aquisição de um novo *status* na família de origem e na rede de relações locais não significa que a maternidade solteira é condenável em termos morais ou gere algum tipo de acusação de desvio. Muito menos, a importância dada ao *status* de casada significa que os laços conjugais sejam sólidos ou não se desfaçam. Na verdade, minha análise pretende mostrar que esses referentes – maternidade, casamento, feminilidade, tornar-se adulto - se articulam e assumem significados específicos conforme as relações vão se estabelecendo.

Neste universo, os filhos são das mulheres; é uma mulher que dá um filho ao seu parceiro⁹. O homem, em troca, deve manter financeiramente sua parceira e os filhos. Isso consolida uma organização sócio-espacial onde as tarefas domésticas e de cuidados das crianças são femininas; o mundo do trabalho e fora da casa é dever e responsabilidade masculina.

Em geral, o modelo de organização familiar e de relações de gênero parece ser este; entretanto, as práticas sociais estão recheadas de contradições a este modelo. Como já salientei, apesar da fatalidade da maternidade e da sua importância na constituição da feminilidade, a interrupção da gravidez ocorre em alguns casos. Mesmo que a consolidação da aliança seja valorizada, com os filhos sendo um elo importante para que isso ocorra, a maternidade solteira e a instabilidade conjugal não são exceções. Não obstante a gravidez ser uma estratégia utilizada para a aquisição de *status* de adulto, nem sempre ela é eficaz – as mães novinhas solteiras, mesmo que com certa ascendência social, não atingem o *status* pleno de mulher. A despeito do trabalho não ser a carreira feminina de maior prestígio, as mulheres chefe de família são muitas; grande parte das mulheres, mesmo com parceiros presentes, trabalham fora, mesmo que

⁹ Strathern (1995), ao discutir o fato de algumas mulheres buscarem as novas tecnologias reprodutivas para engravidar sem terem relações sexuais, também corrobora essa noção. Entretanto, ela enfatiza que isso não é apenas particular a um extrato social, é algo que está na base do sistema de parentesco euro-americano. A autora coloca que o que choca no ato de mulheres virgens quererem engravidar é a ausência da relação sexual. A cultura euro-americana, ao estabelecer o nexos entre relação sexual, concepção, paternidade e maternidade, acredita que o **sexo é definidor de relacionamentos**. Ao contrário dos trobriandeses, a relação sexual não separa relacionamentos; nós acreditamos que a relação sexual indica a presença ou a ausência de relacionamentos

esporadicamente. Essas nuances, matizes e gradações aparecem quando observamos esses elementos – maternidade, aliança e trabalho feminino – à luz dos diversos contextos em que os sujeitos estão inseridos no seu dia a dia. Esses demarcadores não se constituem como um modelo com conteúdos fixos, mas cujos significados e implicações dependem das relações que vão sendo criadas. As relações cotidianas e as práticas sociais vão estabelecendo outras formas de definição – a maternidade é importante como passagem de *status* etário, mas também pode ser o veículo para o estabelecimento da aliança e, assim, define novas relações sociais.

4. Dominação masculina, subjugação feminina? Os desafios do conceito de gênero

Essa descrição e análise podem estar dando a impressão que estou me referindo a uma forma de organização "tradicional" ou "patriarcal", com uma total subjugação feminina ao poder masculino: as mulheres no espaço doméstico, os homens no espaço público; as mulheres tendo filhos e os homens não os assumindo... Entretanto, não é isso que proponho aqui. Nesse sentido, é importante refletir sobre o conceito de gênero e as recentes discussões que teóricas e antropólogas feministas têm levantado ao criticar a universalidade de uma lógica que utiliza pares de oposição como suporte

simbólico – pares como natureza/cultura, público/privado, poder masculino/subjugação feminina¹⁰.

Neste trabalho, utilizo o conceito de gênero segundo Strathern:

By 'gender' I mean those categorizations of persons, artifacts, events, sequences, and so on which draw upon sexual imagery – upon the ways in which the distinctiveness of male and female characteristics make concrete people's ideas about the nature of social relationships. (Strathern, 1980: ix)

Gênero, pois, se refere a um tipo de categoria de diferenciação, que assume conteúdos diferentes em contextos diversos. Strathern o utiliza como uma categoria descritiva, *como um operador de diferenças não preestabelecidas que marcam e que só podem ser compreendidas contextualizadamente* (Piscitelli, 1999:31).

Além disso, gênero é um aspecto da organização social geral. As categorias de diferenciação, contextuais e particulares, criadas a partir da imagética sexual são fundamentais da vida social. Ou seja, segundo a autora, a importância de se analisar o gênero reside no fato de que as relações sociais se dão através dessas categorias. Em outras palavras, acrescenta-se à análise uma ótica até então pouco considerada : a da vida social “generificada”.

¹⁰ A principal referência que utilizo é Strathern, 1988; ver também e MacCormack e Strathern, 1980. Corrêa, 1999 e Piscitelli, 1999 discutem essas questões, onde nitidamente apoio minhas reflexões.

Em *The Gender of the gift*, Marilyn Strathern (1988) executa, de maneira densa e complexa, a tarefa primeira da Antropologia: compreender outro sistema de representações, outros modos de vida, outra cultura, no caso, as sociedades Melanésias. O ponto central da discussão é a dádiva - tema recorrente na Antropologia clássica - que é vista, de forma inovadora, de uma perspectiva “genericada”.

Para entender o gênero da dádiva, Strathern considera que precisamos compreender não apenas o ponto de vista Melanésio, mas a própria natureza da atividade simbólica nestas sociedades. Desta forma, a argumentação se constrói a partir do contraste entre as concepções Melanésias e as concepções Ocidentais. Neste sentido, a autora realiza um enorme exercício de relativização, no qual, ao aprofundar o conhecimento das concepções Melanésias, coloca à luz as nossas próprias concepções. Neste exercício de vai e vem do “outro” para o “nós” (e vice-versa), a autora reconhece que corre o risco de não estar sendo muito fiel aos conceitos nativos; mas como a distância entre as nossas concepções e as deles é tão grande, a solução que ela encontra é apresentar estas diferenças a partir do contraste entre elas.

Além disto, este exercício de relativização não poupa os conceitos e concepções da própria antropologia, em geral, e das teorias feministas, em particular. Strathern utiliza as concepções Melanésias para mostrar como os

conceitos e questões levantados pela antropologia e pelo feminismo são perpassados por categorias ocidentais, acrescentando uma nova ótica a reflexão sobre o poder envolvido nas relações de gênero.

Para compreendermos o argumento de Strathern, é preciso, pois, compreendermos a natureza da atividade simbólica entre os Melanésios. Neste sentido, Strathern contrapõe a lógica da mercadoria (Ocidental) à lógica da dádiva (Melanésia). O cerne das diferenças entre estas duas lógicas está, segundo ela, na noção de indivíduo e sociedade.

A lógica da mercadoria pressupõe a existência do indivíduo enquanto uma unidade e, portanto, enquanto um sujeito autônomo e racional. Assim, a ação social é considerada como fruto da premeditação: o sujeito “planeja” a sua ação, visando determinados fins, vantajosos para o próprio sujeito. A lógica da mercadoria, pois, têm como princípio gerador da ação o lucro, e considera que as relações estabelecidas entre os indivíduos, enquanto uma entidade autônoma, cria uma outra “entidade”, a sociedade.

Nesta lógica, igualamos sujeitos e pessoas, enquanto separamos sujeitos de objetos. Neste sentido, a concepção Ocidental separa o material do simbólico: acreditamos na natureza convencional dos símbolos, enquanto algo que representa ou está no lugar de outra coisa. Assim, uma coisa pode representar outra coisa, como uma expressão cultural relacionada àquilo que

ela expressa, e uma coisa pode ser convertida em outra, em circunstâncias apropriadas.

Na lógica da dádiva as coisas não se dão do mesmo modo. A pessoa não é entendida como uma unidade (indivíduo), mas como um ser múltiplo, formado de várias partes, um ser *divíduo*. É na relação que o sujeito se constitui enquanto *divíduo* múltiplo, sendo a relação que constitui ou aciona a “parte” que está em ação. Neste sentido, a ação social é relacional e contextual: é na relação que o sujeito é constituído. O princípio gerador da lógica da dádiva é a reciprocidade, e por isso, a troca institui relações que configuram sujeitos. Strathern considera que a lógica Melanésia não concebe a vida social como uma sociedade, uma entidade formada pelo conjunto de outras entidades (os indivíduos) autônomas. Para melhor descrevermos a forma da vida coletiva investigada pela autora, é melhor utilizarmos a noção de *socialidade*, enquanto um conjunto de relações.

Segundo Strathern, entre os Melanésios os objetos de riqueza, trocados na dádiva, são *personificações*. Isto não significa opor esta noção à idéia de objetificação. Isto é o que faz o feitichismo da mercadoria, ao opor pessoas e objetos. Na lógica da dádiva, os objetos são criados em contraste às pessoas, mas através de equações e separações. Assim, pessoas e coisas têm a forma social de pessoas. As objetificações são realizadas nas pessoas e são as relações sociais que são os objetos das ocupações das

pessoas umas com as outras. Nesta lógica, as relações sociais podem somente se transformar em outras relações sociais. Os Melanésios não utilizam a noção de representação, mas as noções de distinção e complementaridade.

O que tudo isto tem haver com gênero e relações de poder? Strathern argumenta que

se devemos parar de pensar que o centro da cultura Melanésia é uma relação hierárquica entre sociedade e indivíduo, devemos também parar de pensar que uma oposição entre masculino e feminino deve se dar no sentido do controle que homens e mulheres estabelecem um sobre o outro. (Strathern, 1988:14)

Em uma sociedade onde a pessoa é concebida como múltipla e compósita, e onde a relação é que determina a ação e constitui o sujeito, devemos ter uma outra ótica ao analisarmos a natureza da oposição e da dominação intersexual. Neste sentido, a oposição “masculino” e “feminino” não é assimétrica, mas relacional. Assim, a discussão feminista acerca da negação/privação/ausência de subjetividade das mulheres enquanto sujeitos, é uma discussão Ocidental. Ela não faz sentido nos termos Melanésios.

Em primeiro lugar, ela não faz sentido porque a idéia de que os indivíduos têm que se constituir como sujeitos é uma idéia Ocidental. Na Melanésia, a pessoa é concebida como uma objetificação de relações.

Além disso, a lógica Ocidental, ao considerar que a pessoa tem atributos individuais e propriedades intrínsecas, considera os atributos sexuais como inerentes às pessoas e, assim, lhes dá um valor principalmente na capacidade de reproduzir. Strathern está tentando mostrar que a compreensão da biologia e da fisiologia é cultural. Neste sentido, a base do argumento feminista de que a dominação masculina seria uma forma dos homens exercerem o controle da fertilidade feminina só faz sentido em sociedades que acreditam que as mulheres fazem os bebês.

A autora considera que a lógica Ocidental constrói a idéia das mães fazendo os bebês como uma analogia do trabalhador que faz o seu produto. Entre os Melanésios, as mulheres, ao reproduzirem, produzem entidades que estão em uma relação social a elas. Assim, crianças são o resultado das interações de múltiplos outros, de um conjunto de relações. A reprodução evidencia a socialidade (relações).

Isto tudo implica no fato de que a troca de mulheres não pode ser interpretada, nestas sociedades, como uma tentativa de controle da fertilidade feminina. A reprodução só existe porque estabelece relações; por

isso, a participação dos homens e das mulheres no fazer bebês faz parte de uma ação relacionada. Homens e mulheres são análogos.

Os ocidentais consideram que os homens estão dominando porque a representação Ocidental é que confere maior importância à ação coletiva (que na Melanésia é masculina). A visão Ocidental, assim, considera que as transações dos homens e as atividades rituais são ativas, enquanto a capacidade interna das mulheres para a reprodução é passiva.

A nossa dificuldade (ocidental) de entender o argumento de Strathern se coloca no fato, segundo ela mesma, de que são as nossas representações sobre o gênero que se levantam a partir da idéia de assimetria. Para os Melanésios não é assim. Os homens e as mulheres não se colocam em uma relação de ativo e passivo um com o outro. A concepção Melanésia da relação causa e efeito considera que uma causa (passiva) foi, em uma fase anterior, um agente (ativo). Neste sentido, as posições de agente e passivo são reversíveis. O que confunde a percepção ocidental é o fato de que, na Melanésia, são os homens que estabelecem as relações coletivas e públicas. Para nós, isto significa que eles dominam, ou têm

vantagens sobre as mulheres¹¹. Entretanto, na concepção Melanésia, os homens e as mulheres são vistos como sendo as causas dos atos um do outro. Assim, os homens são considerados como a causa do ato de dar à luz de suas esposas, enquanto que as mulheres são consideradas como a causa das transações dos homens. Desta forma, os atos são complementares e simétricos, não havendo nenhuma noção de hierarquia

Do ponto de vista Melanésio as atividades masculinas não são nem mais nem menos importantes do que as femininas, ou vice-versa¹². Todas as ações requerem esforços de agência (*agency*). O fato das mulheres serem trocadas, e assim apresentarem um valor enquanto riqueza, não denigre a sua subjetividade. As mulheres que são "objetos" das relações de troca não

¹¹ Yanagisako (1987) reforça o fato de que metáforas analíticas devem ajudar-nos a compreender metáforas nativas, na medida em que as primeiras clarificam os processos históricos e culturais específicos dos quais as últimas emergem e, assim, possibilitam o reconhecimento de processos de mudança. A autora traz à discussão dois conjuntos de oposições analíticas que tiveram lugar central no campo de estudos do parentesco: a oposição das esferas público/privado (que Michele Rosaldo considera um campo estrutural de organização social e utiliza para identificar uma assimetria sexual universal) e a distinção entre os domínios doméstico e jurídico-político (que Meyer Fortes considera uma característica heurística para a compreensão do parentesco em todas as sociedades. A autora analisa como dois grupos de japoneses na América – os Issei, migrantes nascidos no Japão e o Nissei, seus descendentes nascidos na América – atualizam metáforas dos domínios de gênero e parentesco. Os Issei utilizam a metáfora *dentro/fora* para se referirem respectivamente aos domínios feminino e masculino. Os Nissei utilizam a metáfora *família/trabalho* para se referirem aos domínios de gênero. As diferenças nas metáforas utilizadas pelas duas gerações refletem mudanças no próprio modelo institucional de parentesco e gênero na sociedade capitalista contemporânea. A mudança de um modelo cultural de domínio de gênero diferenciado sócio espacialmente para um diferenciado funcionalmente, se por um lado, tem resultado no fato de que o parentesco seja definido como "um trabalho das mulheres", por outro tem minado a autoridade do homem na família, ao mesmo tempo que tem reconfigurado a relação entre família e sociedade.

¹² A análise das relações de gênero entre os Mebengroke, feita por Wanessa Lea (1994), também oferece subsídios na relativização de uma oposição assimétrica entre doméstico e público. Recorrendo às noções de *agency*, de Strathern, e *englobamento do contrário*, de Dumont, a autora mostra que, do ponto de vista nativo, essas relações são muito mais complementares de que desiguais.

são privadas de autonomia. Ou seja, do ponto de vista Melanésio, é um erro considerar que certas pessoas possam sempre ser objetos das transações de outras. As pessoas não existem em um estado permanente de subjetividade ou objetividade. O agente é um canal, onde se estabelece a relação, e nesse sentido o agente é contextual, construído na relação.

Da mesma forma, a causa da ação é sempre passiva, mas com respeito àquela ocasião e não como uma condição geral. Assim, as relações estabelecem assimetrias; mas tal assimetria é também contextual, e a ocupação destas posições por homens e mulheres é sempre transitória, nunca inerente a um ou outro sexo.

No coração da assimetria está o fato que um agente não é concebido como capaz de apropriar atos dos outros. Alguém pode fazer outra pessoa agir, e assim se torna a si mesmo uma causa (passiva) para aquela ação. As mulheres dando à luz, como um ato, não pode ser assumido por homens; os homens só podem intervir como causando a ação. Como nós vimos mais cedo, uma mãe é coagida em se tornar uma mãe, para ela mesma. A condição antecedente para tais interações, da forma como eles concebem os sexos, deve ser a possibilidade sempre aberta de que alguém é receptivo ao outro, cada um capaz de registrar os efeitos dos outros, "para ser feito" em um agente. Cada um deve ser constitucionalmente vulnerável ao sexo oposto. (Strathern, 1988:332)

É esta vulnerabilidade que permite, segundo Strathern, que a relação entre os sexos se de na forma de englobamento. Exatamente porque o gênero é relacional e situacional, que em determinadas ocasiões, um corpo engloba o do sexo oposto. Os rituais masculinos ou a própria gestação são

vistos como atos de englobamento. Entretanto, no englobamento, a distinção entre o englobador e o envolvido se mantém; por isso, não há, no caso, a idéia de atividade ou passividade na ação. No englobamento, não há idéia de que um elemento possui o outro; cada um deles se mantém distinto e em relação ao outro. Não há a idéia de hierarquia.

Mas porque as mulheres não participam das trocas? Segundo ela, é porque as relações entre os sexos só podem assumir uma forma não-mediada. Ou seja, a capacidade das mulheres para a gestação é englobada pelos homens que são excluídos do momento do parto. Portanto, esta relação de englobamento é provisória. Assim, a ausência de mediação entre os sexos cria a condição para uma *agency* de mulheres como produtoras, de crianças e delas mesmas. Uma separação produtiva é produzida entre atividades masculinas e femininas, onde as trocas masculinas envolvem a capacidade interna das mulheres de gestação. Neste sentido, o nascimento "causa" um novo ciclo de transações masculinas, com os homens se relacionando com seus afins.

Strathern insiste que esta é uma assimetria de forma, e não inerente aos sujeitos (homens e mulheres). A forma delinea a posição do agente com relação tanto à causa quanto ao resultado da ação:

Não é que os agentes “criam” a assimetria; eles a ordenam. Em resumo: ser ativo e passivo são posições relativas e momentâneas: na medida em que as categorias relevantes dos atores são “masculinas” e “femininas”, então qualquer sexo pode ser considerado como a causa dos atos de outros; e a condição é evidenciada na perpétua possibilidade de alguém ser vulnerável à exploração do outro, ou capaz de englobar o outro. A conclusão deve ser que estas construções não requerem relações de dominação permanentes. (Strathern, 1988:333)

É pois em um contexto complementar que a dominação aparece; a vida doméstica e a vida pública se complementam, uma englobando a outra, e por isso, a concepção Melanésia não privilegia uma esfera em relação à outra, em termos de valor. Strathern reforça que os atos de excesso são particulares, e acontecem em contextos individuais e cotidianos; com isto, ela argumenta que não devemos entender a dominação masculina no contexto Melanésio como qualquer coisa mais do que ela é. Neste sentido, Strathern retoma a intenção dos estudos feministas, que buscam a natureza da opressão e dominação entre os sexos. Strathern considera que as questões que as feministas se colocam não fazem sentido na sociedade Melanésia, pois elas partem de pressupostos que fazem sentido na cultura Ocidental. Não existe, na concepção Melanésia, a possibilidade de alguém agir por outro; é na relação que os agentes se constituem sujeitos. Nestes termos, a dominação na Melanésia não significa privação de subjetividade; é enquanto agente que as mulheres sofrem a dominação.

5. Seriam as mulheres pobres Melanésias?

Não estou com essa digressão teórica levantando a bandeira que o grupo pesquisado viva na "lógica do dom", em oposição a nós, que vivemos na "lógica da mercadoria". Os sujeitos pesquisados situam-se inseridos na nossa sociedade e não vivem em uma redoma de vidro, alheios às dinâmicas sociais mais amplas. O que talvez essa reflexão levante é o fato de que a nossa lógica dicotômica não é tão eficaz nem mesmo para explicar a nossa própria sociedade. As contradições e ambigüidades que surgem neste pequeno exercício reflexivo a partir das práticas do grupo observado levantam possibilidades analíticas de relativizar pressupostos arraigados na forma como classificamos os dados que encontramos nas nossas pesquisas.

A leitura de Strathern e a análise dos dados recolhidos na pesquisa sugerem pensar que as brechas nos discursos e nas práticas sociais mostram como modelos mais gerais vão sendo particularizados e novas relações sociais vão conduzindo a construção de novos significados. Venho tentando mostrar que a maternidade é um valor definidor de um outro *status* social. O modo como essas mulheres, mães novinhas e gurias se relacionam com a maternidade tem a ver com modelos que fazem parte das nossas concepções ocidentais – que também estão presentes no universo estudado. A forma como elas traduzem esse modelo nas suas práticas tem suas especificidades e contradições. Enquanto analistas e intérpretes do social

corremos o risco de ter a tendência de procurarmos uma coerência entre o modelo e a sua realização que nem sempre encontramos – e que talvez sequer exista.

A articulação entre maternidade e casamento na construção da feminilidade ganha contornos específicos no caso das mães novinhas, enquanto demarcador etário. Não basta ser mãe para atingir o *status* pleno de adulto: a consolidação da aliança é fundamental para a passagem da categoria guria para mulher. Entretanto, isso se configura especialmente no contexto da primeira gravidez. Por exemplo, uma mulher mais velha, já mãe, engravidando de uma nova relação e não consolidando o casamento com o pai da criança, não passa a ser guria. Da mesma forma, uma mulher quando se separa. O que acontece é que em cada situação – dependendo dos atores envolvidos e das relações por eles estabelecidas – são rearranjados significados para essas categorias.

A maternidade estabelece uma rede de relações sociais. A primeira gravidez, pois, institui uma nova série de relações que configura de modo particular a situação das jovens mães: elas adquirem um novo *status* social. As mães novinhas participam das conversas e dividem saberes femininos com as mulheres. Dão ordens e repreendem publicamente as gurias – mesmo que a diferença de idade entre elas seja mínima. Nesses contextos,

os significados sociais atribuídos à categoria mulher englobam outros significados e estabelecem as relações nesse sentido.

As mães novinhas solteiras e mulheres mais velhas, também solteiras, participam das redes de sociabilidade consideradas apropriadas às gurias – sair, paquerar, namorar – mesmo que sejam mães ou mais velhas. A partir dessas relações, é a "solteirice" que é acionada, englobando outros significados.

As mães novinhas solteiras, que vivem na casa de sua família de origem e não consolidaram a aliança com o pai da criança¹³, são tratadas, no contexto doméstico, como gurias: levam castigos e repreensões dos pais e precisam se adequar à autoridade dos mais velhos. Nessas relações, são os significados da categoria guria que são acionados.

Assim, para a compreensão das intersecções entre maternidade, casamento e ciclo de vida nesse universo, considero importante apreendermos a concepção relacional, sugerida por Strathern. Conforme as

¹³ É importante ressaltar que as histórias de gravidez das mães novinhas não seguem um mesmo caminho: as particularidades de cada caso aparecem nas narrativas das suas histórias de vida. Toquinho engravidou não casou e continua vivendo, solteira e com sua filha, na casa de sua mãe. Joana engravidou e casou com o pai de seu filho; ambos vivem em uma casa "própria". Fátima engravidou e vive com o pai da criança na casa da família de origem dele. Cristina engravidou, não casou com o pai de seu filho, fugiu de casa e retornou próximo do momento do parto, já com outro companheiro – ela, seu atual companheiro e seu filho viviam, no momento da pesquisa, na casa da família de origem dela. Mesmo que a maternidade crie novas relações, estas são situacionais, dependendo das articulações específicas entre os atores envolvidos

relações se estabelecem e dependendo dos atores nelas envolvidos, os critérios e significados vão se construindo e reconfigurando, dando sentidos específicos aos referenciais utilizados.

Capítulo 3

O discurso médico sobre a gravidez na adolescência e a construção de um problema social

Neste capítulo pretendo apresentar algumas implicações de se construir a gravidez na adolescência como um problema social *a priori*. Com isso, não estou desconsiderando a complexidade da questão, nem querendo apresentar uma “apologia” da gravidez na adolescência. Apenas parece-me importante lançar um outro olhar à questão, que problematize o modo como ela vem sendo tratada.

Esse campo é permeado por discursos de várias fontes: saúde, feminismo, meios de comunicação de massa, para citar alguns, são áreas do saber e da vida social que veiculam idéias e propostas a respeito da gravidez na adolescência. Em geral, a questão é apresentada na forma de um discurso alarmista, associada a aspectos negativos que podem acontecer à jovem mãe e ao bebê, caracterizando a gravidez na adolescência como *precoce, prematura, indesejada, não planejada*. Para fins desta análise me

restringo ao que estou chamando de "discurso médico" sobre a gravidez na adolescência. Isso não significa uma pesquisa exaustiva da produção na área; refiro-me a algumas publicações, algumas delas fruto de projetos de intervenção, elaboradas por profissionais da área de saúde (médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas)¹.

Contrapondo a estas perspectivas, e a partir de minha convivência com jovens mães em bairros populares em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, não percebi qualquer referência à maternidade adolescente como um "problema" - essas mães novinhas pareciam-me completamente "integradas" à vida cotidiana local, não havendo nenhum tipo de acusação de um comportamento "desviante" ou nenhuma implicação "moralmente condenável" pela sua situação. Isso tudo me fez pensar na necessidade de se refletir sobre a maternidade como um marco de entrada na vida adulta, bem como sobre a "precocidade" desta entrada, já que não me parecia que as pessoas condenassem essas situações de maternidade como sendo precoces. Passo assim a analisar como a gravidez na adolescência se constrói como um problema social no discurso médico, comparando essas idéias às situações de campo observadas empiricamente no grupo estudado.

¹ As publicações pesquisadas são: Monteiro, Cunha, Bastos (1998); Jucá (2000); Barroso (1986); Desser (1990); Duarte (1997); Ribeiro (1999). Muitas delas são coletâneas de artigos de autores diversos. No decorrer do texto, faço as referências aos autores dos artigos. Agradeço a médica Renata Jucá a indicação da bibliografia.

1. O discurso médico e a gravidez na adolescência

No discurso médico, a idéia de que as **adolescentes não estão preparadas para a maternidade** aparece como o argumento maior e aglutinador de um conjunto de elementos que sustentam a abordagem da gravidez na adolescência como um problema social. Ou seja, a maior parte da argumentação se constrói a partir da idéia de uma **imaturidade biológica, psicológica e social** das adolescentes. Esse argumento maior pode ser desmembrado, analiticamente, em alguns elementos recorrentes nos artigos analisados:

- 1.1 aspectos fisiológicos da gravidez na adolescência;
- 1.2 a falta de informação e o não uso de métodos contraceptivos;
- 1.3 a desestruturação familiar;
- 1.4 e a relação causal entre fecundidade e pobreza, o que aponta para a necessidade de planejamento familiar entre os pobres.

1.1 Aspectos fisiológicos da gravidez na adolescência

A idéia de que as adolescentes não tem o corpo preparado para a gravidez e a maternidade, ocasionando uma série de disfunções e problemas fisiológicos, tanto para a mãe como para o bebê é uma idéia bastante

presente e freqüentemente utilizada em vários campos discursivos relacionados à gravidez na adolescência.

A literatura médica é discordante sobre o assunto. Os artigos pesquisados não fogem da polêmica. Por um lado, vários autores, citados nos artigos, consideram que a gravidez na adolescência traz como conseqüências uma série de problemas tanto para a mãe como para o bebê. De outro, vários autores consideram que o aspecto biológico é o fator de menor impacto, pelo menos a partir dos 16 anos.

As controvérsias com relação ao desempenho obstétrico da mãe adolescente parecem ter sua origem no que se refere à classificação da gravidez de alto risco. A própria definição de gravidez de alto risco, bem como a relação com a idade da genetriz é diversificada. Alguns autores consideram que o mau prognóstico para o bebê seria o elemento central para caracterizar o alto risco, desconsiderando as repercussões físicas e psicológicas relacionadas à mãe (Pinto e Silva, 1982 apud Ferreira, 1986: 85). Já outros, consideram que o alto risco está relacionado a oportunidade de que surjam agravos físicos, psíquicos e sociais à mãe e ao conceito (Delascio e Almeida, 1974 apud Ferreira, 1986: 85).

A idade materna também é referida como fator que determina o risco da gestação, por estar relacionada a perigos de ordem biológica. Entretanto, os limites de idade em que este risco passa a ser considerado é variável. Ao meu ver, esta variabilidade em determinar os limites etários de uma gravidez de alto risco, por um lado, relaciona-se à diversidade de delimitações etárias para a própria adolescência, já mencionada no capítulo 1.

Na adolescência, **faixa etária considerada de risco**, a assistência pré-natal reveste-se de especial importância, necessitando de atendimento diferenciado (grifo meu) (Monteiro, 1998:60).

Nota-se, no exemplo desta citação, que considerar a adolescência como uma faixa etária de risco, é uma conceituação ambígua e muito ampla, já que a delimitação etária do início e fim da adolescência é variável e polêmica. Além disso, abarca uma diversidade de idades que do ponto de vista biológico, são bastantes diferentes. Por exemplo, referir-se a problemas fisiológicos e biológicos em uma gravidez de uma menina de 11 ou 12 anos é algo bem diferente de se considerar a gravidez em uma moça de 18 ou 19 anos, já que o desenvolvimento biológico difere nestas duas fases.

Por outro lado, noto que na literatura médica mais recente (a partir da década de 90), há uma tendência de abandonar a noção de alto risco em nome da idéia de gravidez precoce ou inoportuna.

A idade da paciente por ocasião do parto, considerada de risco nos períodos extremos (menor que 19 anos ou maior ou igual a 35 anos) é também considerada para sua matrícula, independente de outros critérios. Assim, pelo critério da idade do paciente podemos classificar a gestação em precoce (abaixo de 20 anos), oportuna (20-34 anos) e tardia (35 ou mais anos) (Cunha, Freire, 1998:109).

Este tipo de classificação, parece uma tentativa de driblar problemas advindos de uma “biologização” extrema da questão. Ou seja, a própria literatura médica reconhece que na gravidez na adolescência o aspecto biológico é o que menos importa na construção do problema. Assim, o discurso médico tem apresentado a tentativa de abordar a temática de um ponto de vista que privilegie os seus aspectos psicológicos e sociais.

Apesar de haver um aspecto louvável nesta tentativa, não podemos deixar de apresentar os seus limites. Em primeiro lugar, a tentativa de relativizar a idéia de “gravidez indesejada”, ao apresentar a noção de “inoportuna”, traz em si um série de pré noções sobre maternidade e relações de gênero que são no mínimo discutíveis a luz das teorias e movimentos sociais contemporâneos . Vejamos um trecho que, pela sua clareza, exemplifica muito bem os riscos deste tipo de abordagem:

Diversos autores dizem que a gravidez na adolescência é indesejada ou não planejada na maioria das vezes, surgindo em decorrência de atividade sexual não protegida (Takiutu, 1991). (...) Concordamos com o Prof. Álvaro da Cunha Bastos ao preferir usar o termo gravidez inoportuna, pois na realidade **toda** mulher deseja e planeja em um dado momento de sua vida, ser mãe (Monteiro, 1998:61). (grifo meu)

Ao considerar o desejo de maternidade como algo concernente a toda mulher, esta concepção não consegue fugir do mesmo problema que está presente na perspectiva biologizante: ambas pressupõem a universalização da realização da feminilidade a partir da reprodução. Este tipo de argumento transfere a universalidade do biológico para uma universalidade do psicológico feminino. Além disso, considera que há uma idade certa para o exercício de tal “desejo universal”. Por um lado, toda mulher deseja ser mãe, desejo este, portanto, presente também na jovem mulher; mas não se pode exercer este desejo em qualquer idade, mas naquela considerada certa e “oportuna”.

Os riscos maternos ligados à gravidez na adolescência mais freqüentes referidos na literatura são: maior incidência de toxemia (pré-eclâmpsia e eclâmpsia), de anemia e de infecções; complicações obstétricas (desproporção céfalo-pélvica, trabalho de parto prolongado, parto operatório); maior índice de mortalidade materna; e, principalmente, pré natal deficiente. Em relação aos riscos para o recém-nascido, destacam-se: maior incidência de prematuros e de crianças de baixo peso e maior morbidade e mortalidade perinatal (Ferreira, 1986):

A literatura registra inúmeras publicações a respeito da gestação na adolescência, porém observam-se resultados conflitantes. Muitos autores referem complicações como DHEG, trabalho de parto prolongado e desproporção feto-pélvica, anemia, distocia do colo uterino, além de prematuridade e baixo peso do recém-nato. Outros como Mathias et al. (1985) concluem que todas as adolescentes no momento da gestação,

atingem maturidade biológica e endócrina semelhante e igual desempenho obstétrico (Monteiro et alli, 1998:153).

A grávida muito jovem pode constituir um problema não só do ponto de vista obstétrico como também do ponto de vista pediátrico. Crianças de mães adolescentes apresentam alta incidência de prematuridade e baixo peso ao nascer e índices de mortalidade e morbidade mais elevados que os filhos de pacientes de mais de 20 anos (Fagim, Matos, Cunha, 1998:123).

O filho da mãe adolescente tem probabilidade maior (cerca de 40%) de morrer durante o primeiro ano de vida, sendo o risco ainda maior no segundo ano (UNICEF, 1992 apud Fagim, Matos, Cunha, 1998:123)

Vários trabalhos relatam que os filhos de mães adolescentes têm, mais freqüentemente, problemas físicos, sociais e psicológicos, com implicações para a vida futura (Corrêa & Coates, 1993 apud Fagim et alli, 1998: 132).

Quando a população é carente, agrava-se o problema biológico pela falta de assistência pré-natal por razões sociais diversas: falta de procura de assistência por parte da paciente, maior incidência de patologia no pré-natal (acarretando maior número de internações), maior proporção de partos operatório e uso de drogas, dentre outras. (...) Tais recém-nascidos serão crianças problemas, com alto custo para o sistema. A condição de gravidez de alto risco contribui significativamente para a morbidade perinatal e a mortalidade perinatal e infantil (Cunha, Monteiro, 1998:36).

Esses argumentos aparecem quase sempre em referências a artigos mais antigos, anteriores a década de 80. Os artigos mais recentes tentam discutir tais argumentos, apresentando tendência a considerar que os aspectos biológicos são os que oferecem menos problemas, utilizando muitas vezes, dados empíricos coletados em projetos de atendimento a mães adolescentes.

A gravidez na adolescência exerce forte impacto biopsicossocial. Desses elementos, talvez o que sofra menor impacto, pelo menos a partir dos 16 anos, é o biológico. Com efeito, a repercussão biológica sobre tal paciente e mesmo o resultado gestacional não fica a dever ao da mulher adulta. (...) Os

aspectos sociais abrangem ainda educação e suplementação nutricional para prevenir recém-nascido de baixo peso." (Monteiro, Cunha, 1988: 33-4)

Assim, muitos autores consideram que a gravidez de alto risco é aquela verificada entre adolescentes menores de 15 anos. Em contrapartida, a própria literatura médica considera a idade dos 20 aos 34 anos como a faixa etária ideal de procriação (Cunha, Freire, 1998).

Nesta linha de argumentação, o peso do risco cai sobre o filho da mãe adolescente; entretanto, como se nota já na última citação, a própria literatura médica reconhece que os problemas da gestação e da criação dos filhos está relacionada a aspectos sociais, muito mais do que a idade das mães em um aspecto biológico. A idade da mãe influencia nos problemas da gravidez na adolescência pelos seus aspectos psicológicos e sociais, e não por qualquer questão biológica.

Atualmente, prevalece a opinião de que a gravidez na adolescência constitui-se em importante problema do ponto de vista psicossocial, não devendo preocupar do ponto de vista biológico (Cunha, Monteiro, Reis, 1998:48).

Já Mathias et al. concluem que todas as adolescentes no momento da gestação atingem maturidade biológica e endócrina semelhante e igual desempenho obstétrico. É de opinião que a evolução pouco satisfatória das adolescentes precoces se deve a condições socioeconômicas desfavoráveis associadas com controle insuficiente do pré-natal. (Monteiro, 1998:61)

É por esta razão que os estudos insistem na necessidade de programas de atendimento especial à mãe adolescente, pois assim os

problemas relacionados a tal gravidez poderiam ser diminuídos. Nesta linha de argumentação, é recorrente a consideração de que o pré-natal deficiente seria a principal causa dos problemas relacionados à mãe ao bebê.

A adolescente precisa de um atendimento diferenciado, não por ser uma gestação de risco em potencial, visto que seu desempenho gestacional é semelhante ao das adultas. A atenção especial deve ser dada devido às condições psíquicas, para que o parto não seja visto como um castigo e sim como o início de muita responsabilidade, pois a gravidez é consequência de uma atitude imatura que a impõe a se tornar adulta (Araújo, Pires, Cunha, 1998:101).

Admite-se que condições psicossociais desfavoráveis interferem profundamente, e de forma negativa, sobre o desempenho obstétrico da adolescente. Por outro lado, a assistência satisfatória à gravidez e ao parto pode exercer impacto positivo sobre o resultado materno e perinatal, anulando-se, eventualmente, as desvantagens típicas da idade (Molina, 1985; Clark, et. al., 1986) (Monteiro et al, 1998:153).

A adolescente em geral, inicia o pré-natal tardiamente, quando não mais consegue esconder a gravidez dos familiares ou quando as tentativas de interrupção foram infrutíferas (Monteiro et al, 1998:165).

Apesar de reconhecer que a situação das jovens grávidas pode trazer dificuldades e atrasos no reconhecimento público da gravidez e no encaminhamento médico da questão, já que a comunicação do fato pode implicar conflitos com a família, não considero ser esta a principal causa do retardamento do exame pré-natal, pelo menos no contexto observado. As mulheres mais velhas também não fazem exames pré-natais: nos seus relatos de gravidez a relação com o aparato médico se dá quase sempre no momento do parto. O discurso médico parece não considerar que o pré-natal

deficiente é um fenômeno relacionado à pobreza e às deficiências do sistema público de saúde, muito mais do que à idade da genetriz.

A expressão biopsicossocial é recorrente no discurso médico para caracterizar a gravidez na adolescência. Considero interessante o esforço por se tentar analisar a questão de uma perspectiva multidimensional, fugindo de uma visão exclusivamente biologizante. Entretanto, muitas vezes, os fatores psicológicos e sociais são confundidos, embaralhando e estereotipando práticas que não devem ser generalizadas. A última citação generaliza a tentativa de aborto como uma prática utilizada na gravidez na adolescência – o que é uma conclusão no mínimo apressada. Assim, imaturidade, culpa, vergonha são fatores psicológicos associados ao retardamento da procura de serviços médicos e na efetivação do exame pré-natal. Apesar de minha formação não ser em psicologia e a situação de pesquisa antropológica ser bastante diferente da situação terapêutica, não senti nenhuma dessas características na minhas informantes – ou pelo menos, não de forma que caracterizasse todo o processo da gravidez como doloroso. É claro que conflitos e ambigüidades aparecem no processo de assumir a gravidez e comunicar o fato à família de origem. Contudo, não consigo entrever culpa ou vergonha nas minhas informantes. As dificuldades relatadas são muito mais em termos práticos – como criar o filho, quem vai sustentá-lo – do que em termos de sofrimento psíquico.

Além disso, é recorrente aparecerem argumentos no discurso médico que consideram problema a gravidez em mulheres muito jovens. O discurso médico toma como referência mulheres jovens de 15 anos ou menos ao abordarem a temática da gravidez na adolescência. A observação do grupo estudado e a caracterização feita pelo próprio discurso médico da realidade social parecem demonstrar que a gravidez nesta faixa etária é a que apresenta os menores índices de ocorrência. Ou seja, o discurso médico parece tomar o particular pelo geral e transformar a exceção em regra na tentativa de construção da gravidez na adolescência como um problema social.

Das 9 moças, grávidas ou mães, que eu mantive contato, apenas uma engravidou com 14 anos. As outras oito engravidaram com 16 ou 17 anos.

É curioso observar que informações quantitativas colhidas junto a Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, SP, por Roland (1994: 175-185), em 1991, oferecem um outro perfil das mães adolescentes. Por exemplo, na Santa Casa de Misericórdia, onde ocorreram 64,4% dos partos de Piracicaba em 1991, observa-se que a idade média de entrada à maternidade – considerados os dados sobre primeira gestação (primigestas) – é de 20,6 anos. Ou seja, a idade média está bem acima da idade considerada de risco.

Além disso, observa-se que adolescentes menores de 15 anos representam apenas 0,7 % do total de partos ocorridos na Maternidade da Santa Casa, em 1991, e 3,1 % do total de partos ocorridos entre parturientes adolescentes neste hospital.

Se analisarmos o total de parturientes atendidas pela Santa Casa de Piracicaba com relação a sua faixa etária, temos os seguintes dados:

- menores de 20 anos: 21,7%
- 20-24 anos: 33,8%
- 25-29 anos: 24,2%
- 30 anos ou mais: 20,3

Ou seja, a maior parte das mulheres se torna mãe em idade onde o desenvolvimento físico é considerado adequado para a maternidade. Apesar dos dados serem referentes a um universo muito pequeno, podemos levantar a hipótese de que o discurso médico parece estar tomando o particular pelo geral; ou seja, a partir de casos específicos de gravidez precoce (entre mulheres de 15 anos ou menos), generalizam a idéia de problema na gravidez na adolescência.

1.2 A falta de informação no uso de métodos contraceptivos

É bastante comum encontrarmos, no discurso médico, a atribuição à falta de informações no uso de métodos contraceptivos como uma das causas do problema da gravidez na adolescência. Várias vezes, são citadas pesquisas e estatísticas que apontam para o fato de que um grande número de adolescentes grávidas reconhecerem que não usaram métodos de contracepção. Esta não utilização é lida pelo discurso médico como falta de acesso à informação sobre o uso correto destes métodos, fato que seria agravado pela situação de pobreza (baixa escolaridade, dificuldades econômicas, etc.).

A OMS reconhece a importância da gravidez na adolescência devido à diminuição a cada década da idade média de menarca (Tanner, 1962); hoje a adolescente atinge a idade física em época bem anterior que o século passado, mudança do comportamento sexual com a iniciação sexual precoce na maioria das vezes sem o preparo de medidas anticoncepcionais (Duarte, Simões, 1998:116).

Acho interessante esta interpretação da questão. Porque o não uso de método contraceptivo significaria necessariamente desinformação sobre ele? Não poderíamos ler neste não uso outras razões?

Alguns artigos e estudos na própria área médica já apontam para a lacuna existente entre conhecimento de métodos contraceptivos e a sua

efetiva utilização. Por exemplo, um estudo realizado entre estudantes universitários em Piracicaba, São Paulo, aponta que 81% deles diziam conhecer métodos contraceptivos. Mas 65% não usaram nenhum método na sua primeira relação sexual, e 48% não usavam efetivamente nenhum método anticoncepcional (Angeli apud Roland, 1994). Ou seja, a não utilização não necessariamente significaria desconhecimento, e nem estaria ligada a baixa escolaridade.

Nesse sentido, começa-se a buscar outras razões para a não utilização da contracepção entre adolescentes:

Vários trabalhos têm sido realizados, constatando o não uso de métodos anticoncepcionais entre adolescentes. Citado por Duarte (1997), estudo coordenado pelo Programa de Saúde do Adolescente, na cidade de São Paulo, em 1997, mostrou que entre 200 adolescentes com atividade sexual, 23% não conheciam nenhum método contraceptivo, 52% tinham ouvido falar em pílula, sendo que do total das duzentas, apenas 5% utilizaram algum método. A mesma autora mostrou, em outra pesquisa com 633 adolescentes que tiveram a primeira relação, que 70,1% não usaram nenhum método e alegaram que foi por esquecimento, por falta de acesso, porque fazem mal, ou porque são desconfortáveis, o que dimensiona bem a distância entre o saber e a motivação para o uso dos métodos anticoncepcionais (Jucá, 2000: 11).

Diante disso, em alguns artigos da literatura pesquisada, aparecem argumentos que tentam buscar explicações alternativas ao desconhecimento no que tange a não utilização de métodos anticoncepcionais. Nessa linha de argumentação, a idéia de que as mudanças no comportamento sexual levam à iniciação sexual muito precoce é o eixo onde se constrói a construção do

problema, já que os jovens, não teriam maturidade psicológica para enfrentar a vivência de uma sexualidade “responsável”.

O que se verifica hoje é que essa iniciação (sexual) vem desacompanhada de conhecimentos sobre reprodução e sem uso de métodos anticoncepcionais ou sem acesso a eles, além do despreparo emocional. O adolescente tem dificuldade em perceber e realizar comportamento preventivo, reforçado por um senso fantasioso muito forte de imunidade pessoal, o que resulta em excessiva exposição a riscos, sem os devidos cuidados de prevenção (Jucá, 2000:11).

Não se tomam quaisquer precauções – o que não tem absolutamente nada a ver com a falta de informações sexuais. Esta é uma incompreensão sobre a qual as autoridades não devem basear futuros atos de prevenção. As instruções sexuais não são remédio, e tampouco as pílulas: a gravidez dessas moças é **compulsiva** e os atos compulsivos resistem a qualquer interferência neles (Paiva, Caldas, Cunha, 1998:28 – grifo meu).

Assim, a literatura mais recente se concentra em buscar explicações mais psicológicas para o não uso da anticoncepção de adolescentes, fugindo da explicação simplista do desconhecimento de métodos. Essas explicações se concentram em uma visão da adolescência como a idade da imaturidade, onde os jovens teriam um pensamento mágico, típico da adolescência, que os impede de considerar que o risco é real, ou seja, que a gravidez pode realmente acontecer com eles.

O grande objetivo da contracepção deve ser a prevenção da primeira gravidez. Infelizmente, por razões diversas, a contracepção só é valorizada após a ocorrência da gravidez. Dentre as razões da falha, destacam-se:

- a) falta de educação sexual;
- b) ignorância da contracepção;
- c) atitude psicológica mágica do adolescente que se imagina imune ao risco;
- d) utilização da gravidez como instrumento de libertação, procurando criar novo contexto psicossocial;

e) desejo, até mesmo inconsciente, de provar sua feminilidade através da gravidez. (Monteiro et alli, 1998:151)

Apesar desta tentativa de relativizar a falta de informação como a razão principal da gravidez – o que é louvável, do meu ponto de vista, já que complexifica a questão e desmistifica explicações fáceis - esta leitura “psicologizada” e “preventiva” da gravidez na adolescência, traz alguns limites que devemos considerar. Em primeiro lugar, a não utilização de métodos anticoncepcionais é vista sempre de um ponto de vista **negativo**: as razões para a sua não utilização são sempre dadas pela **falta** de algo – educação sexual, acesso aos métodos, conhecimento do corpo, maturidade, afeto, apoio etc. Não querendo desqualificar a importância dos aspectos psicológicos da gravidez na adolescência, está implícito nesta forma de colocar a questão uma concepção universal de adolescência, desconsiderando a diversidade social e cultural que a realidade apresenta. Além disso, a análise de questões sociais a partir unicamente da perspectiva da falta de algumas coisas, traz em si o risco de caracterizar a questão, por um lado, em um discurso de denúncia, ou por outro, em um discurso que atribui o sentido de ser um problema de modo apriorístico. Ambas formas de apresentar a realidade social são limitadoras e reificadoras, pois não conseguem entrever a complexidade, sutilezas e contradições das questões que pretendem desvendar.

Aliada à concepção de adolescência como a idade da imaturidade, presente em toda a construção da gravidez na adolescência como um problema social no discurso médico, e talvez até decorrência dela, a questão da utilização de métodos contraceptivos aparece como uma questão primordial, já que tal utilização seria também a principal “solução” do problema. Assim, a utilização de métodos contraceptivos, a educação sexual e o adiamento da iniciação sexual são sempre apontados como estratégias para solucionar o problema, e portanto a sua falta como causas importantes da gravidez na adolescência.

A contracepção na adolescência precisa ser encarada sob o enfoque da medicina preventiva. (...) A ação preventiva da gravidez na adolescência faz-se através da educação sexual, do adiamento do início da atividade sexual e da contracepção. Esta, idealmente, deveria começar antes da primeira gestação. Caso contrário, devemos tentar evitar a reincidência da gravidez durante a adolescência. (Monterio et alli., 1998:140, 150)

Este tipo de discurso, ao trazer a tona a questão da contracepção com um aspecto de medicina preventiva corre o risco de escorregar para uma visão higienista da realidade social. Os aspectos polêmicos relacionados ao planejamento familiar associado a uma visão controlista da natalidade, já bastante debatidos, serão discutidos nos próximos itens.

Além disso, o que o discurso médico considera desconhecimento de métodos contraceptivos?

Ouvindo as minhas informantes, a idéia de desconhecimento do corpo e de métodos contraceptivos parece não se aplicar. Todas elas demonstram saber da existência de vários métodos – os mais citados são pílula, tabelinha e camisinha – e relacionam menstruação, relação sexual e gravidez com maestria. As confusões, ambigüidades e dúvidas que aparecem nos seus discursos não me parecem fruto de um total desconhecimento do seu corpo e de métodos contraceptivos, mas muito mais fruto de uma outra concepção de corpo, distante dos preceitos médicos e científicos (ver Victora, 1995) – e que não estaria relacionado à questão da idade, mas sim a de classe social. As mulheres adultas também apresentam nos seus discursos as mesmas dúvidas e ambigüidades.

Se as adolescentes conhecem métodos contraceptivos, por que elas não se previnem em suas relações sexuais? É difícil responder exatamente. O discurso médico aponta razões tais como o medo e a vergonha de se admitir a atividade sexual; uma visão romântica do amor e do sexo, medo de engordar com o uso da pílula; uso inadequado de métodos contraceptivos; e eu acrescentaria, de um lado, uma concepção simbólica do corpo e da gravidez diferente daquelas veiculadas pelo discurso científico, e por outro, a

vontade de se tornarem mães, ou pelo menos, a não consideração da maternidade nesta faixa etária como *precoce* ou *problemática*. A fala de Toquinho (mãe aos 17 anos), talvez condense esta idéia: a gravidez é "desejada" porque era fruto de um relacionamento estável com seu companheiro:

Quando aconteceu da primeira vez, meu namorado disse pra eu tomar pílula. Eu tomei. Depois a gente brigou, eu parei de tomar. Quando a gente voltou, ele disse se eu engravidava, ele assumia. A gente tava feliz e aí ate queria ter um nenê. Mas aí ... não sei, foi acabando, sabe, aquela paixão, aquela felicidade foi acabando, e aí a gente brigou de vez. Foi só dois meses depois que eu fiquei sabendo que tava grávida.

Por outro lado, é difícil afirmar quando uma gravidez é indesejada ou não planejada. O discurso das mulheres em geral, tanto mais jovens como menos jovens, demonstra que a gravidez é quase sempre atribuída ao acaso, ou seja, não resulta, em geral, de um projeto individual ou do casal. A maioria das mulheres não usa métodos anticoncepcionais, ou o fazem de forma irregular e circunstancial, da mesma forma que as mães novinhas². O terreno das decisões reprodutivas é fértil para entendermos os aspectos sociais da reprodução, ou em outras palavras, os significados sociais de ter ou não filhos. Assim, comportamentos aparentemente incompreensíveis à luz

² Knauth (1997), analisando as concepções de maternidade entre mulheres portadoras do vírus HIV levanta uma série de questões no terreno das decisões reprodutivas e os significados sociais associados a maternidade, família e ter filhos.

do senso comum ou mesmo da ciência médica, tal como as mulheres engravidarem precocemente, assumem um novo sentido, a partir de particularidades do contexto social onde os sujeitos se inserem³.

Diante disso, acredito que a gravidez na adolescência assume sentidos muito diferentes daquele que alimentam as preocupações dos profissionais da área da saúde que se debruçam sobre o tema. As mães novinhas estão inseridas em um contexto particular, onde o significado de ter um filho não assume o lugar tão "problemático" que pode nos parecer. Essas particularidades não são consideradas, do meu ponto de vista, na análise efetuada pelo discurso médico.

1.3. *A "desestruturação" familiar*

A instituição familiar é tema privilegiado no discurso sobre gravidez na adolescência como problema. A importância conferida ao casamento e a um modelo ideal de família é constante. Assim, a desestruturação familiar aparece no discurso médico tanto como causa como consequência da gravidez na adolescência.

³ Como tentei discutir no capítulo 2, a maternidade e o significado de ter um filho assume certas particularidades no contexto estudado. Além disso, a família não se constitui como um núcleo, mas como uma rede. Sobre as especificidades das dinâmicas familiares entre grupos populares ver, principalmente, Fonseca (1995, 2000) e Sarti (1996).

Nos grandes centros urbanos há um significativo número de adolescentes abandonando seus lares devido a agressões físicas e mentais, situação econômica, violência e até mesmo por sobrevivência. Para sobreviverem reúnem-se em grupos formando uma espécie de família e, após a iniciação sexual, nesses grupos começa a aparecer a gravidez e, posteriormente, os filhos, dando início a um círculo vicioso perigoso e patológico, o que leva as autoridades a questionar sobre que tipo de amparo têm essas pessoas e que fim levará esse tipo de família: ao desamparo social, à marginalidade ou à morte (Duarte, Simões, 1998:116).

A família, por sua vez, não pode, na maioria das vezes, dar-lhes apoio nas tarefas da maternidade, porque seus membros também precisam dar condução às suas próprias vidas, com também não podem ter um elasticidade indefinida de distribuir atenção, apoio, conforto etc. Algumas jovens avós também estão tendo filhos concomitantemente com seus filhos. Muitas vezes, a introdução de um novo membro no grupo familiar quebra a sua estrutura de funcionamento, o que vai exigir uma reorganização, a fim de obter-se novamente o equilíbrio. Mas nem sempre isso ocorre de forma harmoniosa e o equilíbrio, às vezes nem é atingido (Paiva, Caldas, Cunha, 1998:29).

Os filhos das mães adolescentes, quando oriundos de segmentos sociais de baixo poder econômico, deixam de receber os necessários cuidados maternos, contribuindo para a demanda de serviços de saúde. Mesmo aqueles provenientes de população não carente, podem ter seu desenvolvimento comprometido do ponto de vista físico e psicológico. O primeiro, pela falta de conhecimento da mãe adolescente da importância de sua dedicação a seu filho, e o segundo pela falta de estrutura familiar adequada, freqüentemente sem a presença do pai (Cunha, Monteiro, 1998:36).

Roland (1994) ao realizar um estudo de caso sobre o campo institucional da gravidez na adolescência em Piracicaba, SP, também chama a atenção para o fato de que

a noção de desestruturação da família brasileira estaria respondendo por uma parte substancial do problema da gravidez na adolescência. A família não estaria cumprindo com suas funções sociais, permitindo que suas filhas engravidassem (Roland, 1994:194).

A idéia de desestruturação familiar é utilizada com sucesso na construção do problema da gravidez na adolescência porque encontra eco entre interlocutores sensíveis ao apelo do modelo ideal de família conjugal. Famílias "estruturadas" seriam aquelas com a presença materna e paterna, nas quais se estabeleceriam relações equilibradas, harmoniosas e centradas no investimento do desenvolvimento emocional dos filhos. As mulheres, enquanto mães e principais socializadoras das crianças, teriam que investir na sua escolarização prolongada e cumprir com uma seqüência de eventos idealizada pelo modelo. Adolescentes grávidas põem em risco a manutenção e a unidade desse modelo familiar. Elas interrompem uma seqüência considerada normal de desenvolvimento social – escolarização prolongada, seguida pelo casamento e a maternidade – integrando-se de maneira inadequada à vida adulta.

O fato de que algumas formas de organizações familiares serem classificadas pelo discurso médico como desestruturadas se agrava porque a maior parte dos estudos e projetos relacionados à gravidez na adolescência tem como público-alvo a população de baixa renda. Isso acaba por contribuir para uma visão distorcida do fenômeno, e alimenta o preconceito contra os grupos sociais economicamente desfavorecidos. As descontinuidades entre o modelo ideal de família conjugal e as práticas de organização familiares populares já foi e é tema de muitas pesquisas e debates. O discurso médico,

assim, desconhece outras dinâmicas de organização familiar, e lê na alteridade, desestruturação.

1.4 a relação causal entre fecundidade e pobreza, o que aponta para a necessidade de planejamento familiar entre os pobres.

Vários dos estudos analisados nesse capítulo se instrumentalizam utilizando dados que demonstram a enormidade estatística da incidência de gravidez na adolescência. É seu argumento principal que os índices de gravidez na adolescência vêm assumindo, nos últimos tempos, números alarmantes:

Estima-se que no Brasil, a cada ano, um milhão de adolescentes entre dez e vinte anos dão à luz, o que corresponde a 20% do total de nascidos vivos. O número médio de filhos de uma adolescente de 15 anos era de 1,2% em 1970, passando para 2,1 em 1980, para cada cem mulheres em idade fértil. A possibilidade das adolescentes entre 15 e 19 anos terem um filho varia entre setenta por mil nascimentos, com valores superiores a cem em alguns estados do Nordeste e inferiores a sessenta em estados do Sul do país (Duarte, 1997:7)⁴.

No município do Rio de Janeiro, em 1993, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), 15,96% dos partos ocorridos eram de adolescentes, totalizando 3.487 nascimentos. Em 1996, este passou para 19,22%, tendo ocorrido 19.046 nascimentos (bebês nascidos vivos), filhos de adolescentes residentes no município do Rio de Janeiro. Na Unidade Integrada de Saúde Hamilton Land, unidade básica de atendimento primário

⁴ A autora não faz referência a fonte desses dados.

da SMS/Rio de Janeiro, no Bairro "Cidade de Deus", verificamos uma frequência de gestação na adolescência de 32,8%, conforme análise das gestantes matriculadas no pré-natal da unidade em 1991 (Monteiro et alli, 1998: 154).

As dificuldades de comparação analítica de estatísticas sempre esteve presente na análise social brasileira. Metodologias diversas, fontes de coleta de dados diferentes, entre outros, são problemas que impedem um visão mais precisa de questões sociais em termos macrossociológicos. A falta de um índice nacional também embaralha a análise. A maioria dos dados disponíveis e citados nos artigos analisados são coletados por Secretarias Municipais e, na maioria das vezes, refletem muito mais a procura por serviços públicos do que diagnosticam o fenômeno de maneira geral. Entretanto, essas relativizações dos dados estatísticos não são consideradas na análise do discurso médico. Os números são tomados como absolutos e utilizados como um instrumento científico – e portanto inquestionável – do reconhecimento do problema social da gravidez na adolescência.

O argumento da enormidade estatística do fenômeno se articula com a idéia de agravamento da miséria e da pobreza.

As estatísticas são alarmantes, são cerca de um milhão de adolescentes que anualmente contribuem para um acréscimo populacional desordenado, sem planejamento e contribuindo para uma situação de agravamento da miséria (Paiva, Caldas, Cunha, 1998:27).

A relação causal entre fecundidade e pobreza pode ser claramente vista quando a argumentação do discurso médico considera a própria situação de miséria como um fator de risco⁵ para a incidência do problema:

É importante lembrar que os fatores demográficos considerados como de risco associados ao baixo peso incluem, além da adolescência, a raça negra, baixo nível socioeconômico, ser solteira e baixo nível de educação, condições essas freqüentemente associadas (Cunha, Monteiro, 1998:38)

A equação entre fecundidade e pobreza faz com que a gravidez na adolescência seja, muitas vezes, vista sob a ótica de um problema de saúde pública. Os custos sociais e financeiros relacionados a alta taxa de fecundidade são várias vezes ressaltados. A adolescente grávida pobre, ao aumentar o seu ciclo de vida reprodutivo, seria um elemento de alto custo ao sistema de saúde.

A geração de novos membros da sociedade passa a ser uma ação autofágica, devido a que uma parte da sociedade tende a conduzi-la pelo caminho da inviabilidade, na medida em que não gera novos recursos e, ao mesmo tempo, os consome.

Tal visão, aparentemente apocalíptica, não o é na dependência da dimensão do problema (...). Nos países em desenvolvimento em que os benefícios sociais não existem sob a forma de pensão, ainda assim, o problema é grave quando se olha pela ótica da prevalência da gravidez na adolescência. Tal prevalência é da ordem de 13% (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 1993) a 20%, em estimativa nacional.

A alocação antecipada de recursos (dos 20 anos para os 12 anos, com média de 4 anos) onera sobremodo o sistema de saúde (Cunha, Monteiro, 1998:34).

⁵ Segundo Cunha, Monteiro e Reis (1998:44) "fator de risco é expressão usada pelos epidemiologistas (em vez de causa) para indicar uma variável que se acredita esteja relacionada com a probabilidade do desenvolvimento da doença ou do evento em um indivíduo".

A solução da equação fecundidade e pobreza, na qual a gravidez na adolescência como um problema social está inserida, seria o planejamento familiar e controle de natalidade para a população pobre.

Se a gravidez for adiada, teremos economia substancial por ano de adiamento, além do ganho social, do amadurecimento psicossocial da adolescente e de seu melhor nível educacional (pelo menos concluindo o segundo grau).

(...) O planejamento familiar é um dos desafios da saúde reprodutiva na entrada do século. (Cunha, Monteiro, 1998:39-40)

A profilaxia do abandono está muito vinculada aos primeiros cuidados e ao desempenho dos pais. A amamentação ao seio materno, o apego precoce, o afago e a compreensão são antídotos contra o sentimento de abandono. **O planejamento familiar é medida auxiliar nesta profilaxia** (Fagim, Matos, Cunha, 1998:122 – grifo meu).

Friedman (1994) chama a atenção para os problemas relativos aos adolescentes que ainda aguardam solução:

(...) e) política coerente de promoção da higiene sexual; (...) (Cunha, Monteiro, 1998:39).

A colocação do planejamento familiar como uma questão de saúde pública e sua relação com uma política de higiene sexual é, no mínimo, assunto delicado e polêmico. Vejamos os debates e discussões, já amplamente levantados em torno da questão, bem como as críticas a essa perspectiva, no próximo item.

2. Planejamento familiar e a perspectiva do controle da natalidade

A chamada maternidade precoce levanta questões relacionadas à superpopulação, planejamento familiar, fecundidade, anticoncepção, etc. É comum os discursos socialmente mais aceitos culparem as camadas mais pobres da população – especialmente as mulheres – por um comportamento “irracional”, por terem tantos filhos sem as mínimas condições de criá-los. Esta idéia se insere em um raciocínio mais amplo, no qual a miséria do Terceiro Mundo existe porque há gente demais.

Ao analisar as mudanças de fecundidade na América Latina, Elza Berquó (Berquó, 1991) apresenta um breve histórico dos processos de transição demográfica – a passagem de altos níveis de mortalidade e fecundidade para níveis baixos. A autora coloca que a Revolução Industrial é um marco na passagem de um regime natural de crescimento demográfico – onde os altos índices de mortalidade e fecundidade funcionavam como um autoregulador – para um regime controlado. A industrialização, a urbanização e um controle maior sobre algumas doenças, ocasionam uma queda da mortalidade. A combinação de altas taxas de fecundidade com a queda nas taxas de mortalidade traz a necessidade de um certo controle dos nascimentos. *“A experiência histórica mostra que os países da Europa já*

utilizavam há muito tempo controles de fecundidade, através de práticas convencionais, como o coito interrompido” (Berquó, 1991:63).

Entretanto, é na década de 60 do século XX que a questão do controle da fecundidade adquire o formato de políticas públicas globais, principalmente com relação ao Terceiro Mundo. A intervenção do Estado na fecundidade aparece assim como uma preocupação de primeira ordem. Além disso, as relações políticas e econômicas entre os países do Primeiro Mundo e os do chamado Terceiro Mundo também fazem parte deste contexto, já que a preocupação com as taxas de fecundidade nos últimos têm sua origem nos primeiros. Nesse quadro,

o crescimento da população nos países em desenvolvimento tem suscitado investimentos internacionais em pesquisas no sentido de se descobrir os determinantes da fecundidade no Terceiro Mundo e, conseqüentemente, mudá-los através de programas públicos e/ou privados de planejamento familiar. Tal interesse dos países desenvolvidos em disciplinar o crescimento populacional no Terceiro Mundo, associa-se a uma ideologia de controle natal, que se apresenta como defensora do desenvolvimento (Roland, 1984: 156) .

O padrão inicial das políticas de controle da natalidade proposta aos países do Terceiro Mundo tinha como base a idéia malthusiana de que a “superpopulação” era a principal responsável pela miséria e pobreza nestes países. Muita gente, de um lado, e poucos recursos econômicos, de outro, seria uma combinação catastrófica, responsável pelo subdesenvolvimento e

pelo aumento das desigualdades sociais. A solução seria, assim, tentar agir sobre o tamanho da população. Pressupunha-se que as taxas de fecundidade eram altas nos países do Terceiro Mundo principalmente por falta de acesso, por parte da população, a técnicas de controle de fecundidade. Em outras palavras, a ignorância da população de baixa renda de formas de controle da natalidade era o principal problema a ser atacado. Parece que se parte da idéia que as pessoas, naturalmente, querem ter menos filhos, e só não o fazem porque não sabem como.

Na verdade, essa idéia apresenta uma lógica perversa, na qual os pobres acabam sendo os culpados pela própria pobreza. Assim, não se questiona as verdadeiras razões das desigualdades, as reais causas da pobreza, nem se permite perceber quais as razões que levam a este comportamento tão “irracional” de ter tantos filhos. Ou seja, não se considera a questão de que diferentes comportamentos sociais ocorrem em contextos diferentes – e que as práticas humanas estão relacionadas a concepções do mundo, que variam de sociedade para sociedade e, no interior de uma mesma sociedade, de grupo para grupo.

Entretanto, apesar de nas décadas mais recentes ocorrerem modificações nesse discurso alarmista, principalmente como resultado dos movimentos de luta pelos direitos reprodutivos que se opuseram a estas

políticas de controle populacional, uma certa perspectiva controlista ainda parece estar presente, tanto nos discursos oficiais, quanto no senso comum. Sandra Azeredo e Verena Stolcke (1991) chamam a atenção para o fato de que o Fundo de População das Nações Unidas, no seu relatório de 1991, ainda fixa metas de planificação familiar e fecundidade a serem alcançadas pelos países do Terceiro Mundo. As autoras ressaltam que

embora o discurso do relatório do FNUAP não seja o mesmo discurso dos anos sessenta, quando os responsáveis pelas políticas de população do Ocidente começaram a intervir mediante o controle de natalidade no Terceiro Mundo, ainda se pode perceber nas entrelinhas a antiga mensagem de que a "superpopulação" é a principal responsável pela miséria, escassez de recursos e devastação do meio ambiente nesses países. (Azeredo e Stolcke, 1991: 13)

A perspectiva do controle da natalidade, ao tornar problemática a maternidade em qualquer faixa etária, traz como consequência uma também problematização da gravidez na adolescência. Ao analisar o processo de construção social da gravidez na adolescência como um problema, Roland (1994) chama a atenção para o fato de que

quando o crescimento demográfico parecia estar controlado, através da ação de programas de planejamento familiar, dos quais as adolescentes não eram alvo, surpreendentemente crescem o volume e as taxas de adolescentes grávidas. Neste contexto, em que se verifica avanço de uma ideologia de controle natal, a gravidez na adolescência se apresenta como uma nova fonte de preocupação para setores institucionais interessados em disciplinar o tamanho das famílias brasileiras. (Roland, 1994:160)

Diante disso, a fecundidade adolescente apresenta-se como algo que pode comprometer programas de controle da natalidade e planejamento familiar. Do ponto de vista do controle natal, a maternidade na adolescência está associada a um rápido crescimento populacional, já que alarga a vida reprodutiva, e possibilita que as mulheres tenham um maior número de filhos. Nesse contexto, a gravidez na adolescência passa a ser alvo da preocupação de várias instituições e a merecer uma especial atenção, através de programas de intervenção específicos.

Neste sentido, Roland ressalta um aspecto importante nas políticas de controle da fecundidade na adolescência:

Disto decorre que o avanço de uma ideologia que enfatiza o controle natal, transforma a gravidez na adolescência num problema social porque ela está à margem do controle institucional (Roland, 1994:161).

Ou seja, as considerações em torno da gravidez na adolescência estão inseridas em um contexto mais amplo, onde uma perspectiva controlista apresenta um aspecto de legitimação de formas de controle sobre a sexualidade e fecundidade de mulheres jovens. Em outras palavras, a abordagem da gravidez na adolescência como um problema social traz em si a tentativa estratégica e socialmente legitimada de intervenção institucional externa, numa forma de disciplinamento, regulação e homogeneização das

várias formas de organização familiar e das várias formas de vivência da sexualidade.

A análise de uma política disciplinadora e higienista por parte do Estado e seus agentes (médicos, juristas, pedagogos, psiquiatras, etc.) com relação às práticas e vivências da sexualidade dos indivíduos vem de toda uma tradição teórica, representada por Foucault (1985) e Donzelot (1980), na Europa, e Freire Costa (1977), no Brasil. Em uma perspectiva histórica, esses autores demonstram como o processo de consolidação da sociedade burguesa não se deu apenas no nível sócio-econômico. Uma nova ordem moral passa a vigorar e o Estado é fundamental para disseminá-la. Assim, a construção de uma ideologia positiva do trabalho é acompanhada pela difusão de regras higiênicas, que tinham o intuito de formar famílias organizadas dentro dos padrões médicos. Isso seria importante pois criaria trabalhadores disciplinados, incentivando hábitos rotineiros, que criariam valores como a assiduidade e responsabilidade.

O que acho importante destacar é que, apesar desses autores estarem se debruçando sobre um processo específico – a instauração e legitimação da ordem burguesa, no século XVIII, na Europa, e no século XIX, no Brasil – o caráter disciplinador, que pretende regular as práticas de sexualidade dos indivíduos, também pode ser percebido nos programas de

planejamento familiar, na segunda metade do século XX, na América Latina e no Brasil. Sem aprofundar esta questão, chamo a atenção de que, muitas vezes, a idéia de controle da natalidade e planejamento familiar pode esconder o seu caráter homogeneizador e disciplinador, ao desconsiderar que as práticas relacionadas à maternidade são variadas, e estão ligadas a visões de mundo distintas. Assim, problematizar a gravidez na adolescência pode trazer implícito um modelo ideal dominante de família, adolescência, sexualidade, maternidade e paternidade – talvez um modelo que faça sentido aos técnicos e intelectuais que atuam neste campo, mas que não corresponde às concepções e anseios da totalidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

3. A construção de um problema social

Para Remi Lenoir (1998), um problema social é uma construção social e não o resultado do mau funcionamento da sociedade. A constituição de um problema social supõe um trabalho em que estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão. Ou seja, ele existe principalmente em termos de como, por quem e de que forma ele é definido e concebido para a sociedade.

Debert (1998) ao refletir sobre a construção da terceira idade como um problema social aponta uma série de ponderações importantes para essa discussão. Podemos transportá-las, sem dificuldade, para a gravidez na adolescência no contexto que interessa a este trabalho. Assim, entender a gravidez na adolescência como um problema social é recuperar questões, tais como:

- os conteúdos investidos nesta classificação;
- as formas de mobilização e as condições que as tornam possíveis;
- a especificidade dos agentes encarregados de dar credibilidade às representações e o tipo de autoridade que se servem para isso;
- os conteúdos simbolicamente produzidos e o modo pelo qual se constituem intervenções voltadas a uma população específica;
- a reelaboração e incorporação desses conteúdos nas práticas e autodefinição desta população. (Debert, 1998:23)

Debert e Simões (1998) ao analisarem o processo de invenção da terceira idade, mostram como a luta pelo direito à aposentadoria, no final do século XIX, foi um processo de mobilização social e política que envolveu muito mais setores da burguesia do que do próprio operariado. Esse artigo é um exemplo de uma análise que privilegia desvendar articulações mais amplas, em termos de poder e relações com o Estado, que permeiam a construção de problemas sociais. Além disso, também mostra como todo esse processo é marcado pela construção de novos significados e categorias com relação à definição de envelhecimento.

O reconhecimento, legitimação, formas de pressão e expressão na construção da gravidez na adolescência como um problema social é um processo que torna público uma questão antes considerada particular. A problematização da gravidez na adolescência é um processo recente. A algumas décadas atrás, o fato de uma mulher engravidar a partir dos 16 anos era considerado um acontecimento habitual e esperado – ou pelo menos não era encarado como um problema⁶. O processo de reconhecimento da gravidez na adolescência como um problema envolve a conquista da opinião pública e neste processo se produz novas percepções da vida social, a fim de que alguns grupos socialmente interessados possam agir sobre ela.

Além disso, a construção de um problema social requer o esforço de promovê-lo ao status de uma preocupação social prioritária. Ou seja, *um trabalho específico de enunciação e de formulação pública, enfim, uma empresa de mobilização* (Debert, 1998:22). Nesse sentido, condições sociais específicas dão origem a formas de mobilização que envolvem determinados atores sociais. No caso da gravidez na adolescência, o

⁶ Roland, ao analisar o que ela chama de institucionalização da gravidez na adolescência, acompanhando a instalação da Central da Gestante em Piracicaba, SP, relata os conflitos existentes entre as técnicas – assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras – e as senhoras voluntárias, que desempenhavam ações de caridade. Além das visões diferentes desses dois grupos sobre o que é assistência social, a autora chama a atenção para o fato de que muitas dessas senhoras foram mães entre os 16 e 18 anos e não consideravam a idade das jovens mães atendidas como um problema – o que tornava esse público alvo da sua assistência era a situação de pobreza que as jovens se encontravam inseridas.

discurso médico é uma das formas de enunciação pública do problema, legitimada pelo caráter científico das suas formulações. Como tentei mostrar neste capítulo, este processo é marcado por uma série de construções de enunciados e concepções que articulam novos significados ou reelaboram alguns já existentes com relação à adolescência, anticoncepção, família e planejamento familiar.

4. Direitos Reprodutivos: avanços e impasses

Na crítica à perspectiva do controle da natalidade surge o conceito de direitos reprodutivos. Os movimentos de luta pelos direitos das mulheres têm aparecido como uma importante fonte de resistência a uma perspectiva controlista. Aliado a isso, a produção teórica e acadêmica da categoria de gênero oferece, cada vez mais, uma perspectiva onde se leva em conta a especificidade das experiências das mulheres e as relações de poder que perpassam as estruturas sociais de gênero. Diante disso,

por direitos reprodutivos se entendem os direitos das mulheres de regular sua própria sexualidade e capacidade reprodutiva, bem como de exigir que os homens assumam responsabilidade pelas conseqüências do exercício de sua própria sexualidade. (Azeredo e Stolcke, 1991: 16)

Essa noção surge, pois, relacionada a todo o processo de luta e conquistas desencadeado pelo movimento feminista. Ramirez (1999), ao

apresentar um breve histórico da luta feminista, mostra como o tema da maternidade esteve sempre presente no movimento, apesar de apresentar diferentes valorações em diferentes momentos históricos. A reivindicação da maternidade voluntária como um direito feminino está presente já em movimentos no século XIX, mas baseada em idéias e concepções de maternidade bem diferentes das concepções feministas contemporâneas:

A maternidade, pensada como principal função feminina, deveria ser voluntária para que as mulheres fossem melhores mães. Desta maneira, por via da dignificação de tal função, a mulher obteria mais liberdade e respeito (Ramirez, 199:28)

A autora argumenta ainda que é no começo do século XX que as reivindicações feministas de maternidade voluntária e controle reprodutivo passam a ter um interesse maior de liberar as mulheres das obrigações domésticas e familiares, no intuito de possibilitar a sua participação no campo político. Nas décadas de 60 e 70, com a palavra de ordem feminista “Nosso corpo nos pertence”, a luta pelo aborto e contracepção trouxe à tona a idéia de direitos reprodutivos no sentido dessas reivindicações centrarem-se na formulação de que a posse do próprio corpo é central para a formação da mulher como uma pessoa integral e constituinte plena de seu exercício de cidadania.

Não tenho elementos aqui, e nem seria esse meu objetivo, de analisar em profundidade as diversas implicações daquilo que a luta feminista trouxe para a vida social contemporânea, as modificações nos comportamentos e avanços nos direitos das mulheres na construção de sua cidadania. Entretanto, gostaria de ressaltar que a noção de direitos reprodutivos traz em si, além desses avanços políticos, pelo menos uma dificuldade em termos conceituais: a imbricação do individual, do social e do político. Ardaillon também chama a atenção para essa dificuldade:

Os direitos reprodutivos combinam num único conceito tanto o direito de casais e indivíduos a tomar decisões quanto à sua reprodução bem como a obter o melhor padrão possível de saúde sexual. Inscrevem-se no duplo domínio dos direitos individuais e dos direitos sociais, o que indica dificuldade para a sua aplicação. (...) A liberdade de decidir sobre a reprodução implica a realização da autonomia, ou melhor, da autodeterminação dentro do espaço social e cultural da reprodução que é o domínio mais complexo onde atuam as relações de gênero as quais, na nossa sociedade, são relações de poder. (Ardaillon, 1997: 90)

Ao ser criado na esfera de um movimento social e político, o conceito de direitos reprodutivos traz à luz o fato de que questões como sexualidade, controle da natalidade, reprodução, estão ligados a concepções sobre família e sua relação com o Estado, políticas sociais e institucionais, públicas ou não, ou seja, que estas questões transcendem o nível individual, e devem ser enfocadas a partir de suas relações com fatores sociais, políticos, econômicos e culturais.

Ao juntar a esfera da reprodução, e suas implicações sociais, culturais e econômicas, à esfera do privado, do direito individual da mulher de decidir sobre seu próprio corpo, a discussão sobre direitos reprodutivos traz à tona, por um lado, toda a amplitude de questões como concepção, anticoncepção, sexualidade, saúde e corpo etc., por outro, coloca a dificuldade de definir direitos individuais quando a reprodução humana envolve não só a mulher, mas uma série de relações sociais, como também valores e concepções culturais.

Diante disso, Ramirez (1999), ao analisar a participação masculina no aborto voluntário, também chama a atenção sobre

as contradições que se colocam ao pensar na distribuição desses direitos e responsabilidades entre as mulheres e os homens implicados em um ato procriativo (...). A esse respeito nos perguntamos qual é o limite para a negociação nos casos de conflito ou para aqueles que saem dos parâmetros da heterossexualidade? O direito de quem prima? (Ramirez, 1999: 39)

Eu acrescentaria ainda a questão da idade. Quando o corpo, além de feminino, é jovem, quem tem poder sobre ele? É comum o argumento da necessidade de educação e serviços a adolescentes para capacitá-los a tratar sua sexualidade de maneira positiva e responsável. Esse argumento parece pressupor uma incapacidade e irresponsabilidade inerentes aos jovens, que mereceria exame mais acurado. A gravidez na adolescência traz também à tona as relações entre gerações e o poder instituído nelas.

Além disso, falar em direitos reprodutivos apresenta a dificuldade de nomear esses direitos como *da mulher*. Colocar a questão dessa forma pode pressupor uma identidade feminina quase que universal, esquecendo das várias diferenças que perpassam a construção de um “sujeito feminino”. Nesse sentido, relações de poder entre homens e mulheres, jovens e adultos, ricos e pobres, entre raças, fazem-se necessárias de serem desvendadas, bem como concepções diferentes acerca de maternidade, paternidade, corpo, juventude e adolescência devem ser consideradas quando se pretende analisar questões relativas à saúde reprodutiva em geral, e à gravidez na adolescência em particular. A preocupação com as especificidades dos vários grupos sociais que compõem a sociedade brasileira e suas diferenciações quanto à classe social, raça, gênero, idade, etc., tem permeado os trabalhos acadêmicos nos últimos tempos, bem como estão presentes na agenda feminista contemporânea. O presente trabalho está coadunado a essa discussão, tentando trazer à tona algumas dessas especificidades, ao pretender imbricar as estruturas de gênero, idade e classe na análise da gravidez na adolescência.

Considerações Finais: Maternidade, casamento e ciclo de vida

Este trabalho pretendeu analisar a gravidez na adolescência à luz das estruturas de classe, gênero e idade a partir da observação e análise das práticas de um grupo de mulheres, gurias e mães novinhas, residentes em um vila popular em Santa Cruz do Sul.

As particularidades do contexto pesquisado oferecem elementos para concluirmos que a adolescência não é uma idade reconhecida: não se apresentam muitas "vantagens" em se manter em uma categoria de idade que não tem visibilidade social. Por outro lado, a maternidade é valorizada, no sentido de embelezar a imagem pública da mulher, lhe conferindo prestígio e uma situação definida na sua família e redes de relações. Nesse sentido, o objetivo das jovens mães é a entrada no mundo adulto, através da maternidade. A gravidez na adolescência, no universo estudado, não aparece revestida de um caráter problemático. A maternidade é algo que se almeja, é o "destino" de toda mulher.

Entretanto, a primeira gravidez, principalmente quando ocorre antes da aliança com o parceiro estar consolidada – o que não é raro – não é vivida sem conflitos e ambigüidades. O objetivo das jovens mães é a saída da infância e a entrada no mundo adulto; mas essa entrada só é garantida, efetivamente, com a consolidação de uma aliança. As mães adolescentes solteiras permanecem em um *status* ainda ambíguo. Com a maternidade, o seu prestígio social muda, mas permanecem dependentes do seu grupo familiar de origem, ficando ainda à mercê da autoridade dos mais velhos. Esta situação cria uma série de conflitos, acusações mútuas e instabilidade. Nesse sentido, parece-me que a entrada no mundo adulto só se consolida pela efetivação da aliança. As jovens mães solteiras utilizaram uma estratégia que não foi totalmente eficaz. Apesar de adquirirem inegavelmente outro lugar social entre seus familiares e na sua rede de relações, ainda não atingiram o *status* de pleno de mulher adulta.

A contraposição das práticas observadas à construção que o discurso médico faz da gravidez na adolescência como um problema social mostra uma certa dificuldade desse último em dar conta das especificidades e particularidades das primeiras. Os adjetivos pejorativos associados à gravidez na adolescência – *precoce, imatura, indesejada, inoportuna* – são elementos discursivos que articulam-se com outros na construção de um problema social. A análise dos argumentos que compõem o discurso médico nessa construção permite perceber uma certa perspectiva higienista de

controle natal. O processo de discussão e crítica a essa perspectiva e do planejamento familiar são o campo onde se instaura a discussão acerca de direitos reprodutivos. Pensar a gravidez na adolescência a partir dessa última perspectiva, é um desafio que se coloca e que levanta a importância de reconhecermos diversas concepções de idade e maternidade.

Referências Bibliográficas

- ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta/ ANPOCS, 1994, 172p.
- ALMEIDA, Miguel Valle de. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ARDAILLON, Danielle. **Cidadania de corpo inteiro: discursos sobre o aborto em número e gênero**. Tese de doutoramento, São Paulo: Departamento de Sociologia/ FFLCH, USP, 1997.
- ARIÉS, P. **A história social da criança e da família**. 2.ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARILHA, Margareth, RIDENTI, Sandra, MEDRADO, Benedito (orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998.
- ARAÚJO, William, PIRES, Elaine, CUNHA, Alfredo. *Parto na adolescência*. In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena. *Introdução*. In: **Direitos Reprodutivos**. São Paulo: FCC/DPE, 1991, p.: 9-24.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROSO, Carmen (org.). **Gravidez na adolescência**. Brasília: IPLAN/IPEA, Unicef, Fundação Carlos Chagas, 1986.
- BARNES, J. A. *Redes sociais e processo político*. In: BIANCO, Bela (org.). **Antropologia em sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- BERQUÓ, Elza. *O crescimento da população da América Latina e mudanças na fecundidade*. In: AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena (coords.). **Direitos Reprodutivos**. São Paulo: FCC/DPE, 1991, p.: 61-71.

- BILAC, Elisabete Dória. **Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação.** Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996.
- BILAC, Elisabete, ROCHA, Maria Isabel (orgs.). **Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas.** Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP; São Paulo: Editora 34, 1998.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando "amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões".* In: BIANCO, Bela (org.). **Antropologia em sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo.** 3.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989, 191p.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra.* In: **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.: 112-121.
- BRANDÃO, Antonio Carlos, DUARTE, Milton. **Movimentos culturais de juventude.** São Paulo: Moderna, 1990.
- BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós – graduação em Antropologia Social/UFRGS, 2000.
- BRITO, S. (org.). **Sociologia da Juventude IV: os movimentos juvenis.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BRUSCHINI, Cristina, HOLLANDA, Heloísa (orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998.
- CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** São Paulo: Brasiliense, 1984, 300p.
-
- _____. *Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes.* **Bib.** Rio de Janeiro, n. 27, pp. 3-50, 1º semestre de 1989.

CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Ruth, SAMPAIO, Helena (orgs.). **Bibliografia sobre a juventude.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *O sexo da dominação.* **Novos Estudos CEBRAP** (54), jul.1999.

COSTA, Albertina. **Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 1997.

COSTA, Albertina, AMADO, Tina. **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina.** São Paulo; Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CUNHA, Alfredo, FREIRE, Sérgio. *Parto na adolescência: experiência do Hospital Universitário Pedro Ernesto.* In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

CUNHA, Alfredo, MONTEIRO, Denise. *Gravidez na adolescência como problema de saúde pública.* In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

CUNHA, Alfredo, MONTEIRO, Denise, REIS, Aldo. *Fatores de risco da gravidez na adolescência.* In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

DARTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986, 363p.

DAVIS, Natalie. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1999, 266p.

_____. (org.). **Textos didáticos: Antropologia e Velhice.** 2. ed., Campinas, IFCH/UNICAMP, n.13, janeiro de 1998.

_____. *Perspectivas antropológicas da velhice.* In: Debert, Guita (org.). **Textos didáticos: Antropologia e Velhice.** 2. ed., Campinas, IFCH/UNICAMP, n.13, janeiro de 1998.

_____. (org.). **Cadernos Pagu: Gênero em gerações.** n. 13, Campinas, 1999.

DEBERT, Guita, SIMÕES, Júlio Assis. *A aposentadoria e a invenção da "terceira idade".* In: Debert, Guita (org.). **Textos didáticos: Antropologia e Velhice.** 2. ed., Campinas, IFCH/UNICAMP, n.13, janeiro de 1998.

DESSER, Nanete. **Adolescência, sexualidade e culpa: um estudo sobre a gravidez precoce nas adolescentes brasileiras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUARTE, Albertina. **Gravidez na adolescência: ai, como eu sofri por te amar.** 2. ed., Rio de Janeiro: Arte e Contos, 1997.

DUARTE, José, SIMÕES, Hécio. *Recém-nascido de mãe adolescente.* In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

DUARTE, Luiz Fernando. *Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família.* in: RIBEIRO, Ivete, RIBEIRO, Ana Clara (orgs.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo: Loyola, 1995, p.: 27-41.

_____. **Da vida nervosa nas classes trabalhadora urbanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações.** São Paulo: EDUSP, 1992.

- EISENSTADT, S.N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1989.
- FAGIM, Irene, MATOS, Haroldo, CUNHA, Alfredo. *Filhos de mães adolescentes*. In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- FERREIRA, Nilva. *Uma gravidez de alto risco? Um balanço*. In: BARROSO, Carmen (org.). **Gravidez na adolescência**. Brasília: IPLAN/IPEA, Unicef, Fundação Carlos Chagas, 1986.
- FONSECA, Cláudia. *Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso*. In: COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.: 310-333.
- _____. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995, 152p.
- _____. *Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.: 88-102, 1987.
- _____. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 7.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985, 152p.
- FREIRE COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. 3.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989, 277p.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323p.
- GOTTLIEB, D. & REEVES, J. *A Questão das Subculturas Juvenis*. In: BRITO S. (org.). **Sociologia da Juventude II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/ ANPOCS, 1992, 218p.

_____. **Viração: experiências de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. **Conversa de Portão: Juventude e Sociabilidade num Subúrbio Carioca.** Dissertação de mestrado, UFRJ - Museu Nacional, 1984.

_____. *O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas.* In: RIBEIRO, Ivete, RIBEIRO, Ana clara (orgs.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo: Loyola, 1995, p.: 91-106.

_____. *O traçado da vida: gênero e idade me dois bairros populares no Rio de Janeiro.* In: MADEIRA, Felícia (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.: 291-342.

_____. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HELMAN, Cecil. **Cultura, saúde e doença.** 2.ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, 191p.

HOLLINGSHEAD, A. *A Juventude numa pequena cidade norte-americana.* In: BRITO, S. (org.). **Sociologia da Juventude I.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

JAIDE, W. *As ambigüidades do conceito de "geração".* In: BRITO, S. (org.). **Sociologia da Juventude II.** Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

JARDIM, Marta. **Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime: uma etnografia sobre família e trabalho na Grande Porto Alegre.** Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 1998.

JUCÁ, Renata. **Gravidez da adolescente em Santa Cruz do Sul: um estudo baseado na teoria dos sistemas ecológicos.** Dissertação de mestrado. Santa Cruz do Sul: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional/ Universidade de Santa Cruz do Sul, 2000.

KNAUTH, Daniela. *Maternidade sob o signo da AIDS: um estudo sobre mulheres infectadas*. In: COSTA, Albertina (org.). **Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1997, p.: 39-64.

LAQUEUR, Thomas. **La construcción del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

_____. *Los hechos de la paternidad*. In: **Debate Feminista**. (3)6, setembro 1995. P: 119-141.

LYRA, Jorge. **Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção**. Mestrado em Psicologia Social, PUC, São Paulo, 1997. 136p.

LEA, Vanessa. *Gênero feminino Mebengroke (Kaiapó): desvelando representações desgastadas*. **Cadernos Pagú**. Campinas: Unicamp, n.3, 1994.

LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **História dos jovens** (2 volumes). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese: o povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986, 294p.

MADEIRA, Felícia. *A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão*. In: MADEIRA, F. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.: 45-133.

MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 198p.

MALINOWSKI, B. **A vida e sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, 525 p.

MAUSS, Marcel. *As técnicas corporais*. In: **Sociologia e antropologia** (vol. II). São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, p.: 209-233.

MANHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITO, S. (org.). **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *O problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI (org.). **Manheim**. São Paulo: Ática, 1982.

- MacCORMACK, Carol e STRATHERN, Marilyn. **Nature, Culture and Gender: a Critique**. New York, Cambridge University Press, 1980.
- MEAD, Margareth. **Adolescência y cultura en Samoa**. México: Paidós, 1989, 307p.
- MONTEIRO, Denise. *Pré-natal da gestante adolescente*. In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- MONTEIRO, Denise et alli. *Programa de assistência multidisciplinar à gravidez na adolescência*. In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- MONTEIRO, Tânia. *Passagem e juventude: um estudo de rituais femininos em camadas de baixa renda*. In: **Norte e Nordeste: estudos em ciências sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS/ Inter-American Foundation, 1991.
- PAIVA, Anaelmira, CALDAS, Maria Luiza, CUNHA, Alfredo. *Perfil psicossocial da gravidez na adolescência*. In: MONTEIRO, Denise, CUNHA, Alfredo, BASTOS, Álvaro. **Gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- PARKER, Richard, BARBOSA, Regina (orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- PEDRO, Joana, GROSSI, Míriam. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- PISCITELLI, Adriana. **Jóias de família: gênero em histórias sobre grupos empresariais brasileiros**. Tese de doutorado. Campinas: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/UNICAMP, dezembro de 1999.
- RAMIREZ, Martha. **Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário**. Dissertação de mestrado, Campinas: PPGAS/IFCH, Unicamp, 1999, 15 p.
- RIBEIRO, Marcos (org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Editora Gente/ CORES – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999.

RIBEIRO, Ivete, RIBEIRO, Ana Clara (orgs.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo: Loyola, 1995.

ROLAND, Maria Inês. **A construção social do problema da gravidez na adolescência:** estudo de caso sobre o campo institucional da Central da Gestante, em Piracicaba, SP. Dissertação de mestrado, Campinas: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Unicamp, 1994, 291 p.

ROMANELLI, Geraldo. **Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias.** Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS, 1995.

RUDDICK, Sara. *Pensando en los padres.* In: **Debate Feminista.** (3)6, setembro 1995. P.: 142-158.

SALEM, Tânia. *Os filhos do milagre.* In: **Ciência Hoje.** 5 (25): 30-6, SBPC, 1986.

_____. *O casal igualitário: princípios e impasses.* **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** n.9, vol. 3, fev. 1989, p: 24-37.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996, 128p.

SAWYER, Diana (org.). **PNADs em foco: anos 80.** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Fundação Ford, 1988.

SCOTT, Joan. *Prefácio a "Gender and politics of history".* in: **Cadernos Pagú** (3) 1994: 11-27, Unicamp, Campinas, São Paulo.

STRATHERN, Marilyn. **The Gender of the gift.** Problems with Women and Problems with Society in Melanesia. Bekerley: University of California Press, 1988. 422p.

_____. *Necessidade de pais, necessidade de mães.* **Estudos Feministas** (3) 2, 1995, Rio de Janeiro: UFRJ/UERJ, p.: 303-329.

TURNER, Victor. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes, 1977.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, 149p.

VICTORA, Ceres. **Mulher, sexualidade e reprodução**: representação do corpo em uma vila de classes populares em Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS, 1991.

_____. *As relações de gênero na Vila Divina Providência ou o que Elas esperam Deles*. In: LEAL, Ondina (org.). **Cadernos de Antropologia: Cultura e Identidade Masculina**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, n. 7, 1992.

_____. *As imagens do corpo: representações do aparelho reprodutor feminino e reapropriações dos modelos médicos*. In: LEAL, Ondina (org.). **Corpo e significado**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p.: 77-88.

WOORTMANN, Klaus. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. CNPq, 1987.

YANAGISAKO, Sylvia Junko. *Mixed methaophors: native and anthropological models of gender and kinship domains*. In: COLLIER, J. (ed.). **Gender and Kinship: Essays Toward a Unfield Analisis**. California, Standford University Press, p: 86-118, 1987.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985, 265p.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.